

**I Jornada Fluminense
de Pós-Graduandos em**



**Acervos,
Preservação e
Memória**

18, 19 e 20 de setembro de 2018

Rio de Janeiro/RJ

CADERNO DE RESUMOS

Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

Museu de Astronomia e Ciências Afins

Memória e Acervos

Fundação Casa de Rui Barbosa

Gestão de Documentos e Arquivos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro



I JORNADA FLUMINENSE DE PÓS-GRADUANDOS EM
ACERVOS, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA

CADERNO DE RESUMOS

REALIZAÇÃO

**Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde**

Casa de Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ

**Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de
Ciência e Tecnologia**

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB

**Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Documentos e Arquivos**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

18 a 20 de setembro de 2018

Rio de Janeiro – RJ

Museu de Astronomia e Ciências Afins

Auditório do PPACT/MAST

Caderno de Resumos da I Jornada Fluminense de Pós-Graduandos em Acervos, Preservação e Memória

Copyright @ 2018 dos autores

Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e

Comunicações

Gilberto Kassab

Diretora do Museu de Astronomia e Ciências Afins

Anelise Pacheco

Coordenador de Documentação e Arquivo

Antônio Carlos Augusto da Costa

Capa e editoração eletrônica

Flávio Mello

COMISSÃO ORGANIZADORA

Renato da Gama-Rosa Costa (PPGPAT/COC/FIOCRUZ)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (PPACT/MAST/MCTIC)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (PPGMA/FCRB)

Mariana Lousada (PPGARQ/UNIPIO)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Luce Girão Soares Lima (Presidente) (PPGPAT/COC/FIOCRUZ)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (PPGCI/UFF; PPGARQ/UNIPIO)

Cláudia S. Rodrigues Carvalho (PPGMA/FCRB)

João Marcus Figueiredo Assis (PPGARQ/UNIPIO)

Luciana Heymann (PPGPAT/COC/FIOCRUZ)

Márcia Chuva (UNIPIO)

Maria Lúcia Niemeyer (PPACT/MAST/MCTIC)

Mariana Lousada (PPGARQ/UNIPIO)

Margareth Silva (UFF)

Simone da Rocha Weitzl (PPGB/UNIPIO)

Ficha elaborada pela Biblioteca do Mast
Bibliotecária – CRB7 nº 2935

J82 Jornada Fluminense de Pós-Graduando em Acervos, Preservação e Patrimônio (1. : 2018: Rio de Janeiro - RJ)
Caderno de Resumos [da] 1º Jornada Fluminense de Pós-Graduandos em Acervos, Preservação e Patrimônio, 18, 19 e 20 de setembro de 2018 / comissão organizadora: Renato da Gama-Rosa Costa, Maria Celina Soares de Mello e Silva, Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Mariana Lousada .-- Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018.
162p.

ISBN: 978-85-60069-81-1

1. Preservação. 2. Memória. 3. Patrimônio cultural . I. Costa, Renato da Gama-Rosa . II. Silva, Maria Celina Soares de Mello e. III. Oliveira, Lúcia Maria Velloso de. IV. Lousada , Mariana . V. Título.

CDU: 002.004.4

As informações contidas nos resumos são de inteira responsabilidade dos autores. A revisão ficou a cargo dos próprios autores, não sendo responsabilidade dos organizadores eventuais erros de digitação, gramaticais e outros.

A noção de Patrimônio Cultural tem se modificado ao longo dos séculos. O debate contemporâneo sobre o patrimônio se faz sobre enquadramentos mais abrangentes. Entende-se como tal um conjunto de referenciais – materiais e imateriais – cujo valor é compartilhado e atua na formação de nações/regiões e/ou comunidades. O alargamento do sentido de patrimônio cultural manteve, assim, o valor atribuído aos monumentos – agora acrescido dos sítios e das manifestações culturais e religiosas – e atinge outros elementos da cultura material e imaterial humana.

Antes restrito às edificações e monumentos artísticos, abre espaço para manifestações culturais e religiosas, sítios, memoriais, parques, saberes populares, entre outras formas de expressão do intangível. Tal discussão acrescenta ainda questões relativas à ética na preservação cultural, à inserção de novos suportes documentais e sua preservação, a patrimonialização dos documentos originais e o papel social dos museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação.

A I Jornada Fluminense de Pós-Graduandos em Acervos, Preservação e Memória, organizada pelos Programas de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins; Memória e Acervos, da Fundação Casa de Rui Barbosa e Gestão de Documentos e Arquivos, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, realizada no Museu de Astronomia entre os dias 18 e 20 de setembro de 2018, recebeu cerca de trinta trabalhos, cujos resumos nos propusemos a publicar aqui neste caderno.

O objetivo principal da Jornada foi promover o intercâmbio das pesquisas que vêm sendo realizadas pelos discentes dos programas de mestrados profissionais, além de alunos de doutorado e de mestrado acadêmicos, sob a temática de acervos, preservação e memória em programas do estado do Rio de Janeiro. Além disso, o evento também proporcionou a troca de informações e experiências sobre pesquisas e produtos que podem ser decorrentes dos mestrados profissionais, contribuindo para melhor compreensão e consolidação desta modalidade de Pós-Graduação no Brasil.

Provenientes de diversas abordagens, os trabalhos procuraram evidenciar estudos sobre a preservação da memória em nosso estado, a partir de diferentes acervos e suportes, sejam eles arquitetônicos, arquivísticos, bibliográficos ou museológicos. As pesquisas apresentadas, em diferentes fases da investigação, procuraram trazer para a discussão, problemas referentes a conservação material, políticas de salvaguarda, de educação patrimonial, incluindo propostas de identificação, registro, catalogação, armazenamento, valorização e difusão de acervos de diversas temáticas e procedências, de diferentes partes do Estado do Rio de Janeiro.

Esperamos, com a publicação deste Caderno de Resumos, disseminar as pesquisas realizadas no âmbito dos Programas, contribuindo assim para o intercâmbio de informações.

A revisão dos resumos apresentados é de inteira responsabilidade dos autores. Boa leitura!

RESUMOS

Adroaldo Lira Freire _____	7
Alexandre Faben _____	13
Ana Roberta Tartaglia _____	17
André Filgueiras _____	23
Bianca França _____	29
Camila Ennes _____	33
Carolina Sena _____	39
Caterina Salvi _____	43
Cristal Azevedo _____	47
Danilo Bueno _____	51
Dayane Lima _____	57
Elen Gomes _____	61
Eliane Dias _____	65
Eliane Pontes _____	69
Giselle Silva _____	73
José Leonardo Feitosa _____	77
Juçara Palmeira _____	83
Liana Vasconcelos _____	89
Lilian Cruz _____	95
Patrícia Costa _____	99
Raquel Reis _____	103
Renata Silva Borges _____	109
Roberta Albuquerque _____	115
Rodolfo Lobianco _____	121
Rosângela Coutinho _____	127
Solange Ribeiro Viegas _____	131

Suzana Camillo Marques _____	137
Tarcísio Pereira Bastos _____	141
Thalles Yvson Alves de Souza _____	145
Thatiane Moraes _____	151
Vivian Paccico _____	155

GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Adroaldo Lira Freire

Adroaldo Lira Freire
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde – COC/
Fiocruz

Orientadora:
Aline Lopes Lacerda

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio documental; saúde pública; arquivos institucionais e pessoais; Primeira República; guia de fontes.

O PROBLEMA

As origens da história da saúde pública na Primeira República estão representadas por duas instituições vinculadas ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores (MJNI), ou seja, a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) (1897-1920) e o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) (1920-1930). Além do arquivo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), instituição também com papel protagonista no cenário de desenvolvimento científico na primeira república na área da saúde pública. Os arquivos dessas instituições, são fontes essenciais ao estudo sobre esse período, no que tange às políticas públicas na área da saúde. Ao lado deles, os arquivos pessoais dos atores com protagonismo em sua atuação nessa área também se revestem de especial interesse para estudos nessa linha. Localizados na cidade do Rio de Janeiro, hoje se constituem em patrimônio documental sobre a temática da saúde pública e são fontes centrais para o desenvolvimento de diversos estudos.

AS QUESTÕES DE PESQUISA

O Guia de fontes foi elaborado como um instrumento de pesquisa que agrega todos os arquivos das distintas instituições de guarda de memória localizadas na cidade do Rio de Janeiro, pelo recorte temático (saúde pública), temporal (Primeira República) e geográfico (Rio de Janeiro) buscando contribuir para o acesso a esse patrimônio documental sobre a saúde pública brasileira.

Este tema busca contribuir para a valorização, preservação, identidade e cidadania implicadas nos trabalhos voltados para o patrimônio em instituições públicas, privadas e grupos sociais; ações voltadas à educação patrimonial e aquelas que tenham como objeto estudos sobre os usos públicos do patrimônio (a partir de produtos tais como exposições, publicação de livros e outros materiais) e ações de valorização e difusão dos acervos.

OBJETIVOS

Descrever o processo de construção do guia de fontes apontando

aspectos que caracterizam, em cada instituição visitada, a forma de acesso aos arquivos bem como os formatos dos distintos instrumentos de pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O primeiro conceito para consolidar o produto proposto é o de documento. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, documento é “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73).

A característica principal que define os documentos de arquivo é sua relação orgânica com o seu produtor, seja ele uma instituição ou um indivíduo. São em geral produzidos e acumulados pelo produtor e, à medida em que o tempo passa, esses documentos adquirem a função de representação documental das atividades e dos processos de trabalho e de vida do ente que os produziu e acumulou. Tal característica dota os arquivos de uma importância enorme enquanto fontes confiáveis para as pesquisas que precisem de informações sobre o período em que viveu certo produtor de arquivo.

Para que se possa ter acesso aos arquivos da saúde pública e como forma de preservar este patrimônio documental do esquecimento ou da destruição, o tratamento técnico de arquivos e coleções é fundamental. A descrição, em linhas gerais, descreve os documentos no que eles trazem de conteúdo e de forma, além de codificá-los para controle e acesso. Para compreender melhor a descrição documental na atualidade, as funções e princípios que a regem, é oportuno fazer um estudo das principais definições que existiram ao longo do tempo, suas características e correntes paradigmáticas.

Com o objetivo de facilitar o acesso e a troca de informação entre instituições arquivísticas e a todos os pesquisadores, a nível nacional e internacional, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi publicada oficialmente em 2007. A NOBRADE é uma norma de estrutura de dados e conteúdo, a partir de sua estrutura pode ser descrito apenas documentos de arquivo. Ela é compatível com a Norma Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD (G), realizada pelo Conselho Internacional de Arquivo (CIA).

METODOLOGIA

A coleta de dados de fontes documentais sobre o tema da saúde pública na primeira república ficou circunscrita a seis entidades custodiadoras: Arquivo Nacional (AN), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento nessas instituições para o mapeamento de fundos e/ou coleções de interesse e, em paralelo decidimos por usar dois formulários de descrição (de entidades custodiadoras/ISDIAH e de fundos/NOBRADE). Em seguida foi realizado o levantamento do nível de descrição desses fundos e coleções e, na sequência, a transcrição das descrições constantes nos instrumentos de pesquisas originais nos formulários. Nos casos em que os fundos estavam descritos até níveis mais específicos – como série, subsérie e dossiê – respeitamos essa descrição, provendo ao usuário do guia acesso às descrições no nível onde se localizam os documentos de interesse.

RESULTADOS FINAIS

O trabalho de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde foi estruturado em três capítulos, além do produto ao final: *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro*.

No primeiro capítulo foi apresentado e justificado o recorte temático e temporal e os atores institucionais e pessoais centrais para a compreensão dessa história tendo como foco os arquivos remanescentes de suas atuações. Após essa compreensão foi realizado um levantamento de informações sobre os arquivos institucionais do DGSP, do DNSP e do IOC. Bem como um estudo dos atores políticos e seus arquivos pessoais, a saber: Oswaldo Cruz (1903-1909), Carlos Chagas (1920-1926), Belisário Penna (1918-1920), Arthur Neiva (1906-1916) e Clementino Fraga (1927-1930), além de coleções dessas instituições.

No segundo capítulo foi apresentado, ainda que de forma introdutória, notas sobre a função da atividade de descrição arquivística e dos instrumentos de pesquisa para acesso aos arquivos e sobre as características do instrumento de pesquisa guia de fontes. Foi discutido também a importância da normalização dos acervos por meio da NOBRADE. Ao final, foram apresentados alguns exemplos de guia de fontes, inclusive guias relacionados às instituições de saúde.

O terceiro capítulo foi dedicado a descrever o processo de nossa pesquisa por meio de observações gerais sobre os contatos com as instituições de guarda, analisando dois aspectos relevantes: a forma de acesso atual aos arquivos e uma breve explicação sobre a documentação. As singularidades dos distintos instrumentos de pesquisa foram observadas nas instituições arquivísticas pesquisadas averiguando os desníveis descritivos nos arquivos, os instrumentos de pesquisa existentes, a abrangência da descrição em cada caso, o grau de organização dos fundos relevantes para a pesquisa, além das “adaptações” necessárias para a inclusão dos arquivos desnormalizados ao formulário modelo da NOBRADE e ao guia de fontes propriamente dito.

Para a elaboração do guia de fontes, no que diz respeito ao acesso às informações sobre a própria entidade custodiadora o levantamento foi mais fácil nas instituições COC, AN, ABL e APERJ. Nosso primeiro investimento foi no sentido de recolher e inserir no formulário com base na norma ISDIAH as informações das instituições. No AGCRJ e no CPDOC esse tipo de informação, embora exista do site, se encontra dispersa, sem uma sistematização no modelo proposto, o que foi nosso esforço para o trabalho.

Com relação ao acesso às informações sobre os diferentes fundos e coleções de interesse ao nosso recorte temático observamos diferenças. No AN encontramos arquivos institucionais principalmente sobre a DGSP na Série Saúde do fundo MJNI já descritos em base de dados, o que facilitou. Da mesma forma, na COC encontramos, além do arquivo do Instituto Oswaldo Cruz, arquivos pessoais de sanitaristas como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas também descritos em base de dados arquivística seguindo o modelo da NOBRADE. Nesses casos a transposição ocorreu de forma mais tranquila. Na ABL, em que pese a facilidade em obter informações sobre fundos e coleções, a descrição não segue esses modelos. No AGCRJ a coleta de informações seguiu caminho mais complexo pela forma mais dispersa e desigual de seus instrumentos de pesquisa (códices, guias virtuais, listagens). No APERJ houve acesso pelos instrumentos de pesquisa existentes, antigos e sob outros formatos, embora o fundo não esteja acessível há tempos. No CPDOC a pesquisa foi virtual, o acesso ocorreu pela base de dados da instituição. Tanto ABL, CPDOC quanto AGCRJ e APERJ foram instituições que, de diversos níveis, nos colocaram desafios ao acesso, coleta de dados e transposição dos mesmos no nosso formulário.

Em relação aos instrumentos de pesquisa disponíveis e suas características gerais, observamos que no AGCRJ existe um desnível descritivo entre o guia virtual do acervo, já baseado na NOBRADE e um outro instrumento mais antigo que é o Índice de Documentação Textual em quatro volumes. Este índice possui uma lista onomástica e cronológica e nela encontramos antigas notações de códices. Esse aspecto se configurou um grande desafio para que pudéssemos não só entender esses desníveis, como perceber as lacunas tendo em vista a transposição para nosso formulário. Foi necessário que fossem estabelecidos contatos diretos com o corpo técnico para sanar dúvidas e obter orientação.

No APERJ, em que pese a existência de descrição a nível de fundo pelas normas NOBRADE do fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro não há descrição arquivística das suas respectivas séries. Nesse caso, no anexo do guia realizamos uma tabela contendo anotações sobre

as séries recolhidas de um instrumento físico disponível na sala de consulta da instituição – um inventário contendo resumos.

Na ABL ainda não há descrição arquivística dos fundos baseada na NOBRADE, apenas descrição arquivística da entidade custodiadora. Foi necessário nosso esforço para que as coleções de interesse pudessem ser descritas no nosso formulário.

No AN, além de transcrever as informações já acessíveis na base SIAN fomos mais fundo e transcrevemos também informações que constavam em outros instrumentos como fichas. Ali fizemos consulta aos próprios documentos. O mesmo ocorreu na COC, AGCRJ e ABL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo. As coleções e os arquivos pessoais e institucionais, atualmente sob custódia em várias instituições de memória, constituem-se em fonte e patrimônio documental relevante ao acesso, divulgação e preservação. A elaboração do guia de fontes documentais sobre a saúde pública com as informações essenciais sobre esses fundos vem suprir a falta de um instrumento que conjugue essas informações num recorte temporal e geográfico importante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Série Publicações Técnicas, n. 51).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

CAMARGO, Angélica Ricci. *Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934)* [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. (Publicações Históricas; 112) (Cadernos Mapa; 11 - Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: http://linux.an.gov.br/mapa/wp-content/uploads/2016/01/Ministerio_justica_negocios_interiores.pdf> Acesso em: 04 maio 2017.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio. *O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade*. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio. *Power, ideology and public health in Brazil (1889-1930)*. Tese (Doutorado) - Harvard University, 1987.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política da saúde pública no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil*

descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. p.23-40.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo*: Elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NO BRASIL: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Alexandre Faben

Alexandre Faben
Programa de
Pós-Graduação
em Ciência da
Informação – UFF

Orientadora:
Ana Célia Rodrigues

PALAVRAS-CHAVE: identificação de documentos de arquivo; ensino e pesquisa em Arquivologia; Diplomática; tipologia documental; gestão de documentos.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a identificação do documento de arquivo fundamentada na diplomática e tipologia documental, verificando como estes parâmetros são adotados no contexto arquivístico brasileiro. Pretende-se mapear as experiências no âmbito dos cursos de graduação em arquivologia com o intuito de caracterizar o ensino oferecido; no âmbito das teses e dissertações sobre identificação de documentos, para caracterizar o desenvolvimento de pesquisas científicas; e no âmbito profissional, para demonstrar como a área reconhece e trata os documentos de arquivo. O objeto de estudo da arquivística, o documento de arquivo, sempre esteve no centro dos debates teóricos e profissionais da área. O seu caráter orgânico assim como as características que o tornam exclusivo, instigam a refletir sobre uma metodologia que permita reconhecê-lo como prova da ação que lhe deu origem. No Brasil, o Arquivo Nacional (2001), publicou por meio da Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), dois instrumentos de gestão de documentos: Código de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-meio da Administração Pública federal. Ao analisar os instrumentos, observam-se inconsistências, pois utilizam o princípio classificatório biblioteconômico (temático) para reconhecer e classificar os documentos de arquivo, ou seja, num mesmo nível hierárquico (classe ou subclasse) são representados sem diferenciá-los, tipos documentais, espécies, assuntos ou elementos estruturais e/ou funcionais do órgão produtor, genericamente denominados “assuntos”. Identificar os documentos de arquivo pelo assunto de que tratam compromete a transparência e a qualidade dos serviços arquivísticos. Se não sabemos quais são os documentos de arquivo, por quem foram produzidos e qual o real motivo que lhe deram origem, não temos informações suficientes sobre sua natureza probatória. Perspectivas apresentadas por Faben; Rodrigues (2017), ao analisarem a identificação de documentos no contexto ibero-americano, permitem afirmar que os processos de identificação não foram suficientemente estudados e, sobretudo, os parâmetros conceituais que fundamentam esta tarefa no âmbito das práticas arquivísticas. Como desdobramento destas investigações, constatou-

-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre os processos de identificação de documentos desenvolvidos no contexto brasileiro. Tendo em vista que o Brasil é um país de dimensões continentais e que seus estados possuem autonomia administrativa e metodológica para gerir seus documentos, vamos analisar num primeiro momento o Arquivo Nacional e os Arquivos Públicos Estaduais da região Sudeste. Para efeito desta pesquisa, é necessário demonstrar a relação da formação profissional do arquivista com o mercado de trabalho nos arquivos, com o intuito de verificar a relação do ensino que é oferecido com os instrumentos arquivísticos de gestão de documentos que estão sendo elaborados, além de verificar quais as disciplinas que tratam dos estudos sobre a identificação do documento de arquivo, para que o arquivista possa desenvolver instrumentos de gestão de documentos com os fundamentos teóricos da diplomática e tipologia documental. Esta análise se faz importante para verificar o que a área entende por documento de arquivo e como é possível denominá-lo, ao reconhecê-lo pelo assunto de seu conteúdo ou pela ação que lhe deu origem e quais as implicações práticas que decorrem desta escolha. Apesar de ser um tema recente na literatura da área, observa-se que a identificação é cada vez mais imprescindível para as soluções arquivísticas de tratamento de documentos acumulados em arquivos e para a implantação de programas de gestão de documentos. Identificar o documento de arquivo é reconhecê-lo dentro do seu contexto de produção. A diplomática permite esta identificação, sendo a base teórica que possibilita analisar a estrutura do documento. A tipologia documental sendo uma extensão dos estudos diplomáticos mostra a força probatória do documento de arquivo quando o reconhece pela ação que lhe deu origem. Neste cenário, cabe uma questão: como a identificação de documentos é abordada no contexto arquivístico brasileiro? Como o tema se insere no âmbito do ensino de arquivologia, nas práticas dos arquivistas e na agenda de pesquisa da pós-graduação do Brasil? O objetivo geral desta pesquisa é discutir a dimensão conceitual da identificação de documentos no âmbito das práticas profissionais, do ensino, e da pesquisa em Arquivologia no Brasil e sua relação com a formação do arquivista. Especificamente, busca-se demonstrar a relação da identificação de documentos realizada com base na diplomática e tipologia documental; descrever a utilização do termo e do conceito, a finalidade da pesquisa sobre a gênese dos documentos e sua perspectiva metodológica no âmbito das práticas profissionais de gestão de documentos desenvolvidas pelo Arquivo Nacional e pelos Arquivos Públicos Estaduais da região Sudeste do Brasil; analisar os aspectos que envolvem a identificação arquivística no ensino de Arquivologia e na produção do conhecimento sobre identificação na pós-graduação do Brasil, como contribuição para elaboração de uma proposta de disciplina para os cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Do ponto de vista científico, esta pesquisa se caracteriza sendo bibliográfica, documental, analítica e exploratória, que segundo Braga (2007, p. 25), “tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior”. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram adotados procedimentos de coleta, sistematização e análise de dados, que permitiram alcançar resultados relevantes conforme é possível observar a seguir: Com relação a coleta de dados: Levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre os temas: identificação (termo, conceito e finalidade no contexto ibero-americano e no Brasil, termo, conceito e finalidade). Diplomática e tipologia documental; gestão de documentos; ensino e formação profissional; pesquisa em Arquivologia no Brasil; Levantamento de dados sobre o termo, conceito e metodologia de identificação, documento de arquivo e série documental nos instrumentos dos programas de Gestão de Documentos dos Arquivos Públicos Estaduais da região Sudeste do Brasil; Levantamento da produção científica sobre identificação de documentos nos Programas de Pós-Graduação do Brasil; Levantamento de dados sobre a identificação de documentos nos Cursos de Arquivologia no Brasil. Para a Sistematização e análise de dados foram elaborados quadros desenvolvidos para visualização das seguintes informações coletadas: 1. Ementas das disciplinas dos cursos de Arquivologia para caracterizar o ensino (identificação, documento, tipologia documental e série documental). Para construção do quadro consideram-se os seguintes elementos: Instituição de ensino, nome da disciplina, semestre indicado, carga horária/créditos, categoria, ementa. 2. Pesquisa Científica sobre

Identificação de documentos na Pós-graduação do Brasil nas seguintes fontes: teses e dissertações de repositórios institucionais e catálogo de teses e dissertações da CAPES além de anais de eventos científicos (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da Informação - ENANCIB e Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ). Para elaboração dos quadros, foram considerados os seguintes elementos de análise: repositórios: instituição, tese/dissertação, título, autor e ano; anais de eventos: evento, ano, título e autor. 3. Práticas profissionais nos Programas de Gestão de Documentos (identificação, documento e série documental): Para elaboração dos quadros, foram considerados os seguintes elementos de análise: Obra de referência: Estado, ano de publicação, termo/conceito, finalidade; Dicionários e/ou glossários de terminologia arquivística: Instituição Arquivística, obra de referência, ano de publicação, termo/conceito, definição; Manuais de Gestão de Documentos, Plano de Classificação e Tabela de temporalidade Documental: Instituição Arquivística, obra de referência, ano de publicação, termo/conceito, finalidade, procedimento metodológico. Num primeiro momento pautou-se no levantamento, estudo e análise bibliográfica com o intuito de fundamentar as questões que norteiam esta investigação, possibilitando a discussão e apresentação dos principais pressupostos teóricos sobre os temas abordados. E num segundo momento, foi realizado o levantamento, análise e sistematização dos dados coletados. Foram levantados dados sobre como a identificação de documentos é ensinada nos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil, considerando que é um conteúdo fundamental na formação do arquivista, para que tenha um referencial teórico e metodológico que permita reconhecer e tratar o objeto de estudo da área, o documento de arquivo. No quadro elaborado para sistematizar os dados, fica demonstrado que apesar dos cursos de arquivologia no Brasil não possuem uma disciplina específica de Identificação, o termo, o método ou a referência sobre este tema aparecem nas ementas de algumas disciplinas, entre elas diplomática, classificação em arquivos, avaliação de documentos e análise documental. Sobre a prática profissional os dados foram coletados nos sítios eletrônicos do Arquivo Nacional e Arquivos Públicos da região Sudeste do Brasil, onde foi possível obter informações sobre a identificação de documentos nos instrumentos de gestão publicados por estas instituições arquivísticas. Nesta perspectiva, tomando como exemplo de análise o plano de classificação elaborado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, referente à atividades-meio da administração estadual, tomado como exemplo dos resultados, é possível perceber que este instrumento está em consonância com os padrões do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), portanto reconhecem os documentos pelos assuntos de que tratam. Reconhecer o documento de arquivo por assunto compromete o rigor científico da prática em arquivística, pois os vínculos de proveniência e organicidade não são respeitados. Além disso, a classificação de documentos de arquivo por assunto torna esta representação ambígua e subjetiva. No que se refere a tabela de temporalidade, o prazo de guarda é estabelecido em níveis acima do tipo documental o que traz problemas, interferindo conseqüentemente nos prazos para eliminação e guarda permanente. Observa-se nestes resultados preliminares, que a sistematização conceitual e metodológica da identificação como processo arquivístico, presente nas políticas nacional e estaduais de arquivos e nos seus instrumentos norteadores, trazem em seu aporte teórico novas perspectivas de investigação que permitem refletir sobre as questões que envolvem o ensino e pesquisa em arquivística em consonância ao desenvolvimento de metodologias para identificar o documento de arquivo como requisito para a gestão de documentos. A pesquisa é uma construção constante. Observa-se nestes resultados preliminares, que a sistematização conceitual e metodológica da identificação como processo arquivístico, presente nas políticas nacional e estaduais de arquivos e nos seus instrumentos norteadores, trazem em seu aporte teórico novas perspectivas de investigação. Permitem refletir sobre as questões que envolvem o ensino e pesquisa em arquivística em consonância ao desenvolvimento de metodologias para identificar o documento de arquivo como requisito para a formação profissional do arquivista.

Trata-se de projeto em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, PPGCI/UFF, e integra a produção científica do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2001, 156P

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2007. Cap.1, p. 17-38.

CAMARGO, Ana Maria de. Sobre espécies e tipos documentais. In: *Seminário "Dar nome aos documentos: da teoria à prática"*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015, 14-31. 347P. Disponível em: <http://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf>. Acesso em 22 out. 2017

FABEN, Alexandre; RODRIGUES, Ana Célia. A identificação de documentos no contexto arquivístico ibero-americano. In: *A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC*. Coord. Maria Manuel Borges, Elias Sanz Casado. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20. 2017, pp.1061 -1074. Disponível em: <<https://purl.org/sci/atas/edicic2017>>. Acesso em 17 jun. 2017

HEREDIA HERRERA, Antonia, *La identificación y valoración documentales en la Gestión Administrativa de las instituciones Públicas*. Boletín de la ANABAD. Tomo 49, Nº 1, 1999, págs. 19-50. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51133>>. Acesso em 13 de ago. 2017

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2008. 258P. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>>. Acesso em 13 de jun. 2017

RODRIGUES, Ana Célia. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. p. 175-192. (Estudos da Informação, v.1)

AS ENCADERNAÇÕES DAS OBRAS RARAS E ESPECIAIS DA CASA DE OSWALDO CRUZ: PERSPECTIVAS SOBRE SUA PRESERVAÇÃO

Ana Roberta Tartaglia

Ana Roberta
Tartaglia
PPG Preservação
e gestão do
patrimônio cultural
das ciências e da
saúde – COC/
Fiocruz

Orientadora:
Laurinda Rosa
Maciel

PALAVRAS-CHAVE: obras raras; encadernação; preservação; restauração; patrimônio.

RESUMO¹

A Casa de Oswaldo Cruz (COC) foi criada em 1986 como um “centro de memória e história das ciências biomédicas e da saúde pública” (Iglesias, Santos & Martins, 2014:137), para atuar tanto na salvaguarda de documentos históricos da Fiocruz, como em pesquisa e divulgação dos acervos documentais e bibliográficos.

O acervo bibliográfico da COC, sob a guarda e gestão da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS), é especializado em História da Medicina, História da Saúde Pública, História, Sociologia e Filosofia da Ciência, e possui cerca de 40.000 itens. Dentre estes encontram-se obras clássicas no campo das Ciências Biomédicas e da Saúde Pública, que remontam ao século XVII e formam a coleção de obras raras e especiais da BHCS. Tal coleção possui cerca de 345 volumes que originalmente integravam os acervos particulares dos primeiros cientistas de Manguinhos, como Oswaldo Cruz² e Carlos Chagas³, além de outros notáveis da área da saúde, como o médico Lourival Ribeiro⁴, refletindo tanto seus interesses literários quanto suas atividades profissionais.

Esse conjunto de obras é importante por sua temporalidade diferenciada do restante do acervo: em sua maioria, são livros editados entre os séculos

1 O resumo apresentado é baseado na dissertação para a conclusão de curso de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde - PPGPAT, da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, cujo título original é: “As encadernações da coleção de obras raras e especiais da Casa de Oswaldo Cruz: um estudo para sua preservação.”

2 Oswaldo Cruz (1872-1917) foi médico, cientista, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro. Diretor do Instituto Soroterápico Federal (1902-1917), posteriormente Instituto Oswaldo Cruz (IOC), coordenou as campanhas de erradicação da febre amarela, peste bubônica e varíola, no Rio de Janeiro, dentre outras atividades relevantes para a saúde pública brasileira.

3 Carlos Chagas (1898-1934) foi médico, sanitarista, cientista e bacteriologista brasileiro, que em 1909 identificou o parasito responsável pela *tripassonomiasse americana* ou doença de Chagas, como ficou conhecida. Foi diretor do IOC de 1917 até o fim da vida.

4 Lourival Ribeiro (1907-1992) foi médico, fisiologista e historiador da medicina brasileira; seu vasto acervo foi adquirido pela COC em 2000 e a coleção bibliográfica possui diversas obras raras dos séculos XVIII e XIX.

XVII ao XX, e que podem apresentar características próprias de seu tempo de produção, ou seja, é possível que as encadernações sejam contemporâneas ao período da impressão. Essa possibilidade influi diretamente em seu valor, não apenas informacional, mas também nos valores histórico, artístico, cultural e econômico.

E foi exatamente esse o motivo que nos fez olhar para essa coleção no contexto da elaboração de um projeto institucional em grande escala⁵ para restauração de livros, e que seria contratado pela BHCS, em 2016. A partir deste episódio, começamos a pensar nos desdobramentos dessa ação e seu impacto sobre o acervo, na medida em que um dos tratamentos de conservação solicitados no projeto era justamente o de reencadernação.

Nenhuma das obras tinha qualquer tipo de registro prévio sobre sua materialidade: a biblioteca não costumava incluir na catalogação a descrição das características das encadernações e, tampouco, estas obras haviam passado pelo diagnóstico de conservação, que realiza uma descrição pormenorizada dos suportes e o registro fotográfico do item.

Aliado a isto, o trabalho seria realizado por empresa especializada externa, cuja escolha seria o pregão eletrônico, e deixaria os profissionais da BHCS alheios a todo o processo e sem condições de interferir. De todo modo, só este cenário fornece uma ideia da problemática: livros raros saem da instituição para restauração sem registro de como são e não raro, voltam diferentes.

Muitas vezes em ambientes de biblioteca, um dos tratamentos de conservação mais utilizados para livros é a substituição da encadernação danificada por uma nova: a reencadernação. As encadernações originais são eliminadas, pois são consideradas substituíveis em detrimento de toda a informação que o livro carrega – essa sim, insubstituível. Certamente, em uma biblioteca, o mais importante é dar acesso à informação contida no livro e para restabelecer sua funcionalidade, a opção pela substituição da encadernação acontece.

É bem verdade que no universo de uma biblioteca há encadernações de diversos tipos. A maioria do que vemos e pesquisamos são livros modernos, com encadernações industrializadas, sejam brochuras ou capas duras. Mas em qualquer biblioteca podemos localizar aqueles livros, velhos senhores do saber e do tempo, que nos trazem mais do que as informações que carregam em seu interior. É uma experiência do passado que se manifesta nas sensações que os materiais constituintes destes objetos nos despertam: características tipográficas, papéis diferenciados, encadernações artesanais revestidas em couros, papéis marmorizados e decorações em douração.

O valor dos livros está na informação que eles carregam, mas no caso das obras raras, as encadernações têm uma história importante a ser preservada, pois além de testemunhos de um fazer manual, elas refletem diretamente os padrões estéticos da época em que foram produzidas. As encadernações também são documentos.

A atividade da encadernação manual era muito valorizada até fins do século XIX. Mesmo com a industrialização do processo, alguns artífices ainda resistiram até o século XX e atuaram principalmente em edições mais elaboradas para artistas ou particulares, que ainda mantinham o gosto pela encadernação artesanal.

A restauração de itens bibliográficos pode encobrir ou mesmo eliminar vestígios importantes de sua história, tais como as marcas de procedência de particular, instituição ou estabelecimento comercial (selos, sinetes, carimbos, etiquetas, ex-líbris⁶, super-libros⁷ dos possuidores, de encader-

5 Inicialmente, o *Projeto Restauro 2016*, abarcaria 600 itens da biblioteca, incluindo alguns exemplares da coleção de obras raras e especiais. O quantitativo mudou ao longo das revisões do projeto: sendo aprovado, para execução em uma primeira etapa com 110 itens, em execução entre os anos de 2016- 2017. Excluímos o máximo de livros da coleção de obras raras desta etapa, para que este estudo pudesse ter acesso aos livros em suas condições atuais de preservação, sem interferência das intervenções restaurativas.

6 Vinheta, geralmente gravada ou impressa em papel, que menciona o nome, completo ou abreviado, de uma ou mais pessoas ou mesmo de uma instituição, por vezes com desenho de concepção mais ou menos artística e ainda com divisa ou legenda. Destina-se a ser colada na parte interior da encadernação de um livro ou em uma das guardas, constituindo deste modo, uma marca de posse. FARIA, Maria Isabel & PERICÃO, Maria da Graça. Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

7 [loc. lat.] designa uma marca de ex-libris gravada nas pastas (referente a capa, nota da autora) superior

nadores e/ou livreiros). Marcas como estas são muito importantes para tentar determinar se a encadernação é contemporânea à sua edição ou se pode ter sido encomendada posteriormente pelo livreiro, pelo editor, pelo proprietário ou pela BHCS.

Visando facilitar o acesso à informação dos dados a serem coletados sobre esta coleção, a proposta desta pesquisa é disponibilizar os seguintes produtos: inventário das encadernações da coleção obras raras e especiais, diagnóstico de conservação de obras selecionadas e catálogo das encadernações. Além disso, sugeriremos a inserção das fichas de diagnósticos através de um link na base de dados para acesso apenas dos gestores da BHCS. Este é um ponto particularmente importante, pois implica em uma mudança de procedimento.

No passado, o diagnóstico de conservação era realizado em uma ficha impressa onde eram assinalados os danos do livro. A partir da realização do diagnóstico, a armazenagem da ficha tinha dois movimentos possíveis: ou era arquivada na Seção de Conservação de Documentos (SCD), do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), ou era dobrada e colocada dentro do próprio livro, que era novamente guardado na estante.

De todos os produtos pensados como resultados deste estudo, o link é o único que seguirá apenas como proposta, pois para ser implementado depende do suporte do serviço responsável pela manutenção da Base de dados COC, o Serviço de Tecnologia em Informática (STI), que avaliará a possibilidade de criação de mais um campo para este fim.

O objetivo deste estudo é a produção de conhecimento sobre esta parte importante do acervo bibliográfico da COC, auxiliando na tomada de decisões mais acertadas no campo da preservação, procurando sensibilizar gestores e conservadores de acervos a respeito de cuidados com itens bibliográficos. Não é nosso objetivo propor tratamentos para as encadernações, centrando-nos na pesquisa e produção de dados para a produção de um catálogo e diagnóstico de conservação de parte desta coleção.

Como metodologia de pesquisa, nos centramos na consulta às fontes primárias, ou seja, a coleção de obras raras e especiais, realizando um levantamento das obras raras e especiais considerando as listagens cedidas pela BHCS para a produção do inventário. A partir deste, chegamos ao número de 30 itens que serão diagnosticados e comporão o catálogo das encadernações. Também consultamos a documentação do Fundo COC, presente no Arquivo Histórico, a respeito da criação da COC e da BHCS.

A análise dos estilos de encadernação das obras selecionadas, observando-se em particular materiais, marcas de propriedade e estado de conservação. A identificação das características materiais e dos estilos de encadernação são informações preciosas sobre o acervo de obras raras e especiais e devem estar à disposição, tanto da instituição quanto de seus gestores e conservadores, assim como a pesquisadores interessados.

A produção de um catálogo ilustrado e descritivo das encadernações selecionadas, para consulta antes de futuras intervenções nas obras raras e especiais, como medida de preservação e garantia para a segurança do acervo, pois além das descrições, terá imagens das obras com detalhes que permitam sua identificação em caso de sinistro. Este catálogo também será um agente de informação sobre os estilos de encadernação e o que deve ser notado antes de qualquer decisão de substituição da encadernação, que pode ser utilizado para treinar o olhar dos responsáveis e ativar sua sensibilidade ao assunto, o que será benéfico a todo o acervo.

Serão observadas as seguintes características: publicações com encadernação manual prioritariamente e com data de publicação entre o século XVII até 1899. Os critérios para escolha das obras são: o interesse que a encadernação suscita por seu estilo, época, materiais, modo de produção e marcas de procedência; bom estado de conservação, com encadernação mais integrável e preferencialmente sem intervenção restaurativa; é desejável que apresentem elementos da época de produção do livro. Na linha deste último critério, serão apresentados um estudo de caso e alguns exemplos de restaurações que poderiam ter se beneficiado de tal estudo, antes das intervenções.

e/ou inferior de uma encadernação, geralmente guarnecida com armas, nome, divisa, emblema ou outros elementos relacionados com o possuidor da obra. FARIA & PERICÃO, *ibid.*

Para citar apenas alguns dos teóricos que utilizaremos para compor o arcabouço teórico das questões que formulamos e tentaremos responder neste estudo, contamos com as formulações sobre aura e autenticidade apresentadas por Walter Benjamin (1985), assim como aquelas propostas por Salvador MuñozViñas (2004) ao analisar as ideias sobre o que é original e verdadeiro em itens de acervo, e como a restauração pode afetá-las.

LucienFebvre e Henri-Jean Martin (2017), com sua obra clássica e obrigatória sobre o livro e seu surgimento, tratam em um de seus capítulos, como um pequeno sub-item, o tema da encadernação, sobretudo aquela desenvolvida entre os séculos XV e XVIII. É preciso observar que raramente o tema da encadernação é tratado com destaque nas obras sobre a história do livro, além de ser um tema pouco estudado no Brasil.

Desta maneira, serão imprescindíveis para formação de um panorama da encadernação no período da coleção estudada, os trabalhos de autores internacionais, como os da canadense Margaret Lock (1991, 2003), sobre a atividade nos séculos XVIII ao XX e a transição do fazer manual para a mecanização ou industrialização, com as inovações de estilos, as construções do livro como objeto e de que forma isso pode implicar em sua conservação.

Finalizando, com o estudo de caso que apresentaremos sobre a Encyclopédie, de Diderot e d'Alembert, pretendemos questionar até que ponto uma intervenção pode influenciar na vida do livro? Não deveria a encadernação ser considerada algo mais que apenas um item de conservação do bloco de texto? Ao ser reencadernado, a capa anterior não deveria ser guardada para futuros estudos, como testemunho da materialidade e de produção?

Essas questões e outras mais deveriam ser respondidas não apenas por encadernadores e estudiosos sobre o assunto, mas por gestores de bibliotecas, de acervos raros e especiais e sobretudo, por conservadores e restauradores.

Ao término deste estudo, pretendemos que os produtos gerados e sugeridos, possam auxiliar a BHCS no reconhecimento das encadernações e sua relevância para o patrimônio da instituição, e apontar seu potencial como objeto de pesquisa futuros.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In _____. *Magia e técnica, arte e política* – obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BESSONE, Tania. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros, 1870-1920*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FARIA, Maria Isabel & PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. 2ª edição brasileira, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

IGLESIAS, Fábio; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; MARTINS, Ruth B. (orgs). *Vida engenho e arte: o acervo histórico da Fundação Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

LOCK, Margaret. *Bookbinding materials and techniques 1700-1920*. Toronto, Canadá: The Canadian Bookbinders and Book Artist Guild, 2003.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil & SILVA, Ivete Maria. *Catálogo de Obras Raras e Especiais da Biblioteca de Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1992.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporânea de la Restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

DIAGNÓSTICO DOS PROCEDIMENTOS DE REFORMATAÇÃO DE DOCUMENTOS PELO LABORATÓRIO DE REPROGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

André Filgueiras

André Filgueiras
PPG Gestão de
Documentos de
Arquivo – UNIRIO

Orientadora:
Mariana Lousada

Co-orientador:
*Sergio Conde de
Albite Silva*

PALAVRAS-CHAVE: reformatação de documentos; digitalização; preservação; acesso.

RESUMO

Analisa os procedimentos de reformatação (microfilmagem e digitalização) de documentos de arquivo realizados pelo Laboratório de Reprografia (LARE), da Universidade Federal Fluminense (UFF), vinculado a Superintendência de Documentação (SDC). Buscamos analisar os procedimentos de reformatação e verificar sua conformidade de acordo com os parâmetros e objetivos preconizados pela literatura e pelas normas arquivísticas, bem como as escolhas políticas que embasaram a escolha dos recursos tecnológicos empregados. Aponta que a escolha da tecnologia como opção de reformatação não possui objetivos claros e procedimentos definidos, além de não estarem alinhados aos preceitos da arquivologia.

PROBLEMA

De acordo com o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ (2014, p.31), a reformatação “é a técnica de migração que consiste na mudança da forma de apresentação de um documento para fins de acesso ou manutenção dos dados”. A reformatação de documentos é realizada com o objetivo de promover o acesso à informação (pela digitalização) e a preservação dos documentos (pela microfilmagem). O LARE é o responsável pela microfilmagem e pela digitalização de documentos dos setores acadêmicos e administrativos da UFF. Criado na década de 1970, o LARE vem trabalhando na reformatação de documentos da UFF primeiramente com a microfilmagem da documentação dos alunos até o ano de 2010, quando esta foi descontinuada e o laboratório passou a realizar apenas a digitalização da documentação acadêmica dos alunos. Neste sentido, a pergunta de partida que motivou esta pesquisa foi verificar se os procedimentos de reformatação utilizados pelo LARE estão de acordo com os procedimentos técnicos e aos propósitos de acesso e preservação. Considerando que a microfilmagem não é mais utilizada pela instituição a análise ficará delimitada ao procedimento de digitalização desenvolvido pelo LARE. Neste sentido desdobra-se o problema de pesquisa: a digitalização é a tecnologia de reformatação mais adequada

para os documentos tratados pelo LARE?

QUESTÕES DE PESQUISA

Os procedimentos de digitalização realizados pelo LARE buscam atender a que finalidade? A reformatação via digitalização está em conformidade com a teoria arquivística e com a Resolução nº. 31, de 28 de abril de 2010 do CONARQ?

OBJETIVOS

Como objetivo geral da pesquisa, pretendemos realizar um diagnóstico dos procedimentos de reformatação de documentos empregados pelo LARE. Os objetivos específicos são: a) verificar se os processos de reformatação usados pelo LARE atendem as normas técnicas de digitalização de acordo com a Resolução nº. 31 do CONARQ; b) verificar se os processos de reformatação usados pelo LARE atendem aos fins de acesso e preservação; c) elaborar recomendações para projetos de digitalização a partir dos resultados do diagnóstico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica se ancora nos marcos legais sobre a reformatação de documentos e na bibliografia especializada no tema. A Resolução nº. 31 do CONARQ, que estabelece recomendações para digitalização de documentos permanentes é a principal publicação a nível nacional para implantação de projetos de digitalização para instituições detentoras de acervos arquivísticos de valor permanente. Ainda que o foco das recomendações sejam documentos de valor permanente, elas podem servir de referência para projetos que envolvam documentos de valor corrente e intermediário, sobretudo aqueles de longo prazo de guarda. De acordo com a resolução supracitada, a digitalização é entendida como um "processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de *bits* – que são 0 (zero) e 1 (um) agrupadas em conjuntos de 8 *bits* (*binary digit*) formando um *byte*, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados" (CONARQ, 2010, p4).

Para além da parte técnica, as questões políticas envolvidas na escolha de uma tecnologia para fins de acesso e preservação são pontos norteadores desta pesquisa. Desta forma o diálogo com autores que discutem o papel das tecnologias de reformatação de documentos como Paul Conway e Sérgio Conde de Albite Silva, para além do seu aspecto técnico, são referências fundamentais para esta pesquisa. Se levarmos em conta a definição de "reformatação" sugerida pelo CONARQ, podemos inferir que o ato de reformatar um documento de arquivo é um procedimento que atende a fins específicos e não deve ser realizado de forma aleatória sob o risco de se deturpar o seu propósito. Neste sentido, a digitalização é entendida como um meio (recurso tecnológico) para auxiliar as instituições que custodiam acervos de forma que estas possam cumprir com as funções de acesso e difusão. É preciso desassociar a idéia, errônea, de que a adoção de recursos tecnológicos é o suficiente para garantir a preservação dos documentos arquivísticos. Tais recursos são opções, políticas e tecnológicas, no qual a reformatação do suporte por meio de microfilmagem e da digitalização são apenas um dos meios de se preservar e dar acesso à informação, e não um fim em si mesmo. Conway aponta que "é importante distinguir entre adotar determinada tecnologia de formação de imagem digital para a solução de um problema específico e adotá-lo como uma estratégia de gerenciamento da informação" (CONWAY, 2001, p. 20). Para Silva (2011), muito mais do que a adoção da tecnologia A ou B, o que define o sucesso da escolha é a realização de estudos metodologicamente constituídos, com levantamento de dados e, posterior análise dos mesmos, de forma a subsidiar a tomada da decisão política desta escolha. Percebe-se que além de um modelo de

levantamento de dados, Silva propõe um instrumento capaz de fornecer aos arquivistas meios de influenciar politicamente o processo de decisão a partir de dados estatísticos e analíticos, reduzindo desta forma a subjetividade da tomada de decisões.

METODOLOGIA/METÓDOS

A metodologia empregada nesta pesquisa fará um levantamento bibliográfico sobre os principais temas abordados: reformatção de documentos (com ênfase na digitalização), preservação e acesso de documentos, tecnologias de preservação e acesso, gestão de documentos. Este levantamento buscará apresentar os debates sobre estes conceitos no cenário arquivístico nacional e internacional.

Como campo empírico, escolhemos analisar os procedimentos de digitalização do LARE. A justificativa do campo empírico está fundamentada no vínculo institucional que o autor do projeto possui na qual atua como arquivista responsável pela análise dos procedimentos de digitalização.

Serão avaliados os procedimentos em vigor referentes à reformatção. Neste sentido, pretendemos observar como estão sendo atendidos os requisitos para este fim na UFF.

RESULTADOS PARCIAIS

De acordo com os relatórios de gestão da SDC, o LARE vem firmando parcerias com outros setores da Universidade em projetos de digitalização da documentação acadêmica e administrativa. O laboratório demonstra não possuir uma política de reformatção e procura atender demandas específicas de seus parceiros. Atualmente, o LARE possui uma parceria com a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) para digitalização da documentação inicial dos alunos ingressos nos cursos de graduação. As cópias dos documentos originais são simples, isto é, não possuem autenticação por cartório ou por servidor público. Os documentos digitalizados pelo LARE no projeto com a PROGRAD não são documentos com valor permanente. Pela tabela de temporalidade das IFES, estes documentos estão localizados dentro do código 125.43 que abrange os assentamentos individuais dos alunos cujo o tempo de guarda é de 100 anos (os documentos ficam na fase corrente enquanto o aluno mantiver o vínculo com a instituição de ensino) e depois devem ser eliminados. Não foi encontrada nas normas de serviço da UFF, elementos que identificassem a normalização do processo de digitalização e da composição dos dossiês dos alunos. De acordo com as informações obtidas no relatório de Gestão da SDC de 2016, o LARE digitaliza a documentação produzida e recebida pela PROGRAD com o objetivo de organizar e facilitar o acesso aos documentos para este setor.

Após a digitalização da documentação, os arquivos são salvos em pastas nos computadores do LARE e transferidos para PROGRAD através de discos rígidos externo. A PROGRAD consulta esta documentação ao final da vida acadêmica do aluno, quando ele está prestes a se formar, para verificar se existem pendências relativas aos documentos iniciais. As cópias dos documentos que deram origem a digitalização ficam guardadas no LARE.

Conforme informação disponível no Relatório de Gestão da SDC referente ao ano de 2016, atuam na digitalização de documento 4 bolsistas contratados por conta da parceria entre o LARE e a PROGRAD para digitalização da documentação. Dessa forma, todos os bolsistas estão vinculados ao projeto e atuam nele de forma integral. Quanto aos recursos tecnológicos, os equipamentos são adquiridos pela PROGRAD para execução do projeto de digitalização da documentação inicial.

Foi observado que a documentação digitalizada não passou por um tratamento técnico adequado e o que se digitaliza são documentos descontextualizados do seu contexto de produção. Outrossim, destacamos que a digitalização é feita sobre fotocópias simples de documentos, e não do documento original. Não foi observado se o LARE segue as normativas estabelecidas pela na Resolução nº 31 do CONARQ e demais normativas sobre o tema. Não identificamos a utilização de

um *software* para o gerenciamento dos representantes digitais gerados pelo LARE. Atualmente, as imagens geradas são salvas em arquivos no formato TIFF e armazenadas em discos rígidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das características dos documentos digitalizados pelo laboratório identificamos que o procedimento realizado visa atender a uma demanda interna de um setor específico e não da UFF como um todo. Se considerarmos o tipo documental digitalizado pelo LARE (dossiês de aluno ou parte da documentação que os integra) podemos inferir que a digitalização tem como objetivo deixar acessível uma documentação administrativa ao setor interessado. Neste sentido podemos chegar as seguintes considerações sobre os propósitos da digitalização feita no laboratório:

- Acesso e difusão: Atingido parcialmente mediante a disponibilização de representantes digitais de documentos correntes para os setores que utilizam esta informação. Convém lembrar que a documentação em questão não possui valor permanente, e que sua disponibilização visa apenas atender demandas internas da instituição;

- Preservação: Se considerarmos que a digitalização ainda não possui respaldo legal que garanta aos representantes digitais valor jurídico, a função de preservação fica comprometida devido aos riscos inerentes dos próprios representantes digitais, como a obsolescência de *hardwares* e *softwares* que podem comprometer o acesso a documentação ao longo prazo. Este problema é particularmente grave em documentos com o prazo de guarda muito longo, pois requer que os representantes digitais estejam acessíveis durante o período de guarda, que no caso dos dossiês de alunos é de 100 anos. Outrossim, a digitalização não torna o documento analógico, de caráter corrente e intermediário, prescindível ao contrário da microfilmagem. Sendo assim, a digitalização que atualmente é desenvolvida pelo LARE apresenta um duplo problema que é garantir a preservação dos documentos originais (analógicos) e dos seus representantes digitais por longo prazo. Este quadro se agrava pela ausência de uma política institucional de preservação de documentos digitais.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Glossário Documentos Arquivísticos Digitais*. 2014. 6ª versão. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE. *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. Abril/2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação preventiva em biblioteca e arquivos, v.52).

COOK, Michael; MILLAR, Laura; ROPER, Michael. *Introducción a la planeación estratégica para servicios de archivos*. International Council Archives; International Records Management Trust; Archivo General de la Nación, 2008. 122p.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros / FAPERJ, 2008.

_____. Decifra-me ou te devoro - desafios no uso de tecnologias para preservação e acesso em arquivos. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2011. p. 40-59. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p40>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. Fatos, atos e hiatos na preservação em arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *As políticas de aquisição e a preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. SUPERINTENDÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. *Relatório de Gestão Anual da SDC/UFF do ano de 2016*. Disponível em: <<http://www.ndc.uff.br/sites/default/files/arquivos/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20da%20SDC%202016.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

COLETA DE MÁSCARAS TICUNA PARA O MUSEU NACIONAL NO CONTEXTO DA ANTROPOLOGIA DO SÉCULO XX

Bianca França

Bianca França
PPG Preservação
de Acervos em CT/
MAST

Orientadora:
Heloisa Bertol
Domingues

PALAVRAS-CHAVE: ticuna; máscara ticuna; coleções etnológicas; Museu Nacional; História da Antropologia.

O trabalho apresentado aborda a pesquisa de dissertação que vem sendo desenvolvida no PPACT/MAST na linha de pesquisa 1 - Acervos, História e Divulgação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues.

A dissertação aborda a formação de coleções de objetos dos indígenas Ticuna para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, no contexto da Antropologia do século XX, com recorte para a atuação dos etnólogos/ antropólogos: Curt Nimuendajú, que formou coleções em 1941 e 1942; o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira que formou coleções em 1959 e 1962; e o antropólogo João Pacheco de Oliveira que formou uma coleção em 1981.

Este tema surgiu de inquietações despertadas durante a graduação em História, no trabalho como estagiária no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional (vinculada ao Programa de Extensão da UNIRIO (2013) e depois Iniciação Científica - FAPERJ (2014-2015)); atuando, também, em projetos de revisitação e releitura das coleções Ticuna (2016 – 2017).

As coleções de objetos ticuna, do Setor de Etnologia do Museu Nacional, eram um dos mais numerosos conjuntos de artefatos indígenas, com vulto numérico beirando mil peças, somando entradas de peças do século XIX até a década de 1980. Este acervo abarcava grande parte da História e representação cultural dos indígenas Ticuna e também documentava as tecnologias empregadas por estes indígenas ao produzirem tais objetos. Essas peças foram coletadas ou doadas por naturalistas no século XIX; e no século XX coletadas por etnólogos e antropólogos como Curt Nimuendajú, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira. Os três antropólogos/etnólogos citados terão sua trajetória e coleções abordadas como foco no trabalho de dissertação, devido ao número significativo de objetos coletados em suas coleções e seus aspectos qualitativos e quantitativos.

Inquietei-me com a problematização dos caminhos e descaminhos percorridos por estes objetos até a reserva técnica do Museu Nacional. Em que contexto se deu as coletas desses objetos ao longo do século XX? Respondendo à questão, este trabalho, visa contribuir para os estudos e releituras de coleções etnográficas, e reflexões acerca dos museus, enquanto espaço de ciência e de preservação de memórias coletivas em sua historicidade e contemporaneidade.

OBJETIVOS

A pesquisa tem por objetivos apresentar e divulgar os dados levantados sobre as coleções ticuna do Museu Nacional formadas ao longo do século XIX e XX; contextualizar e analisar a formação de coleções ticuna para o Museu Nacional, no século XX, pelos antropólogos e etnólogos: Curt Nimuendajú em 1941 e 1942; Roberto Cardoso de Oliveira em 1959 e 1962; e João Pacheco de Oliveira em 1981; e analisar a coleta, guarda e exibição de objetos ticuna, em especial as máscaras e os tururis (espécie de tecido de fibra vegetal), no contexto da Antropologia do século XX – XXI no Museu Nacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para contextualizar as coletas dos antropólogos e suas relações com o Museu Nacional e com os Ticuna, utilizarei da monografia *The Tukunas* de Nimuendajú (1952), na qual o autor relata seu primeiro contato com os Ticuna em 1929 e a cultura desses indígenas; de Roberto Cardoso de Oliveira *O Índio e o Mundo dos Brancos* (1964), relato da viagem em 1959 enquanto estudava a produção de curare na região amazônica e outra viagem ao Alto Solimões em 1962 para estudos acerca de fricção interétnica. E João Pacheco de Oliveira (1999) no capítulo *O ofício do etnógrafo e a responsabilidade social do cientista* apresenta um resumo de sua carreira como antropólogo e etnólogo e também sua atuação junto aos Ticuna e no Museu Nacional.

Espera-se com a abordagem dessas trajetórias, analisar aspectos teóricos do campo científico antropológico (Bourdieu, 1983), e aspectos quantitativos e qualitativos da formação dessas coleções, explorando as condições de realização das pesquisas e suas situações etnográficas (Silva, 2009), indicando os sujeitos e objetos envolvidos e seus significados apreendidos.

Para análise da produção, circulação e coleção dos objetos, Appadurai (2008) afirma que concentrar-se nas coisas trocadas e não apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria vínculo entre a troca e o valor é a política, num aspecto amplo, as relações entre museus, indígenas, etnólogos, marchands.

Quanto à análise dos objetos ticuna, em si, será utilizado o conceito de *semióforo* de Pomian. Para Pomian (2010), existem objetos que se distinguem por estarem destinados a produzir *semióforos*. Selos, plumas, máquinas de escrever, vídeos, relógios, todos são *semióforos*, pois cada um está composto de suportes e signos. Sua função primeira, não é nem estar carregado de significação, nem de fabricar coisas, mas produzir ou transmitir signos com seus suportes visíveis ou observáveis. Os objetos ticuna serão tratados como semióforos, ou seja, “[...] um objeto visível e investido de significação [...]” (Pomian, 2010, p.13).

Vida Social das coisas (Appadurai): Trajetória dos objetos



Imagem 01: Esquema da trajetória dos objetos ticuna do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional.

Autora: Bianca Luiza Freire de Castro França. 2018

METODOLOGIA

Para atender à proposta de dissertação será necessário problematizar o *corpus* documental que organiza e classifica os objetos que foram coletados em função da formação de coleções etnográficas para o acervo científico do Museu Nacional ao longo do século XX. Essas coleções foram organizadas tanto sob critérios arquivísticos e bibliotecários, no caso dos relatórios e documentos escritos, quanto sob critérios museológicos, no caso dos objetos etnográficos.

Para compreensão das diferentes situações históricas relativas à produção, circulação e recolhimento das Máscaras Ticuna, no contexto da Antropologia do século XX, será necessária contextualização das viagens de campo, da ação da coleta, e do registro e classificação das coleções no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional.

Para contextualizar a coleta das máscaras pelos antropólogos Curt Nimuendajú (1941-1942), Roberto Cardoso de Oliveira (1959 e 1962) e João Pacheco de Oliveira (1981) será necessário investigar: Organização das expedições antropológicas; Agências de financiamento; Equipe e agentes envolvidos; Períodos e datas e Roteiros e locais de viagem.

Para investigação da ação de coleta e colecionamento das máscaras será necessária análise documental de: Registros de coleta; Agências de pesquisa e populações investigadas; Impacto do colecionamento e Contexto e relações coloniais estabelecidas.

As pesquisas documentais serão realizadas no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, no Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional e no Departamento de Antropologia do Museu Nacional. Envolverá consulta às fontes: 1. Fichas de entrada das Máscaras das coleções de Curt Nimuendajú, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira, no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional (SEE/MN). As fichas estão organizadas com: datas de entrada de peças, nome de coletor, região, forma de aquisição das peças e descrição; 2. Livros de Tombo (23 volumes) do SEE/MN. Os livros de Tombo estão organizados com: números de Tombo das peças, data de coleta, data de entrada, nome de coletor, região, forma de aquisição das peças e descrição; 3. Relatórios técnicos e relatórios de expedições das coleções de Curt Nimuendajú (1941-1942), Roberto Cardoso de Oliveira (1959) e João Pacheco de Oliveira (1979-1981). Documentos presentes no Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR/MN).

Este conjunto documental é composto ainda de documentos administrativos, projetos, planos de curso e correspondências. O próprio arquivamento destes documentos, sua hierarquia, classificação e preservação é passível de problematização. Busca-se, desta forma, encontrar caminhos para responder às questões inicialmente levantadas e para as novas questões que surgirem a partir do contato com a documentação proposta.

RESULTADOS PARCIAIS

Como resultados parciais o projeto apresenta:

1. Levantamento completo das coleções de objetos ticuna do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional com dados de número de entrada; localização das peças; descrição; procedência; coletor/doador; data da coleta; data da entrada do objeto; estado de conservação; fotografia e observações;
2. Fichamento adaptado para as coleções de Curt Nimuendajú (1941 – 1942); Roberto Cardoso de Oliveira (1959 e 1962); João Pacheco de Oliveira (1981). Essas fichas possuem para além dos dados básicos de entrada na instituição, levantamento de fonte e bibliografia acerca dessas coleções;
3. Um relatório de qualificação aprovado apresentando 03 capítulos inteiros, proposta de estrutura de dissertação, apêndices e anexos;
4. Uma proposta de produto técnico científico: Livro de divulgação das coleções ticuna do Museu Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da formação de coleções etnográficas merece atenção, porque não só está ligado a história dos objetos e da simbologia das coleções, mas também as formas coloniais de apropriação das culturas nativas.

A proposta de uma historicização radical (Oliveira, 2008) das coleções, retomando os objetos enquanto documentos, contribui para recuperar histórias em torno da aquisição, classificação, guarda e exposição desses objetos. Explorar as condições de realização de pesquisa, indicando os sujeitos e objetos envolvidos, e seus significados depreendidos, possibilita a preservação dessas coleções, para a contemporaneidade e para gerações futuras como patrimônio nacional e elementos de reafirmação étnica.

Dessa forma, o trabalho visa contribuir para os estudos e releituras de coleções etnográficas, e reflexões acerca dos museus, enquanto espaço de ciência e de preservação de memórias coletivas em sua historicidade e contemporaneidade, pretendendo somar resultados aos estudos acerca da História, preservação e divulgação de acervos etnográficos na área de Acervos C&T.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun (Org.). *A Vida Social das Coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói (RJ): EdUFF, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Cord.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª edição, 1964.

NIMUENDAJÚ, Curt. *The Tukuna*. Berkeley-Los Angeles: University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, 1952, Vol. 45.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. *O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, século XIX e XXI*. Pará: Tempo 2008, 73-99.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horiz. antropol.* [online]. 2009, v. 15, n. 32, p. 171-188.

VELTHEM, Lucia Hussak van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. Belém (PA): *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2012.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICA: ENSINO E PRÁTICA NA ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Camilla Ennes

Camilla Ennes
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e
da Saúde COC/
FIOCRUZ

Orientadora:
Inês El-Jaick Andrade

PALAVRAS-CHAVE: *conservação programada; significância cultural; patrimônio universitário; Escola de Arquitetura e Urbanismo; campus da Praia Vermelha; Chalé da Arquitetura.*

APRESENTAÇÃO

Esta comunicação apresenta parte de pesquisa em andamento para o Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), iniciada em agosto de 2017 e com previsão de conclusão em agosto de 2019.

A pesquisa parte do reconhecimento da cada necessidade vez mais evidente da disseminação de práticas sistemáticas de conservação sobre bens culturais edificados que sejam priorizadas ou ocorram conjuntamente à realização de intervenções de restauração.

A necessidade da manutenção em edifícios históricos é reconhecida desde meados do século XIX, no incipiente debate teórico da disciplina de Restauração, estando presente inclusive, em discursos de correntes teóricas divergentes. No século XX, pôde ser observado o desenvolvimento experiências metodológicas para o planejamento da conservação sistemática dos bens edificados, para as quais podem ser utilizadas diferentes terminologias em suas aplicações, como Planos de Gestão da Conservação, Planos de Conservação Preventiva e Planos de Conservação Programada.

Essas metodologias pleiteiam a construção de uma ferramenta para evitar a necessidade de grandes intervenções de restauro e salvaguardar o bem, no que tange sua integridade e valores. Reconhecem a necessidade do conhecimento aprofundado do bem, relativo aos seus aspectos históricos e construtivos e aos seus valores enquanto patrimônio. É também reconhecida a necessidade de implementar rotinas de inspeção e manutenção periódicas que evitem o aparecimento ou agravamento de danos. A Conservação Programada é uma estratégia focada na elaboração destas rotinas que pode ser, inclusive, um instrumento dentro de outros modelos mais abrangentes.

O foco da análise destas metodologias está na sistematização das informações sobre o bem e nos instrumentos utilizados em suas rotinas de inspeção e manutenção. A finalidade será a criação de estratégias de conservação sistemática para o objeto de estudo, o conjunto arquitetônico-paisagístico EAU-UFF, onde cursei minha graduação em Arquitetura e Urbanismo. Propõe-se que atividades acadêmicas com seu corpo discente

sejam o meio de alimentação e continuidade do material proposto, aliando ensino e a prática da conservação sobre o bem.

PROBLEMA

O conjunto da EAU-UFF, formado por dois edifícios ecléticos construídos entre o final do século XIX e início do século XX, popularmente chamados de Chalé e Casarão, e um jardim de linhas românticas ao redor, é tombado a nível estadual e municipal.

Seus processos de tombamento estiveram relacionados à ocupação pela EAU-UFF, como consequência da mobilização de membros do corpo docente. O conjunto passou por diferentes ocupações, intervenções e usos desde seu uso original, fazendo parte, atualmente, do Patrimônio Universitário edificado da UFF.

Pesquisas históricas foram realizadas desde que o conjunto passou a integrar a Escola de Arquitetura, tanto por parte dos alunos, através de exercícios vinculados a disciplinas e trabalhos finais de graduação, quanto pelo próprio corpo docente. A EAU-UFF destacou-se como um dos primeiros cursos de arquitetura do Brasil a incluir disciplinas relacionadas à preservação em seu currículo letivo¹ e vem, desde então, utilizando o seu conjunto em exercícios para algumas destas disciplinas. No entanto, em tais pesquisas, não há um foco no agrupamento e sistematização das informações com o objetivo de oferecer subsídios a ações programadas de conservação.

O atual estado de conservação do conjunto reflete as dificuldades administrativas relacionadas à falta de uma política de gestão e conservação adequada para edifícios e jardins históricos da universidade. O órgão que tem por finalidade gerir a execução de projetos e obras de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo é a Superintendência de Arquitetura e Engenharia – SAEN. As ações de manutenção são realizadas por funcionários de serviços gerais contratados por empresas terceirizadas, não havendo mão de obra e instrumentos diferenciados para edifícios históricos. Também não há subsídios financeiros destinados à execução de obras de restauro. Em 2014, foi contratada a elaboração de um projeto de Restauro para o Chalé, sem que posteriormente tenham sido disponibilizados recursos para sua execução. Em 2018 o projeto ainda não tem previsão de ser implementado.

QUESTÕES DE PESQUISA

Em 2017, a Oficina Escola de Manguinhos (OEM) - uma iniciativa do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Fiocruz - realizou os Cursos de qualificação em Conservação e Restauração de Madeiras, do qual fui aluna. Como objeto de intervenção para as aulas práticas, foi escolhido o Chalé através de uma parceria firmada entre a EAU-UFF e a OEM, sendo realizadas intervenções em alguns de seus elementos de madeira. A segunda edição ocorreu no primeiro semestre de 2018, contemplando elementos do Casarão. A parceria contou com uma disciplina optativa de apoio no curso da EAU-UFF, denominada de "Oficina de Conservação". Através dela, alunos da graduação curso puderam acompanhar e participar das intervenções.

Tal experiência reafirmou em professores da EAU a intenção de criar uma Oficina de Conservação contínua na EAU-UFF, com disciplina de apoio, que dê subsídios a práticas de conservação no conjunto de maneira independente da parceria com a OEM-Fiocruz. Com sua criação em fase inicial, as atividades tem ocorrido durante o segundo semestre de 2018 no âmbito da disciplina, a qual estou acompanhando como estagiária docente.

A oficina propõe a aproximação entre a teoria e a prática no ensino da preservação, necessária para a produção integral do conhecimento. Suas atividades permitem a aplicação de questões relacionadas à teoria da conservação sobre os elementos que integram os edifícios, contribuindo

1 Maria Cristina Fernandes de Mello, docente da EAU-UFF entre 1976 e 2002 - Trecho de depoimento de 09 de março de 2018.

pra a conservação do próprio conjunto edificado.

Minha experiência como frequentadora do espaço durante a graduação, tal como a aproximação como aluna da OEM trouxeram o interesse em aprofundar os estudos voltados para o conjunto, colaborando com sua atual situação.

No âmbito da Oficina de Conservação da EAU-UFF, o estudo das metodologias de planejamento da conservação sistemática torna-se importante, com o foco nos instrumentos relacionados à sistematização das informações sobre o bem e em suas rotinas de inspeção e manutenção, a fim de aplicá-los sobre o conjunto através de ações pedagógicas junto aos alunos, assim como por equipe técnica, colaborando para a gestão do patrimônio edificado pela direção da EAU-UFF e pela SAEN.

Como produto da dissertação serão propostos: sistematização das informações existentes, direcionamentos para novas pesquisas em atividades pedagógicas e material de base para o levantamento de informações. Este material, baseado no estudo de metodologias de conservação programada, consistirá principalmente na identificação e codificação dos elementos construtivos do conjunto e na elaboração de fichas de inspeção de danos e de registros de intervenções modelo, que permitam o monitoramento e manutenção de uma base de informações contínuas sobre o conjunto. Desta forma, o material servirá para conduzir a produção de dados, a fim de contribuir para a prática constante e sistemática da conservação através de atividades e exercícios com o corpo discente.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar o conjunto arquitetônico-paisagístico da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) da Universidade Federal Fluminense (UFF) enquanto patrimônio universitário da instituição, valorizando seu potencial como objeto educacional para o ensino da preservação e para a prática de ações sistemáticas de conservação.

Objetivos específicos

- Apresentar o conceito de Patrimônio Universitário e identificar seus valores atribuídos, com destaque para o valor educacional.
- Caracterizar o conjunto arquitetônico-paisagístico da EAU-UFF enquanto Patrimônio (Cultural) Universitário edificado da instituição.
- Elaborar diretrizes e instrumentos focados na sistematização para novas pesquisas e no estabelecimento de ações contínuas que auxiliem na conservação programada do conjunto edificado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho dialoga com três temáticas: o patrimônio universitário em seu sentido amplo, abrangendo o patrimônio edificado; a atribuição de valores na significância do patrimônio cultural, a partir do reconhecimento do valor educacional do patrimônio universitário; e o planejamento da conservação.

O conceito de Patrimônio Universitário, muito utilizado para a identificação do patrimônio dos museus e coleções universitárias de ciência e tecnologia, apresenta-se ainda incipiente quando relacionado ao patrimônio edificado, apesar de abrangê-lo. Entende-se por Patrimônio Universitário todo o patrimônio tangível e intangível relacionado a instituições de ensino superior, bem como à comunidade acadêmica e o ambiente social e cultural do qual este patrimônio faz parte (Conselho Europeu, 2005).

O entendimento de que o Patrimônio Universitário pode constituir uma fonte primária de informação e conhecimento (TALAS, 2015) vem ao encontro do reconhecimento da potencialidade do conjunto arquitetônico-paisagístico da EAU-UFF como objeto de pesquisa para atividades

acadêmicas. Este aspecto é abordado neste trabalho como seu «valor educacional», atributo reconhecido em metodologias existentes de atribuição de valores no patrimônio cultural.

Na fundamentação teórica da temática de atribuição de valores extrínsecos ao bem edificado, procura-se apresentar brevemente a relevância do reconhecimento dos valores nos bens culturais para sua conservação. Para tal, destacam-se Alois Riegl, precursor da temática com a publicação «O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem», escrito em 1903, e estudos de referência mais recentes, onde entende-se a atribuição dos valores como a «significância cultural do patrimônio», conceito introduzido na Carta de Burra em 1980. São identificados os estudos de referência do Getty Conservation Institute (2002), de Fielden e Jokilehto (2003), e de Norma Lacerda (2012), que reconhecem a atribuição do valor educativo / cognitivo / acadêmico como valor atribuído ao patrimônio universitário.

Na temática do planejamento da conservação, são identificadas vertentes de conservação sistemática originadas em diferentes contextos, com destaque para a Conservação Programada, conceito desenvolvido na Itália por Giovanni Urbani (1925-1994), e atualmente desenvolvido por Stefano Della Torre (2013), utilizado como referencial teórico neste trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia pode ser dividida em três procedimentos: pesquisa bibliográfica, arquivística e empírica.

A pesquisa bibliográfica referente ao objeto de estudo está sendo realizada através de consulta às bibliotecas universitárias, sendo elas a biblioteca da EAU-UFF e a Biblioteca Central do Gragoatá (já realizadas), além das pesquisas em bases de dados online. Trata-se de material, elaborado por corpo discente e docente, em pesquisas acadêmicas sobre o conjunto e a região em que está inserido, além de informações que contribuam para a contextualização de ações pedagógicas iniciais relacionadas à preservação na EAU-UFF.

A pesquisa arquivística sobre o conjunto abrange arquivos físicos e digitais de desenhos técnicos sobre o seu estado atual e histórico de intervenções. Está sendo realizada através da consulta às bibliotecas e arquivos da Universidade, de contato com membros do corpo docente da EAU-UFF e da SAEN e dos órgãos de tutela.

A pesquisa empírica corresponde à entrevistas estruturadas e reuniões. Serão direcionadas entrevistas a antigos professores da EAU-UFF que estiveram presentes e atuaram no processo de tombamento do conjunto, na inclusão das disciplinas relacionadas à preservação do patrimônio no currículo letivo e durante a execução de importantes intervenções. Estão sendo também realizadas reuniões direcionadas à análise e entendimento do contexto institucional do objeto de estudo e histórico de intervenções.

O desenvolvimento da sistematização voltada para o ensino e prática da conservação envolve duas etapas: pesquisa bibliográfica e aplicação prática empírica. A pesquisa bibliográfica sobre metodologias de planejamento da conservação procura levantar iniciativas práticas de conservação que abranjam diferentes níveis prevenção, a serem aplicados na pesquisa empírica através de estágio de docência na disciplina «Oficina de Conservação».

RESULTADOS PARCIAIS

A partir da segunda edição da parceria entre a EAU-UFF e a OEM, iniciou-se a pesquisa empírica para desenvolvimento do produto através da participação como estagiária docente na disciplina Oficina de Conservação, sob orientação do professor Ronaldo Brilhante.

Trata-se do preenchimento pelos alunos de fichas de inspeção de danos, onde foram registradas as informações sobre o estado de conservação anterior dos elementos que passaram por intervenções nas oficinas práticas, e fichas de registros de intervenções, onde foi realizado o registro fotográfico e descritivo dessas.

Através disso, pôde-se identificar melhor a necessidade específica de sistematização para o objeto de estudo. Foram identificados como instrumentos importantes para a sistematização, cujos modelos serão apresentados como produto final do Mestrado Profissional em andamento: a Identificação e codificação dos elementos construtivos do conjunto, fichas de identificação de tais elementos e modelos de fichas de inspeção de danos e intervenções.

Resultados parciais de pesquisas já realizadas foram apresentados ou submetidos em reuniões científicas, como o 2º Simpósio Científico do ICOMOS – Brasil (realizado em abril de 2018), e o 10º Fórum Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio (realizado em agosto de 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o principal desdobramento do produto seja o direcionamento e o registro sistemático das futuras intervenções, no âmbito da Oficina de Conservação da EAU-UFF. A medida que intervenções diversas sejam realizadas, sobre diferentes elementos e materiais, apoiadas pela informação sistematizada cada vez mais completa e contínua, seus registros também servirão como instrução para intervenções semelhantes sobre outros elementos. A aplicação destes instrumentos poderá ocorrer no âmbito da disciplina de apoio e ser utilizada pela diretoria da escola e pela SAEN na gestão das ações sobre o conjunto.

REFERÊNCIAS

CONSELHO EUROPEU. *Recommendation of the committee of ministers to member states on the governance and management of university heritage*. 2005. Disponível em: http://umac.icom.museum/pdf/Rec_2005_13E.pdf. Acesso em: 19 de junho de 2018.

DE LA TORRE, Marta. *Assessing the values of cultural heritage*. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002, p.1-30.

JOKILEHTO, J.; FEILDEN, B. M. *Manual para el manejo de los sitios del patrimonio mundial cultural*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura (Colcultura)/Subdirección de Patrimônio, 1995.

LACERDA, Norma. Valores dos Bens patrimoniais. In. Norma Lacerda e Sílvia Mendes Zancheti *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p.44-55.

KERR, James. *Conservation plan: a guide to the preparation of conservation plans for places of european cultural significance*. Icomos/Australia, 2013.

LIPOVEC, Neza Cebron; VAN BALEN, Koenraad. Preventive conservation and maintenance of architectural heritage as means of preservation of the spirit of place. In. PINHEIRO, Marcos José de Araújo et al. *Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados*. Rio de Janeiro: COC, 2009.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006

TALAS, Sofia. *UNIVERSEUM: Rede do Patrimônio Universitário Europeu*. Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 68 - 79, 2015

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. *Planos de Conservação: do ensino à prática, da academia aos cantos de obras*. Olinda: CECl, 2013.

TORRE, S. Della. La conservazione programmata: una strategia per il patrimonio storico-architettonico In: *La conservazione programmata del patrimonio storico-architettonico*: linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico. Guerini, Milano 2003.

A LITERATURA DE CORDEL NA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA: UMA MEMÓRIA DISPERSA

Carolina Sena

Carolina Sena
PPG Memória e
Acervos - FCRB

Orientadora:
Ana Lígia Silva
Medeiros

PALAVRAS-CHAVE: literatura de cordel; folhetos; Fundação Casa de Rui Barbosa; memória; cultura.

A dissertação de mestrado desenvolvida abordou, como tema central, o acervo de cordel da FCRB, buscando delinear sua trajetória. A pesquisa está inserida no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPG-MA) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), na linha de pesquisa "Patrimônio Documental: Representação, Gerenciamento e Preservação de Espaços de Memória".

Antes de tudo, destaca-se a missão da FCRB, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), que pauta-se no "[...] desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa [...] e] oferece um espaço reservado ao trabalho intelectual, à consulta de livros e documentos e à preservação da memória nacional." (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, [2015]).

O acervo supracitado é composto por aproximadamente dez mil folhetos (CAPELLÃO, 2017) e 137 tacos de xilogravuras. Além disso, possui títulos de autores pioneiros, por exemplo Leandro Gomes de Barros, como um de 1906, demonstrando a raridade desse conjunto. Desde a formação do acervo na década de 60, no Centro de Pesquisa (CP) da FCRB (CURRAN, 2003), a literatura de cordel tem sido bastante consultada nesse ambiente. De acordo com as últimas estatísticas apresentadas, este acervo foi o mais acessado no ano de 2017, no ambiente virtual do Serviço de Biblioteca da instituição, onde hoje encontra-se guardado.

A literatura de cordel é reconhecidamente identificada como meio de transmissão de informação e entretenimento, inicialmente no Nordeste brasileiro. Tradicionalmente, esteve envolvida em pesquisas, publicações e eventos na FCRB. Em contrapartida, apesar dos diversos documentos gerados por esses acontecimentos, não foi identificada organização definida das informações que relatam sua trajetória na instituição. Assim, determinou-se como necessário apresentar essa ordenação.

No decorrer do estudo do acervo dessa área do conhecimento, buscou-se recuperar sua trajetória na FCRB. Por consequência, surgiram algumas questões, as quais precisaram ser respondidas, ou pelo menos investigadas.

Assim, foram colocados como indagações os seguintes pontos: definição da origem da literatura de cordel no Brasil para contextualização, já que

foram identificadas divergências quanto à esse assunto; levantamento do histórico do acervo de cordel da FCRB; organização da bibliografia produzida sobre o tema pela FCRB; análise dos procedimentos utilizados na organização e na divulgação do acervo da instituição; produção de instrumentos que pudessem condensar os eventos, fatos e publicações envolvendo cordel na FCRB.

Para o desenvolvimento da dissertação, visando obter informações sobre cordel e sua trajetória na FCRB, utilizou-se como metodologia de pesquisa a revisão e análise da literatura e de documentos históricos, além da aplicação do método de história oral. Assim, pretendeu-se estudar a origem da literatura de cordel no Brasil, pesquisar as atividades relacionadas ao tema realizadas na FCRB e apresentar uma composição do histórico, da organização e divulgação de seu acervo, além de sua situação atual.

Inicialmente, buscou-se na base de dados da FCRB títulos tanto no que concerne ao conceito e origem da literatura de cordel, quanto à trajetória desse tipo de acervo na FCRB, inclusive com publicações da própria instituição. Alguns autores podem ser mencionados como de destaque nessa investigação, como Márcia Abreu (1999), Mariana Peixoto (2003), Vilma Quintela (2005) e Sylvia Nemer (2008). Posteriormente, foi preciso recorrer à pesquisas em fontes primárias do Setor de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI), visando complementar dados que não foram publicados.

Como última etapa para preencher as lacunas ainda deixadas tanto pelas publicações quanto pelos documentos históricos, foi utilizada a técnica de história oral, disciplina cursada no segundo semestre do mestrado. Nesse sentido, foram entrevistadas pesquisadoras dedicadas ao tema e que participaram de alguma forma da trajetória do cordel na FCRB.

Ao longo das entrevistas, deixou-se as estudiosas à vontade quanto ao seu discurso, conforme o preconizado pela história oral. Assim, foi possível alcançar o maior número de informações, mesmo que não tivessem sido todas previstas no planejamento. Como forma de demonstrar a organização das entrevistas, seus roteiros são encontrados em apêndice na dissertação.

Nesse contexto, Portelli (1997) defende que a história oral exprime versões do passado dos entrevistados, ou seja, sua memória revisitada por meio de conversas presenciais. Assim, segundo Joutard (2006, p. 57), a história oral deve ser de fato realizada presencialmente, com a devida interação, pois “qualquer intermediário seria uma traição”, podendo afetar sua fidelidade.

É importante ressaltar que o uso da história oral contribuiu de fato para a composição do trabalho, tendo sido inspirado em Alessandro Portelli. O estudioso italiano da literatura americana e da cultura, historiador oral e escritor, nascido em 1942, desenvolveu em especial um trabalho no qual realizava entrevistas com trabalhadores da indústria de Terni (cidade industrial localizada a 65 milhas de distância de Roma), lugar onde foi criado. Sob essa égide, da mesma forma que o fato de Portelli (1997) ter crescido em uma vila industrial tê-lo ajudado a comunicar-se, o fato de eu ter trabalhado no setor que abriga atualmente a coleção de cordel da FCRB (Serviço de Biblioteca) pode ter facilitado a minha aproximação com estudiosos da área.

Por tratar-se de um Mestrado Profissional, foram apresentados como resultados, junto com a dissertação, alguns produtos finais. Entre eles, é possível mencionar a linha do tempo referente ao que ocorreu envolvendo a literatura de cordel na FCRB, além de dois quadros resumindo as publicações e eventos de cordel realizados pela instituição envolvendo o tema.

Por fim, com a elaboração desta dissertação, buscou-se retratar o acervo de cordel da FCRB, de forma a elencar sua trajetória, organização e divulgação nesse ambiente. Cabe destacar que essa literatura vem recebendo atenção dos pesquisadores, tendo sido reconhecida como bem imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no dia 19 de setembro de 2018.

Desse modo, o cordel constituiu-se como reconhecido componente da memória cultural brasileira. Ao longo desses estudos, portanto, foi possível identificar o cordel como fonte de informação, já que a sua origem em manifestações orais permitiu a sua disseminação para todo tipo de público, inclusive os analfabetos. Posteriormente, o tema passou também a ser alvo de interesse por parte dos intelectuais, em parte graças às questões saudosistas do romantismo no século XIX.

Nessa concepção, como atualmente os folhetos de cordel da FCRB são armazenados em seu

Serviço de Biblioteca, salienta-se o papel de uma biblioteca, quando guarda acervos desse tipo. Ao fazê-lo, acresce à sua função de guarda e tratamento de documentos, o seu papel como lugar de memória. Nesse

sentido, a instituição estaria, portanto, integrando os “processos de constituição, preservação e difusão de discursos identitários na contemporaneidade” (SILVEIRA, 2010, p. 67), atuando em conformidade com a missão da FCRB e com o contexto de globalização, que tende a promover uma aglutinação de culturas. Com a valorização da memória e identidade de cada grupo social, torna-se favorável sua preservação perante a mudanças decorrentes das alterações nas noções de tempo e espaço (SILVEIRA, 2010).

Ressalta-se a importância das autoras mencionadas na área de metodologia (Abreu, 1999; Peixoto, 2003; Quintela, 2005; e NEMER, 2008) para a definição da literatura de cordel. Todas apresentaram visões diferentes sobre o assunto, raramente encontradas na literatura relacionada. Com os textos especialmente das duas primeiras autoras, foi possível adotar a designação de cordel como uma literatura genuinamente brasileira, que teria iniciado sua existência desde o século XVI, não sendo algo apenas herdado da Europa. A literatura de cordel brasileira possuiria, assim, características próprias, com base em suas manifestações orais e questões métricas, ganhando destaque posterior na Academia.

Finalmente, com a elaboração e conclusão dessa dissertação, pretendeu-se contribuir para a realização de estudos futuros sobre a literatura de cordel, especialmente no acervo da FCRB. Com isso, sistematizou-se a formação dessa coleção na instituição, seu tratamento técnico e divulgação, sucedidos por meio da realização de eventos, publicações e bolsas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *História de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

CAPELLÃO, Tony. Casa de Rui Barbosa disponibiliza acervo raro de literatura de cordel. *No palco: um novo conceito de cultura*. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalnopalco.com.br/2017/01/01/casa-de-rui-barbosa-disponibiliza-acervo-raro-de-literatura-de-cordel/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

CURRAN, Mark J. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 2003. Folhas soltas.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. [2015]. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2017.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 5, p. 43-61.

NEMER, Sylvia (Org.). *Recortes contemporâneos sobre o cordel*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008. (Coleção FCRB Aconteceu, 8).

PEIXOTO, Mariana do Carmo de Almeida. *Literatura de cordel: da oralidade à escrita*. 2003. 89 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral*. Proj. História, São Paulo, n. 15, 1997.

QUINTELA, Vilma Mota. *O cordel no fogo cruzado da cultura. Salvador, 2005*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras da UFBA, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10956/1/Vilma%20Mota %20Quintela.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10956/1/Vilma%20Mota%20Quintela.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1102/772>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

A FOTOGRAFIA CIENTÍFICA NO MUSEU NACIONAL: GUIA BÁSICO PARA A PRESERVAÇÃO DE SEU ACERVO EM SUPORTE DE VIDRO

Caterina Susana Salvi

*Caterina Susana
Salvi*
PPG Preservação de
Acervos de Ciência
e Tecnologia -
MAST

Orientadora:
*Simone de Sousa
Mesquita*

PALAVRAS-CHAVE: preservação de acervos fotográficos; negativos e diapositivos de vidro; organização de acervos fotográficos; ciência fotográfica; fotografia científica.

RESUMO

Acervos fotográficos históricos que se encontram preservados em diversas instituições de pesquisa e ensino em ciência e tecnologia do Rio de Janeiro, como, por exemplo, no Museu do Meio Ambiente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no Observatório Nacional e na Casa de Oswaldo Cruz, contêm conjuntos significativos de registros visuais que documentam as práticas de fotografia científica e de ciência fotográfica do país. O acervo fotográfico em suporte de vidro do Museu Nacional da UFRJ, composto de, cerca, de 11 mil itens, integra este conjunto de referência e confirma a importante utilização da fotografia em atividades de pesquisa e ensino de ciências no Brasil, e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro.

O Museu Nacional da UFRJ foi criado em 6 de junho de 1818, como Museu Real, no contexto de transferência da corte portuguesa para o Brasil, com o objetivo de divulgar o conhecimento e os estudos de ciências naturais no país. Reconhecida como a mais antiga instituição científica do Brasil, que este ano completou 200 anos, com função importante no desenvolvimento científico, cultural e econômico do país, construiu, através das atividades de pesquisa e ensino de ciências naturais e antropológicas, conjuntos de acervos de importância significativa, no âmbito dos museus da América Latina.

A característica comum a esses acervos fotográficos históricos em suporte de vidro é a presença de quantidades consideráveis de imagens em negativo. Para compreender essa constituição devemos nos focalizar, no contexto da história dos processos fotográficos, não somente na época em que o processo fotográfico negativo-positivo se estabeleceu e nas características físico-químicas dos materiais e processos utilizados, como também, na funcionalidade do processo negativo-positivo, e sua especificidade em instituições de pesquisa e ensino de ciência e tecnologia. O desenvolvimento das emulsões fotográficas, de seus diversificados processamentos químicos, e, também, dos próprios instrumentos ópticos, consolidou a fotografia como importante instrumento de investigação científica, e, acarretou, ao mesmo tempo, a necessidade de adaptações a novos materiais e métodos. Nestes processos de adequações, os registros fotográficos em

negativo, pela sua característica de unicidade, continuaram a ser utilizados nas atividades diárias das instituições, permanecendo, em geral, arquivados nos laboratórios fotográficos onde eram processados. Esses conjuntos de originais fotográficos continuam a ter relevância para as pesquisas científicas que se desenvolvem na atualidade, na medida em que as novas tecnologias, como por exemplo, a fotografia digital, proporcionam análises com maior detalhe, possibilitando, por sua vez, a identificação de novas informações dos fenômenos estudados. Esses registros históricos, por conseguinte, são imprescindíveis, para o estudo da evolução de fenômenos naturais, pela comparação de diversos registros ao longo do tempo. A preservação desses conjuntos fotográficos históricos se torna fundamental, portanto, para dar andamento às pesquisas científicas que se desenvolvem na atualidade na instituição.

Aos valores histórico e científico desses registros fotográficos devemos acrescentar o valor arquivístico, uma vez que são registros produzidos durante as atividades diárias de pesquisa e ensino da instituição. Como documento de arquivo, entretanto, os processos de gerenciamento, utilização e documentação do registro fotográfico no interior das instituições se estabeleceram de acordo com as características próprias do processo fotográfico, ocasionando que seu arquivamento se procedesse, comumente, nos laboratórios onde eram processados, acarretando, em especial para os acervos de negativos em suporte de vidro, significativa dissociação do contexto original de sua produção.

O objetivo geral do presente estudo voltou-se para a identificação de práticas características da fotografia científica em um conjunto de itens do acervo fotográfico histórico do Museu Nacional da UFRJ, uma vez que seus registros contêm informações que representam as atividades de pesquisa e ensino que se desenvolviam e, ainda se desenvolvem na instituição.

O objetivo específico foi dedicado à elaboração de um Guia Básico para orientar o planejamento das atividades de conservação preventiva a serem conduzidas no acervo fotográfico histórico em suporte de vidro do Museu Nacional da UFRJ.

Os estudos desenvolvidos na elaboração desse trabalho adotaram a metodologia característica de uma pesquisa exploratória, pois foram realizados através da análise de alguns itens do acervo, de levantamentos bibliográficos e de investigações em documentos oficiais e textuais da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ. O trabalho final é apresentado em três capítulos.

No primeiro capítulo, ressaltam-se os experimentos realizados pelo pintor Hercule Florence que resultaram na invenção isolada da fotografia e na reconhecida primeira utilização do termo *Photographie* no Brasil, na Vila de São Carlos, atual Campinas. Focaliza-se a introdução das emulsões fotográficas sobre suporte de vidro em meados do século XIX e sua utilização ao longo de todo o século XX, devido às importantes características de estabilidade física e transparência do vidro. A característica física de rigidez do vidro, que não se deforma durante a exposição à luz, à imersão nas substâncias químicas da revelação e fixação da imagem, mantendo-se inalterado também durante longos períodos de tempo é de fundamental importância em estudos científicos, onde é necessário comparar informações de fenômenos ao longo do tempo. A história da fotografia é apresentada no contexto do aprimoramento da ciência fotográfica e de sua aplicação para o progresso do conhecimento científico. Define-se o conceito de fotografia científica e de ciência fotográfica, evidenciando-se não somente a relação de reciprocidade que a ciência fotográfica e a fotografia científica mantiveram e continuam mantendo ao longo da história da fotografia, como também, a importante participação de instituições e cientistas da cidade do Rio de Janeiro, em conjunto com instituições e cientistas estrangeiros, na evolução do processo fotográfico.

Apresentam-se, como exemplos, a participação, em 1887, em Paris, do astrônomo Luis Cruis, então diretor do Observatório Nacional, ao primeiro Congresso Astronômico e Fotográfico, onde também estiveram presentes astrônomos de diversos Observatórios e pesquisadores de fotoquímica para a deliberação sobre a padronização dos processos fotográficos que deviam ser empregados no Projeto Internacional da Carta do Céu, a atuação do astrônomo Henrique Morize,

do Observatório Nacional, na avaliação de processos fotomecânicos de impressão e de cópias fotográficas que lhe eram enviadas pelos pesquisadores de instituições estrangeiras envolvidos no desenvolvimento da ciência fotográfica e, a importante utilização da fotografia no Museu Nacional em emulsões sobre suporte de vidro confirmada nos relatos das expedições científicas realizadas em diversas regiões do território nacional pelos cientistas do museu, e, em especial, a significativa utilização da fotografia pelo professor Edgar Roquette-Pinto, durante seus trabalhos diários na instituição, para reproduzir, pelo processo de autocromia, as cores dos objetos etnográficos e para imprimir as imagens fotográficas nas publicações da instituição, pelo processo de fototopia.

No segundo capítulo expõem-se os resultados obtidos para as análises efetuadas no conjunto amostra do acervo fotográfico em suporte de vidro do Museu Nacional, para a identificação de práticas de fotografia científica, a identificação da tipologia de suas emulsões e de seu estado de conservação. Ao longo de cinco meses foram coletados dados de temperatura e umidade relativa do ar no ambiente destinado à guarda permanente do acervo. Esses resultados são avaliados com base nas recomendações ambientais estipuladas para a preservação dessa tipologia de acervo. Disserta-se também sobre as informações recolhidas em documentos oficiais e textuais da Seção de Memória e Arquivo da instituição, evidenciando sua relevância para o resgate dos significados originais de produção do acervo fotográfico em suporte de vidro do Museu Nacional da UFRJ.

O terceiro capítulo constitui-se do Guia Básico para orientar no planejamento das atividades de conservação preventiva que serão conduzidas no acervo fotográfico histórico em suporte de vidro do Museu Nacional da UFRJ. As atividades de preservação, no campo da conservação-restauração de bens culturais foram definidas pelo Conselho Internacional de Museus - Comitê de Conservação (Internacional Council of Museums - Committee for Conservation ICOM-CC), como sendo aquelas que devem possibilitar às gerações futuras o acesso ao patrimônio cultural tangível, respeitando suas propriedades físicas e seus significados. As ações de conservação-restauração, de acordo com o ICOM-CC, compreendem três disciplinas principais: a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Essas definições, estabelecidas primeiramente para acervos museológicos, foram também adotadas para a preservação de acervos bibliográficos e arquivísticos. A conservação preventiva envolve as ações indiretas com a finalidade de evitar ou minimizar danos e/ou perdas à constituição física e aos significados dos acervos. Essas ações são indiretas, porque não agem sobre a estrutura física dos bens.

A cidade do Rio de Janeiro, pioneira na América Latina, no estabelecimento das diretrizes para a conservação de acervos fotográficos, atua, através do Centro Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte - CCPF e do PROFOTO (Projeto de Preservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional) propiciando tanto assistência técnica, como divulgando os aprimoramentos na área. Com o desenvolvimento da tecnologia digital, manuais e extensa bibliografia são divulgadas e disponibilizadas também *online*. Os cadernos técnicos do CCF-FUNARTE e o Plano de Gerenciamento de Risco da Biblioteca Nacional constituem exemplos dessa bibliografia. No âmbito das ações relacionadas ao gerenciamento de risco para o planejamento das atividades de conservação preventiva, é imprescindível, portanto, atuar não somente nos fatores causadores de danos físicos ao acervo como também naqueles relacionados às perdas dos significados originais de produção de seus itens.

O Guia Básico oferece orientações para o planejamento das atividades que devem ser conduzidas no acervo fotográfico em suporte de vidro do Museu Nacional para alcançar tanto a preservação de suas características físicas como a de seus significados. Evidencia-se, que em acervos fotográficos históricos em suporte de vidro, as atividades de conservação preventiva e curativa devem ser realizadas simultaneamente sendo obrigatório também realizar a fotografia individual dos itens do acervo. A fotografia individual dos itens do acervo, necessária para o registro de sua identidade e o monitoramento de seu estado de conservação, é fundamental também, pois disponibiliza as imagens para os necessários trabalhos de sua organização, tornando-as também acessíveis para os pesquisadores. A organização do acervo deve-se fundamentar nos contextos

originais de produção de seus itens.

É imperioso ressaltar que estas orientações devem ser conduzidas e supervisionadas por profissional especialmente formado e capacitado na conservação-restauração dessa tipologia de acervo.

REFERÊNCIAS

BURGI, Sergio; BARUKI, Sandra Cristina Serra. *Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: Técnicas, Métodos e Materiais*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1988. 38 p.

COSTA, Fernanda Madalena; JARDIM, Maria Estela. *100 Anos de Fotografia Científica em Portugal (1839-1939): Imagens e Instrumentos*. Lisboa: Edições 70, 2014. 332 p. il.

EDER, Josef Maria. *History of Photography*. Translated by Edward Epstean. New York: Dover Publications, 1978. 860 p.

FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M.. Mundialização da Ciência e Respostas Locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil: (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio: Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia, Espanha*, v. 50, n. 2, p.107-123, 1998. Semestral. Disponível em: < <https://doi.org/10.3989/asclepio.1998.v50.i2.338>>. Acesso em 19/11/2016.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

GUICHEN, Gaël de. *Conservación preventiva: ¿en qué punto nos encontramos en 2013?* Patrimonio Cultural de España: Conservación preventiva: revisión de una disciplina, Madrid, n. 7, p.15-23, 2013.

LACERDA, Aline Lopes de. *A Fotografia nos arquivos: A produção de documentos fotográficos da Fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. 2008. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

McCABE, Constance. PRESERVATION OF 19TH-CENTURY NEGATIVES IN THE NATIONAL ARCHIVES. *Journal Of The American Institute For Conservation*, Washington, v. 30, n. 1, p.41-73, 1991. Disponível em: < <http://cool.conservation-us.org/jaic/articles/jaic30-01-005.html>>. Acesso em

MUSEU REAL. Disponível em: < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/musnac.htm> >. Acesso em 16/05/2016.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. *Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional: A Conservação Preventiva em Foco*. Rio de Janeiro: Cop-bn, 2016.

O GABINETE DE GRAVURA DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES: DISCUTINDO CRITÉRIOS PARA UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVOS

Cristal Azevedo

Cristal Azevedo
PPG Memória e
Acervos – FCRB

Orientadora:
*Aparecida Marina de
Souza Rangel*

PALAVRAS-CHAVE: coleções de arte; coleção de museu; política de aquisição; gestão de acervos; políticas públicas de cultura; museologia; Museu Nacional de Belas Artes.

Esse trabalho¹ tem como objetivo discutir a importância da estruturação de uma política de aquisição para acervos museológicos, entendendo esta ação como etapa primordial para a organização e gestão de acervos culturais. Utilizando como objeto de estudo o Gabinete de Gravura no Museu Nacional de Belas Artes, criado no início da década de 1980, sob a coordenação do gravador e gestor cultural Carlos Martins, analisará quais critérios norteadores foram empregados pela primeira equipe do Gabinete para a complementação de obras de gravuras brasileiras na coleção do Museu. Estes parâmetros nos possibilitarão avaliar como a produção de estratégias para a ampliação de acervos em uma instituição museológica contribui para a potencialização da instituição e valorização de suas coleções. Como parte da pesquisa, analisaremos os avanços no desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor cultural e seu impacto no campo museológico brasileiro. Como produto, visando uma contribuição aos profissionais de museus, apresentará um roteiro com a finalidade de orientar a formulação de políticas de aquisição e descarte de acervos museológicos, apresentando caminhos e propondo ideias que facilitem seu processo de elaboração.

A aquisição de acervos em uma instituição museológica pública é uma atividade de extrema relevância, pois por meio dos objetos que compõem uma coleção, os museus formam sua identidade. Escolher o que deve ser lembrado, e conseqüentemente mantido sob a guarda de uma instituição, está associado às relações entre memória e esquecimento e às ações de selecionar e descartar, termos aparentemente dicotômicos, porém bastante utilizados pelos estudiosos dos museus e da museologia.

Para aprofundarmos este tema, tomamos como objeto de estudo o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), direcionando o foco para seu acervo de gravura brasileira, que constitui uma das mais relevantes coleções públicas de sua tipologia no país, contendo obras de diversos nomes da gravura artística² nacional tais como Oswaldo Goeldi, Fayga Ostrower, Anna

1 Agradecimentos à orientação da Prof^a. Dr^a. Aparecida Marina de Souza Rangel.

2 Uma gravura corresponde ao múltiplo de um trabalho artístico que é reproduzida a partir de uma matriz. Trata-se de uma obra de arte original, numerada e assinada pelo artista, com um número limitado de exemplares, que pode ser ultrapassado pela sua reimpressão, quando se possui a matriz original.

Letycia, Carlos Oswald e Carlos Scliar. Essa reunião de obras primas foi possível, em muito, pelo trabalho realizado por Carlos Martins, convidado no início da década de 1980 a compor um Gabinete de Gravura no museu. O gravador e sua equipe realizaram um trabalho de organização da coleção que incluía o inventário e catalogação, a realização de exposições itinerantes, a reimpressão de obras e a complementação do acervo por meio de doações de artistas gravadores contemporâneos.

Dessa forma, o Gabinete de Gravura do MNBA será o viés que conduzirá as discussões sobre a forma como os objetos são incorporados à coleção, refletindo sobre as implicações inerentes a este processo. Critérios, parâmetros, política propriamente dita, enfim, quais os procedimentos que devem ser adotados por uma instituição para aceitar ou recusar determinado objeto? O que esta ação indica e determina?

Por considerarmos a coleção de gravura brasileira do MNBA um conjunto relevante para a história da arte no Brasil, analisaremos quais critérios de entrada de gravuras nacionais foram utilizados a fim de que a coleção refletisse a produção desse segmento artístico. A construção de sua coleção que, em certa medida, construiu-se sem que o MNBA tenha formulado uma política para seu acervo, é bastante positiva e seus desdobramentos ressoam até os dias atuais na rotina de trabalho do Gabinete de Gravura. Entretanto, pouco foi explorado sobre o período dentro do meio acadêmico.

A estruturação da pesquisa inicia-se com a discussão sobre o conceito de coleção partindo de definições defendidas por teóricos do colecionismo e estudiosos da cultura material como Pomian, Susan Pearce e Baudrillard. Em seguida, realizou-se uma análise crítica de como a constituição das primeiras coleções privadas deu origem aos primeiros museus públicos. Esta análise é fundamental para o desenvolvimento do trabalho, pois orienta a discussão para o campo museológico possibilitando um panorama geral da história dos museus.

O objeto de nosso estudo, o Gabinete de Gravura do MNBA, foi abordado por meio de um breve histórico da instituição que trouxe à discussão sua contextualização histórica e social, passando o campo do patrimônio. A fundamentação teórica sustenta-se em estudiosos referenciais para as áreas abordadas tais como Lia Calabre em políticas culturais e Maria Cecília Londres Fonseca sobre patrimônio. Essa abordagem inicial estrutura a análise crítica empreendida na sequência, tendo o Gabinete de Gravura como objeto privilegiado de estudo. Em seguida, conduzimos a discussão para a análise das aquisições realizadas no período, buscando compreender a forma pela qual o gabinete se estruturou, o viés conceitual e político de seu gestor e os critérios técnicos norteadores de seu trabalho. A metodologia da História Oral foi utilizada como uma importante ferramenta para acesso aos personagens que participaram deste processo e que ainda atuam neste cenário. Entrevistas foram realizadas com o gravador Carlos Martins e com a curadora atual da Coleção de Gravura, Laura Abreu, além de consulta a depoimento de Pedro Xexéo, coordenador técnico do MNBA à época de criação do Gabinete.

A pesquisa avança ao tema da política de aquisição a partir de uma análise crítica que apresenta um panorama de seu desenvolvimento conceitual e prático dentro das atribuições do campo da museologia. Como um produto mais operacional deste estudo, foi construído um roteiro com a finalidade de orientar a formulação de políticas de aquisição e descarte de acervos museológicos, apresentando caminhos e propondo ideias que facilitem seu processo de elaboração, incluindo referências bibliográficas e *links* para modelos já institucionalizados e adotados pelo campo.

Para situar e embasar teoricamente a pesquisa foram utilizados conceitos defendidos por teóricos da museologia como Stránský e José Neves Bittencourt que, ao longo de suas trajetórias profissionais no campo dos museus, se debruçaram sobre o tema da política de aquisição elegendo-o como objeto de estudo, problematizando as práticas de incorporação de acervos, levando em conta as transformações socioculturais dos séculos XX / XXI (muitas ainda em curso). Utilizamos os estudos de Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro, André Desvallées e François Mairesse para fundamentar os conceitos relacionados à documentação museológica. Além disso,

foi realizada uma entrevista com a museóloga Claudia Penha dos Santos, uma das participantes do processo de elaboração da política de aquisição e descarte de acervos do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

O exame das estratégias empregadas pela primeira equipe apresentou o tema de forma interessante de modo a fornecer bases ou princípios para a reflexão em torno das políticas de aquisição de acervos em museus. A partir do depoimento oral de Carlos Martins foi possível entender como se desenvolveram as atividades iniciais do gabinete e os critérios que a equipe utilizou para a complementação do acervo de gravuras do MNBA. É interessante compreender que só foi possível estabelecer estes critérios a partir de um levantamento minucioso e da organização da documentação das gravuras que já compunham o acervo. Deste modo, a partir do cruzamento de informações obtidas tanto pela entrevista quanto por meio da análise da produção bibliográfica (em especial os artigos de José Neves Bittencourt e do conceito de objeto como documento apresentado por Maria Lucia de N. M. Loureiro), pudemos reforçar o conceito de que uma política de aquisição constitui-se como ferramenta fundamental quando há conhecimento prévio das especificidades e necessidades do acervo, obtidas por meio da pesquisa e vinculadas à missão do museu.

Foi imprescindível, também, compreender o panorama brasileiro no campo da cultura e do patrimônio no período analisado (década de 1980) e em décadas anteriores. Para tal, a utilização dos trabalhos de Lia Calabre e Cecília Londres Fonseca, entre outros, foi de máximo proveito, pois nos forneceram bases que ajudaram a estruturar a narrativa e a entender os avanços e estagnações que são reflexos do tempo e das conjunturas de cada período.

Para reforçar, refletir e jogar luz sobre a discussão do tema em nossos dias, os relatos de profissionais atuantes no âmbito dos museus como Laura Abreu, curadora atual da coleção de gravura do MNBA e Claudia Penha dos Santos, museóloga e uma das participantes do grupo que elaborou a política de aquisição adotada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), enriqueceu o trabalho e nos possibilitou depreender alguns aspectos relacionados à dificuldade de os museus se adequarem às normas estabelecidas por meio de políticas públicas culturais.

Destacamos a criação do IBRAM, em 2009, como um marco positivo na criação de subsídios para a normatização das práticas de museus no Brasil, com a promulgação de leis, decretos, diretrizes e publicações que promovem e fortalecem o campo museológico. Em especial a respeito de políticas de aquisição, apesar de não existir um documento específico que obrigue os museus a elaborarem este documento, o Estatuto de Museus, primeira lei específica para o setor, aponta que estas instituições devem formular e tornar público um plano museológico que inclui o estabelecimento de uma política de aquisição e descarte de acervos.

De fato, constatamos que há pouca literatura a respeito deste tema e que muitos museus ainda não possuem uma política de aquisição e descarte. Os motivos, conforme abordamos, estão ligados ao fato de que muitas instituições operam com um quadro de funcionários reduzido, tanto as de menor porte quanto os museus nacionais no âmbito federal. Outro motivo reside na questão de que, apesar de a história da museologia no Brasil ter começado na segunda década do século passado, o fortalecimento do campo deu-se de maneira gradual, passando por momentos de interrupção em seus avanços. Estes hiatos eram gerados conforme a atenção que era dada pelas autoridades no exercício do poder variavam, fato que ainda é um problema que o setor cultural frequentemente tem de lidar. Desse modo, a normatização dessas práticas específicas do setor foi impactada, retardando a absorção pelo próprio campo.

O roteiro final foi construído tomando como referência todas as informações apreendidas ao longo da execução do trabalho, de maneira que tornassem claras a linguagem e abordagem do tema para que os profissionais de toda parte do país, sejam eles museólogos ou não, pudessem estar mais familiarizados com a legislação a respeito dos museus e da temática de aquisição de acervos. Um dos objetivos da pesquisa foi apresentar que boas práticas podem ser adotadas mesmo com quadro técnico reduzido ou falta de verba orçamentária.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1997.

BITTENCOURT, José Neves. A pesquisa como cultura institucional: objetos, política de aquisição e identidades nos museus brasileiros. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos (Org.). *Museu: instituição de pesquisa*. Rio de Janeiro: 2005. p. 37 – 50. (SérieMAST Colloquia, v. 7).

_____. Em torno da serventia atual dos museus: algumas reflexões sobre políticas de aquisição. In: *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 43-62, nov. 2013. Disponível em: <http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/4-Artigo3-Jose-Bittencourt.pdf>. Acesso em maio de 2017.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

DESVALLÉES e MAIRESSE. Musealização. In: *Conceitos-chave de museologia*, 2013, p. 57

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

LOUREIRO, Maria Lúcia de N. M. A documentação museológica entre arte e ciência. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia. N. M. (Org.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p. 103 a 116. (Mast Colloquia, v. 10).

PEARCE, Susan. The urge to collect. In: *Interpreting objects and collections*. 2003.

POMIAN, Krysstof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume I. Imprensa Nacional: Casa da Moeda. 1984. p. 51 – 86. (publicado originalmente em italiano em 1978), p. 53.

GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL BRASILEIRO

Danilo Bueno

Danilo Bueno
PPG Ciência da
Informação - UFF

Orientadora:
Ana Célia Rodrigues

PALAVRAS-CHAVE: arquivo público estadual; gestão de documentos; políticas arquivísticas.

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa aborda o conceito e os aspectos teóricos e metodológicos da gestão de documentos no contexto da arquivística, articulando essas discussões com as políticas arquivísticas do Poder Executivo Estadual brasileiro, tendo em vista o dever constitucional do Poder Público com a gestão de documentos em todo o seu ciclo de vida documental, como garantia de transparência administrativa e memória social do país. Trata-se de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento na Linha de Pesquisa Fluxos e Mediações Sócio-Técnicas da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), com bolsa CAPES, configurando-se como parte da produção intelectual do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

Para o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a gestão de documentos é definida como "área da gestão administrativa geral na busca por economia e eficácia na criação, manutenção, uso e destinação final dos documentos" (DAT1, 1984). O ciclo de vida documental é baseado na frequência de uso e nos valores primários (administrativos) e secundários (histórico) dos documentos, servindo de base para a implementação de programas de gestão de documentos (PGD) em três fases: criação, manutenção e uso e destinação final (eliminação ou recolhimento para um arquivo).

No contexto nacional, segundo Jardim (1987, p. 40), o contato do Brasil com essas discussões durante a década de 1980 incidiu na ruptura com o modelo de instituição arquivística tradicional, a partir da construção de metodologias compatíveis com a tradição histórica e administrativa do país, que objetivaram a adoção de elementos básicos da gestão de documentos.

Nesse período esses debates levaram à aprovação da Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, na qual gestão de documentos é definida como "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento

para guarda permanente” (Art. 3º).

A Lei Nacional de Arquivos, como ficou conhecida, dispõe ainda sobre a responsabilidade do Poder Público para com a gestão de documentos, estabelecendo que “Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei”. (Art. 21º). Esta Lei demarca os arquivos de acordo com a construção do regime federativo no Brasil.

Contudo, Rodrigues (2013, p. 65) ressalta que com a vigência da Lei nº 12.527/2011, também denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI), “todo cidadão agora tem direito de solicitar cópia de qualquer informação contida em documentos produzidos ou acumulados em órgãos públicos”, e que para o atendimento desse dever constitucional,

Viabilizar a implantação de uma política pública de gestão de documentos pressupõe uma dupla perspectiva, dotar os órgãos públicos de instrumentos de gestão e o arquivamento de condições técnicas e legais para seu funcionamento.

Segundo Jardim (2003, p. 38-39), políticas arquivísticas são definidas como:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

No marco desta pesquisa, associamos estas ‘premissas, decisões e ações’ a partir dos elementos básicos da gestão de documentos propostos por Llansó I Sanjuan (2006, p. 64), sendo elas a “legislação – estrutura – programa de gestão de documentos”.

Para Doyle e Frenière (1991, p. 2), todos esses elementos da gestão de documentos são concretizados com a publicação do manual de gestão de documentos, ao lado dos planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos, instrumentos básicos que registram as diretrizes, conceitos, metodologias e atividades de um PGD.

Conforme apontado por Jardim (2015, p. 45) “[...] a gestão de documentos ainda é a exceção e não a regra no Estado brasileiro”, justificando a emergência do debate científico no âmbito das políticas arquivísticas do Poder Executivo Estadual brasileiro.

Nesse contexto, o problema de pesquisa gira em torno dos seguintes questionamentos: Como se configura a gestão de documentos no Brasil? Há diferentes modelos e influências teóricas e metodológicas de gestão de documentos no âmbito das políticas arquivísticas do Poder Executivo Estadual brasileiro?

Como objetivo geral, pretende-se discutir os modelos teóricos e metodológicos de gestão de documentos a partir das políticas arquivísticas dos Poderes Executivos Estaduais brasileiro. Os objetivos específicos são: a) identificar as teorias e metodologias de gestão de documentos em âmbito internacional e nacional; b) discutir os conceitos de políticas arquivísticas, sistemas de arquivos e programas de gestão de documentos; c) analisar as perspectivas teóricas e metodológicas adotadas para a implementação de programas de gestão de documentos nos Poderes Executivos Estaduais brasileiro.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, aliamos duas dimensões do ponto de vista científico: teórica e aplicada. Na dimensão teórica, se caracteriza como exploratória, de natureza qualitativa. Na dimensão aplicada, se configura a partir de um estudo de caso exploratório, cujo universo de pesquisa escolhido são os Poderes Executivos Estaduais brasileiros dos 26 estados

e do Distrito Federal.

Na dimensão teórica busca-se discutir por meio de revisão de literatura nacional e estrangeira, as teorias, modelos, conceitos, elementos e instrumentos da gestão de documentos; sistema de arquivos; políticas públicas arquivísticas; Administração Pública e a formação do Estado brasileiro; e, Arquivos Públicos Estaduais, sendo os materiais consultados: teses e dissertações; artigos científicos; livros; manuais de Arquivologia, Administração e Ciência da Informação.

A dimensão aplicada consiste em levantamento de dados na legislação arquivística sobre a criação e competências dos Arquivos Públicos Estaduais do Poder Executivo Estadual brasileiro; regulamentação dos sistemas de arquivos e programas de gestão de documentos, e os instrumentos de básicos da gestão de documentos (planos de classificação de documentos, tabelas de temporalidade e manuais de gestão de documentos); e, identificação e sistematização de perspectivas teóricas e metodológicas no âmbito da política arquivística no universo de pesquisa escolhido. Fontes: sites institucionais dos Arquivos Públicos dos Poderes Executivos Estaduais; das Assembleias Legislativas Estaduais; e dos Governos Estaduais, bem como do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

3 RESULTADOS PARCIAIS

a) *Regulamentação e definição da gestão de documentos:*

SUL		
PR	SC	RS
1998	2008	N/LOCALIZADO

SUDESTE			
MG	RJ	SP	ES
1998	1999	2004	2005

CENTRO-OESTE			
GO	MS	DF	MT
2008	2013	2009	2014

NORTE						
AP	TO	RR	AM	PA	AC	RO
2010	2012	2014	2017	N/LOCALIZADO	N/LOCALIZADO	N/LOCALIZADO

NORDESTE								
CE	BA	PE	PI	AL	MA	RN	SE	PB
2000	2006	2015	N/LOCALIZADO	N/LOCALIZADO	N/LOCALIZADO	N/LOCALIZADO	N/LOCALIZADO	N/LOCALIZADO

Fonte: Elaborado pelo autor.

O levantamento preliminar revela que dos 26 estados mais o Distrito Federal, apenas 13 (48,14%) regulamentaram a gestão de documentos. A situação mais crítica pode ser verificada na região nordeste e norte.

Na região nordeste, dos 9 estados, apenas 3 estados (33,33%) regulamentam a gestão de documentos (estados do Ceará, Bahia e Pernambuco), ao passo que nos outros 6 estados (66,66%) não foi possível localizar instrumentos nem informações a respeito, por não existirem ou por estarem disponíveis para acesso (Piauí, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraíba).

Na região norte, dos 7 estados, 4 estados (57,14%) regulamentaram a gestão de documentos (Amapá, Tocantins e Roraima e Amazonas), enquanto nos outros 3 estados (42,85%) não foi possível localizar instrumentos nem informações, por não existirem ou por estarem disponíveis para acesso (Pará, Acre e Rondônia).

A maioria dos estados brasileiros e o Distrito Federal (24) regulamentaram a gestão de documentos previsto na Lei nº 8.159/1991 durante a década de 2000 e 2010, salvo os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e do Paraná que o fizeram no final da década de 1990, revelando o despreparo do Poder Público com a gestão de documentos e com a preservação do patrimônio documental como memória do cidadão e da administração pública dos estados brasileiros.

A maioria dos estados brasileiros e o Distrito Federal (24), salvo o Rio de Janeiro e o Paraná, que regulamentaram a gestão de documentos em 1998, os demais o fizeram durante a década de 2010, quase 20 anos após a regulamentação da gestão de documentos previsto na Lei Nacional de Arquivos nº 8.159/1991, marco legal que completa 28 anos de existência.

A maioria dos estados brasileiros e o Distrito Federal (24) regulamentaram a gestão de documentos previsto na Lei nº 8.159/1991 durante a década de 2000 e 2010, salvo os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e do Paraná que o fizeram no final da década de 1990, revelando o despreparo do Poder Público com a gestão de documentos.

b) Arquivos Públicos Estaduais:

Somente os estados do Piauí e da Paraíba não possuem esse tipo de instituição arquivística, e não apresentam regulamentação da gestão de documentos, pois não foi possível localizar instrumentos nem informações que indicassem tal regulamentação, por não existirem ou por estarem disponíveis para acesso.

c) Conceito de gestão de documentos:

Todas as definições são regulamentadas a partir do conceito de gestão de documentos adotado pela Lei Nacional de Arquivos nº 8.159/1991, que possui elementos conceituais notadamente proposto pelo conceito de gestão de documentos estadunidense, revelando a orientação teórica desse modelo.

d) Metodologia adotada no desenvolvimento de programas de gestão de documentos:

O levantamento de dados também revela a existência de três modelos metodológicos orientados para a classificação do objeto da gestão de documentos.

O primeiro modelo metodológico é representado pelo Programa de Gestão de Documentos Federais (PGD-AN, 1995), que influencia a maioria dos estados brasileiros que regulamentaram a gestão de documentos (ES; RS; PR; GO; MS; MT; DF; RN; AM), que é baseado na classificação por assuntos, com o objetivo de reunir e tratar os documentos por temas, e é o elemento norteador da avaliação de documentos deste modelo institucional.

O segundo modelo, é representado pelo Programa de Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ), o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), o Sistema Administrativo de Gestão Documental e Publicação Oficial de Santa Catarina (SGDPO), e pelo Sistema Estadual de Arquivos da Bahia (SEA), baseados na classificação funcional de documentos por tipologia documental. A análise do contexto funcional, administrativo e legal de produção dos documentos são elementos norteadores para a classificação e a avaliação de documentos.

Por último, o terceiro modelo metodológico identificado é representado pelo Programa de Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais (PGD-MG), baseado na metodologia DIRKS da ISO 15.489/2001 (*Design and Implementation of a Record Keeping System*), e na norma australiana de gestão de documentos AS 4390-1996 do Arquivo Nacional da Austrália, metodologia desenvolvida no âmbito teórico do *record continuum*, cujos elementos de análise para a classificação e avaliação de documentos se baseiam nas evidências das transações da organização produtora dos documentos, mas apresentando um plano de classificação por assuntos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa observamos que distintos modelos metodológicos coexistem nos Poderes Executivos Estaduais brasileiros, incidindo em diferentes instrumentos, resultados e alcance da gestão de documentos enquanto processo arquivístico capaz de trazer benefícios

para a administração pública e a sociedade brasileira. Porém, menos da metade das instituições analisadas possuem a regulamentação abalizada pela Lei Nacional de Arquivos a qual estabelece critérios para a preservação, acesso e gestão dos documentos como instrumentos de apoio à administração pública.

REFERÊNCIAS

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Dictionary of archival terminology*: Paris: K. G. Saur, 1984. (ICA handbooks series; vol. 7).

DOYLE, M.; FRENIERE, A. *La préparation de manuels de gestion de documents à l'intention des administrations publiques: une étude RAMP*. Paris: Programme général d'information et UNISIST. UNESCO, 1985, (PGI-91/WS/18).

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de Transformações. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/>>. Acesso em 20 abr. 2016.

_____. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Revista Acervo*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul.-dez. 1987.

LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional (Parte II). *Revista Códice*, Jaén, España, v. 2, n. 2, p 39-70, jul./dez. 2006.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.64-80 jan./abr., 2013. (Editada em novembro de 2014). Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/121>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

TIPOLOGIA DOCUMENTAL PARA ARQUIVOS PESSOAIS: ESTUDO DOS DOCUMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE DA MATEMÁTICA ESTELA KAUFMAN NO ACERVO DO MAST

Dayane Ponciano de Lima

*Dayane Ponciano
de Lima*
PPG Acervos
de Ciência e
Tecnologia – MAST

Orientadora:
*Maria Celina Soares
de Mello e Silva*

PALAVRAS-CHAVE: arquivos pessoais; tipologia documental; identificação arquivística; atividade docente; arquivo Estela Kaufman.

O presente trabalho é resultado das reflexões em torno do projeto de dissertação de mestrado em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI. O tema da nossa pesquisa está relacionado ao estudo da tipologia documental para classificação de documentos de arquivo pessoal e tem como objeto de estudo o arquivo da matemática Estela Kaufman Fainguelernt (1933-2015), que compõem o acervo arquivístico do MAST.

Estela Kaufman graduou-se em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1955, cursou mestrado e doutorado pela UFRJ, e se estabeleceu como um importante nome entre os matemáticos que desenvolveram pesquisas em Educação Matemática no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Estela Kaufman teve uma atuação docente duradoura, e passou por diversas instituições de ensino no estado do Rio de Janeiro, tendo estabelecido sua carreira em universidades privadas. Nessas instituições atuou como professora, coordenadora pedagógica, coordenadora de curso, coordenadora de pós-graduação e diretora de institutos de grupos de pesquisa.

Com destacada atuação no movimento pela modernização da Educação Matemática, juntamente com um grupo de cientistas brasileiros na década de 1970, participou da criação de grupos de estudo e pesquisa, e de entidades e associações representativas, dentre eles o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática e a Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Também foi responsável pela criação dos cursos de Mestrado Acadêmico e de Mestrado Profissional em Educação Matemática, os primeiros a serem criados no estado do Rio de Janeiro. Desenvolveu pesquisas na área de formação de professores, sobre o ensino da Geometria, diálogo da Matemática com a Arte, e sobre a linguagem e representação matemática.

O arquivo pessoal passa por tratamento arquivístico desde 2017 e, durante esse processo, pudemos notar a existência de diferentes tipos documentais que ainda não foram identificados nos demais arquivos de cientistas que estão preservados no MAST. O desafio de trabalhar com esse arquivo pessoal, foi percebido durante o processamento técnico,

quando ocorreram várias dúvidas de como classificar e dar nome a documentos que refletem mais de 50 anos de atividade docente. Além de analisar como identificar uma diversidade de materiais didáticos de diferentes tipos.

Arquivos como o de Estela Kaufman, trazem consigo registros sobre a trajetória de vida de educadores que desempenharam em suas atividades docentes um papel importante para o avanço e preservação da ciência e tecnologia no país. Ao preservá-los, estamos resguardando a história de instituições de ensino e pesquisa do país, através do registro das atividades de seus pesquisadores. Partimos do pressuposto que a identificação tipológica dos documentos desse arquivo contribuirá para o tratamento e consequente preservação de um acervo de grande relevância para a história da Matemática no Brasil, e que futuramente poderá auxiliar professores e pesquisadores que tenham interesse na produção e divulgação da educação em ciências. O estudo tipológico também se apresentará como uma alternativa metodológica de organização para arquivos de cientistas como Estela Kaufman.

Entende-se o estudo da tipologia documental como uma “a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (BELLOTTO, 2002, p.19). O desafio do estudo tipológico é o de procurar nomear os documentos de acordo com as funções que assumiram em seu contexto de produção. Para a realidade dos arquivos pessoais, esse desafio torna-se mais complexo, pois os produtores desses acervos não seguem uma lógica de acumulação, transitam por diversos espaços e assumem atividades variadas no decorrer de suas trajetórias de vida. O mapeamento dessas atividades pode ser mais bem detalhado com o entendimento do contexto de criação desse documento, como também, por meio dessa metodologia de identificação, podemos obter uma padronização da terminologia dessas espécies documentais.

A questão que tem norteadado a pesquisa é: como o estudo tipológico pode contribuir na identificação dos documentos de atividade docente de Estela Kaufman? Procurando responder esse questionamento, nossa proposta de pesquisa tem como objetivo principal a criação de um glossário de espécies e tipos a partir do levantamento tipológico dos materiais didáticos do arquivo. A proposta do glossário é que seja apresentado como um produto técnico científico, e venha a contribuir com as pesquisas sobre tipologia documental que já são desenvolvidas no âmbito do Arquivo de História da Ciência – AHC/MAST. Nossa proposta de produto poderá servir como instrumento de pesquisa para outros profissionais da área. Também faz parte dos nossos objetivos mapear as atividades da produtora do arquivo; realizar um levantamento das espécies e tipos documentais; construir uma biografia da produtora do arquivo a partir dos seus registros documentais; e entender suas atribuições e atividades nas instituições de ensino e pesquisa.

O nosso projeto tem como fundamentação teórica referências em trabalhos como o de Heloisa Bellotto, no que diz respeito ao entendimento da análise diplomática, da análise tipológica e das diferenças entre espécies e tipos documentais. Bellotto aponta que para obter uma análise tipológica eficiente, é necessário ter conhecimento das atividades desenvolvidas pela entidade produtora, e entender quais as relações orgânicas mantidas entre aquelas atividades que geraram o documento. Já para análise das espécies em si, é preciso saber a forma que o documento assume de acordo com a natureza de sua informação.

Também temos como referencial os trabalhos de Ana Célia Rodrigues que analisam os fundamentos da identificação arquivística, a relação entre a Diplomática e a Arquivologia, dando ênfase à diplomática contemporânea ou estudo da tipologia documental. Rodrigues discute a importância da etapa de identificação arquivística apontando uma metodologia aplicável com base nos estudos de tipologia documental.

Outros estudos e experiências de análise que tomamos como referência para o nosso trabalho são as pesquisas de Ana Maria de Almeida Camargo em relação à constituição dos arquivos pessoais. Temos como foco principal a experiência de identificação tipológica e elabora-

ção de instrumento de pesquisa com as espécies e tipos identificados no acervo do Instituto Fernando Henrique Cardoso. O trabalho com acervo de FHC é apresentado como resultado de uma identificação arquivística detalhada e que procurou dar nome e contextualizar as diversas tipologias documentais encontradas no acervo de um ex-presidente da República.

Já em relação aos estudos desenvolvidos por Maria Celina Soares de Mello e Silva temos como referência a pesquisa sobre a produção documental em laboratórios de ciência e tecnologia. No contexto dessa pesquisa foi feito um mapeamento da produção dos cientistas em seus laboratórios, e um levantamento de dados sobre a visão desses em relação aos documentos oriundos de sua produção. A partir desses dados foi elaborado um glossário de espécies e tipos documentais de arquivos de laboratórios, que serve como parâmetro para as pesquisas sobre tipologia documental em desenvolvimento no AHC/MAST. Além desse glossário, está em elaboração um de espécies e tipos de arquivos de cientistas, que também tomamos como referência.

Por fim, também temos o trabalho do matemático Marcelo Salvador que ao dissertar sobre a atuação de Estela Kaufman enquanto professora de Geometria, reuniu uma série de informações sobre a sua formação profissional e dos contatos que ela teve com pesquisadores contemporâneos. Ainda no desenvolvimento dessa pesquisa, Salvador realizou uma entrevista oral com Estela, que atualmente integra o arquivo pessoal da matemática e que será também objeto de análise do nosso trabalho.

A nossa proposta de trabalho está caracterizada como uma pesquisa de ordem exploratória. A metodologia de trabalho, do projeto consiste na revisão bibliográfica de autores que já possuem teses nessa área, ou que produziram instrumentos de pesquisa utilizando o estudo tipológico como base; realizar uma pesquisa documental nos arquivos do MAST, sobre como se deu o processo de aquisição do arquivo pessoal Estela Kaufman; realizar entrevistas com familiares da produtora do arquivo e com colegas de profissão, principalmente os que tiveram contato com a matemática no contexto de atuação na Universidade Severino Sombra – Vassouras/RJ, instituição que foi responsável pela guarda de parte do arquivo pessoal de Estela, até o momento que ele foi todo reunido no MAST; fazer o levantamento de espécies e tipos existentes no arquivo, analisar dados e, elaborar um glossário com tipos documentais identificados.

Dos resultados parciais que conseguimos alcançar até o momento em nossa pesquisa podemos apontar um melhor detalhamento das atividades e funções atribuídas a Estela em seu contexto de atuação. Estamos conseguindo relacionar materiais didáticos com os projetos de pesquisa nos quais foram utilizados e de que forma foram adquiridos ou produzidos. O arquivo Estela Kaufman é rico em materiais didáticos lúdicos utilizados como ferramentas de representação matemática, ou para traçar comparativos de situações cotidianas com a análise matemática. Dos materiais lúdicos encontrados no arquivo foi possível identificar jogo de dominó, jogo de dados e peças de quebra-cabeça geométrico, conhecidas como Tangram. Também conseguimos identificar a relação com pesquisadores de Universidades no exterior. Essas informações estão dispostas em *e-mails* impressos que estão entre os documentos do arquivo.

Consideramos que com o prosseguimento da nossa pesquisa, conseguiremos listar um número maior de materiais no acervo que serviram para uso didático, como também outros tipos documentais que estejam inseridos no contexto da atuação de Estela Kaufman enquanto docente. Calculamos que cerca de 30% do seu arquivo pessoal seja composto por documentos provenientes da atividade docente. Nossa proposta de glossário visa contribuir com um levantamento já realizado nos projetos de pesquisa do AHC, e que não se pretende exaustivo. Esse levantamento tipológico irá compor um glossário mais abrangente das espécies e tipos documentais dos arquivos do MAST.

REFERÊNCIAS

ARDAILLON, Danielle (org.). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. Disponível em: <http://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BELLOTTI, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2065>>. Acesso em: 04 Jun. 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SALVADOR, Marcelo Ferreira Martins. *Uma História de Paixão: Estela Kaufman Fainguelernt e o Ensino da Geometria*. 2012. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2012.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. (Org.). *Glossário de espécie e tipos documentais em arquivos de laboratórios*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Arquivo de História da Ciência, 2014.

_____. Os arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus. (org.). *Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: MAST, 2015. p. 177-203. (Coleção MAST 30 anos de pesquisa, v. 1). Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/capitulo_06.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. *Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. p. 33-53. (Mast Colloquia; v.13). Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

VIANA, Cláudio Muniz; RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como metodologia para organização de arquivos de Arquitetura. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 416-432.

PARA ALÉM DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA: A BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA (BEC) COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Elen Cristina de Aguiar Gomes

*Elen Cristina de
Aguiar Gomes*
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde COC/Fiocruz

Orientadora:
*Ana Luce Girão
Soares de Lima*

PALAVRAS-CHAVE: política cultural; patrimônio cultural - proteção; biblioteca pública – finalidades e objetivo; Biblioteca Euclides da Cunha.

A Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) é, a contar de 1981, uma unidade da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Criada em 1937 como a Biblioteca da Secretaria de Estado do Ministério de Educação e Saúde, tinha a função de atender às necessidades informacionais dos funcionários do Ministério de Educação e Saúde (MES). Passou por mudanças de subordinação, três ministérios e três locais de guarda de seu acervo. O primeiro local de guarda da Biblioteca, desde sua criação em 1937 até 1941, foi no Edifício Rex, localizado na Rua Álvaro Alvim n.º 37 – sala 1610 – Centro – Rio de Janeiro. Em 1941 a então Biblioteca do Departamento de Administração foi transferida para o Edifício Piauí, na Av. Almirante Barroso n.º 72 – salas 308 a 312 – Centro – Rio de Janeiro. A divisão permaneceu neste local até 1944, quanto a construção do Prédio do MES foi concluída. Esteve, desde então, sediada no 4º andar do Palácio Gustavo Capanema, especialmente projetado para abrigar a Biblioteca. No entanto, desde setembro de 2016, em função das obras de restauração do Palácio, seu acervo encontra-se fechado e para dar continuidade às suas atividades de difusão cultural, a BEC permanecerá em um local temporário de guarda. Em fevereiro de 2017, foi concluída a transferência do acervo administrativo, dos funcionários e dos equipamentos de escritório para o 7º andar - sala 704 - no Edifício do Teleporto (Centro Empresarial Cidade Nova) localizado na Avenida Presidente Vargas, n.º 3131 – Cidade Nova – Rio de Janeiro. Contudo, o acervo ainda se encontra no Palácio Capanema aguardando trâmites legais para concluir a mudança. Parte do acervo está acondicionado em caixas e a maioria permanece nas estantes, “protegidos” por lonas plásticas lacradas com fita adesiva. Em seus 81 anos de existência, essa será a quarta mudança de uma instituição que não tem documentada a sua história, além da inserção de seu acervo em um ambiente em que as condições físicas e climáticas são completamente diferentes de seu local de guarda permanente. O salão do quarto andar do Palácio Capanema, onde funcionou por 74 anos, possui 786.30m² e tem como elementos de valorização da arquitetônica, mobiliário e luminárias projetados por Oscar Niemeyer e parte destes itens estão preservados até os dias atuais. A climatização é feita por meio do sistema de ventilação mecânica, as fachadas foram projetadas para permitir tanto a ventilação quanto a luminosidade em quantidade necessária. O salão do Teleporto

possui 660,57m², é climatizado através do sistema de ar condicionado central (ventilação artificial) que é desligado à partir das 19h, permanecendo desligado nos feriados e finais de semana, e é religado durante a semana por volta das 6h. O “pé-direito” do pavimento é de 2,60m quando a BEC tem algumas estantes com 3,00m. Para remediar a situação seria necessário a aquisição de uma estanteria mais baixa, com a consequência de um aumento da “área necessária” para a guarda do acervo. Além disso, do sistema de detecção e combate a incêndios (sprinklers), que são padrão para prédios de escritórios, podem ser prejudiciais em locais que abrigam acervo. Esse cenário foi definitivo para despertar o interesse sobre o objeto de estudo, que teve importante atuação ao ser utilizada como instrumento de pesquisa e qualificação dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento da educação e saúde pública do país. Obter destaque ao utilizar práticas consideradas modernas de biblioteconômicas naquela época e atualmente por representar um canal que possibilita o aprendizado contínuo de quem a frequenta. O objetivo do projeto foi reunir informações históricas sobre a Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) e propor ações que auxiliem na conservação preventiva deste acervo em seu local de guarda no Palácio Capanema. Além de assegurar a integridade destes bens no processo de mudança para o local provisório, bem como apontar ações necessárias para manter a estabilidade deste patrimônio enquanto permanecer no local provisório. A metodologia empregada para foi o levantamento em fontes primárias e secundárias, com o intuito de reunir informações sobre a construção da história da Biblioteca Euclides da Cunha. As fontes pesquisadas foram: o Arquivo Administrativo da BEC, Arquivo Pessoal de Gustavo Capanema no CPDOC/FGV, Arquivo Central do Rio de Janeiro do Iphan, Biblioteca Central de Gragoatá (BCG) /UFF, Centro Arquivístico da Secretaria Municipal de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro e Fundação Biblioteca Nacional. Revisão bibliográfica dos conceitos de memória, patrimônio, patrimônio cultural, biblioteca pública, preservação, restauração, conservação, conservação preventiva e gerenciamento de riscos. Mapeamento conceitual dos possíveis riscos que o acervo pode vir a sofrer que teve como parâmetro o Plano de Gerenciamento de Riscos da Biblioteca Nacional. Além da aplicação de questionário em três instituições que abrigavam acervo no Palácio Capanema e concluíram o processo de transferência de seu patrimônio para o local provisório: Escritórios de Direitos Autorais (EDA), Arquivo Central do Rio de Janeiro do Iphan e a Biblioteca Noronha Santos do Iphan. Com base na metodologia descrita anteriormente o trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo foi apresentada a contextualização, a caracterização e atribuição do valor à biblioteca por sua participação no processo do desenvolvimento do sistema educacional na gestão Capanema e atuação constante em ações de promoção a cultura em benefício do cidadão. O segundo capítulo foi construído por meio dos dados recolhidos na revisão teórica e outras informações que contemplassem a atual situação de interrupção dos serviços e possível transferência de acervo para novo local de guarda. O último capítulo feito a partir do levantamento realizado no capítulo anterior apresenta recomendações que auxiliarão na conservação preventiva do acervo da BEC. Tanto no Palácio Capanema onde se encontra fechado há dois anos, no futuro processo de mudança, bem como no tempo que precisará permanecer no local de guarda provisório no Teleporto, além de apresentar o resultado da aplicação do questionário com instituições.

REFERÊNCIAS

Arquivos Pessoais de Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

Arquivos Administrativos (1937-1990). Biblioteca Euclides da Cunha (BEC)

BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional (1972-1999)*. An. Bibl. Nac., Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. *Relatório de atividades* (2001-2016). Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/acesso-informacao/relatorios-gestao>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ : IPHAN, 2005.

FREITAS, Debora Soares Machado. *Biblioteca Euclides da Cunha: uma identidade entre carimbos*. Niterói, 2014. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Curso de Biblioteconomia e Documentação – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

IFLA/UNESCO. *Manifesto sobre bibliotecas públicas*. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018

SEGRE, Roberto. *Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira*. São Paulo: Romero Guerra, 2013.

SPINELLI JUNIOR, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO DA FIOCRUZ: METODOLOGIA DE TRANSFERÊNCIA DO ACERVO DA BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

Eliane Dias

Eliane Dias
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde COC/Fiocruz

Orientador:
Paulo Elian

PALAVRAS-CHAVE: transferência de acervo; gestão de risco; preservação.

Os acervos arquivísticos e bibliográfico da Casa de Oswaldo Cruz estão localizados no prédio da expansão do campus de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na cidade do Rio de Janeiro, e desde o início seus ambientes de guarda foram adaptados para abrigá-los. Com o intuito de melhorar as condições de guarda dos acervos sob sua custódia, a Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade da Fiocruz, projetou e construiu o Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS), prédio que integra não só essas áreas como os outros setores da COC. Sob a perspectiva da Conservação Preventiva, os ambientes de guarda dos acervos, o sistema de climatização e o mobiliário do novo prédio foram previamente pensados e planejados de modo que contribuíssem para a preservação dos acervos que irá abrigar. O grande desafio que as equipes que coordenam e zelam pelos acervos é fazer uma transferência segura sem causar danos aos itens dos acervos. Assim, o tempo empregado na organização da mudança é fundamental, pois certamente é menor e mais produtivo se for comparado ao que poderá ser perdido com ações improvisadas, em que as decisões estariam sempre sujeitas a soluções imediatistas. Dessa forma, planejar e organizar a mudança permite que várias ações sejam gerenciadas simultaneamente, à medida que possibilita também o monitoramento do desempenho e a avaliação dos resultados tanto parciais como os finais. A mudança configura-se em um desafio por ser um risco que pode trazer danos ao acervo e prejudicar o acesso à informação e também ao seu suporte físico. Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo relatar como foi aplicada a metodologia de gestão de riscos para subsidiar o processo de transferência do acervo bibliográfico da Biblioteca de História das Ciências da Saúde (BHCS) para o novo prédio o CDHS. Para auxiliar nessa atividade e com vista ao estado de conservação dos itens dos acervos, foi adotado o Método de Gestão de Risco CCI-ICCROM-RCE (Instituto Canadense de Conservação - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Imóveis Culturais - Instituto Holandês do Patrimônio Cultural) que é caracterizado por ser o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais de uma instituição, no sentido de minimizar as ameaças e incertezas que poderá afetar o seu patrimônio cultural. É escasso na literatura estudos que versem sobre transferência de acervo bi-

biográfico e que pensem no processo sob o ponto de vista da conservação, então com o uso deste método busca-se gerenciar cada risco que poderá afetar o acervo durante o processo da mudança e apresentam-se alguns apontamentos para que a equipe e o acervo não sejam afetados, ou pelo menos minimamente. Portanto, será utilizada uma metodologia específica para orientar o processo de transferência do acervo bibliográfico, desenvolvido critérios para avaliar os aspectos técnicos e metodológicos envolvidos na transferência de acervos bibliográficos e o levantamento da história da formação e desenvolvimento do acervo bibliográfico da BHCS. Na primeira etapa do trabalho foi realizado um minucioso levantamento em três linhas principais: 1ª) identificação e coleta de relatos de experiências prévias sobre transferência de acervos bibliográficos; 2ª) análise das informações referentes ao desenvolvimento do acervo bibliográfico da BHCS; 3ª) estudo da Gestão de Riscos que subsidiará a elaboração da metodologia específica para tomada de decisões no processo de transferência do acervo bibliográfico da BHCS. Com base no levantamento bibliográfico e documental inicial, que incluiu relatos de experiências de transferência de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, foi observado que esse processo envolve vários fatores de riscos e, no caso específico da BHCS, dois grandes riscos foram identificados: 1) perda da informação sobre a história da formação e desenvolvimento do seu acervo bibliográfico, por falta de registro, caso não seja feito o relato de como se desenvolveu a formação desse acervo; e 2) perda e/ou danificação de itens do acervo bibliográfico durante o traslado, caso não haja o planejamento e o gerenciamento dos riscos identificados para o processo de transferência do seu acervo. Na segunda etapa, foi estudado o método gestão de riscos. Com esse método buscou-se gerenciar cada risco que poderá afetar o acervo durante o processo de transferência de um prédio para o outro. Ele fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de riscos para o acervo, desde eventos emergenciais e catastróficos (grandes incêndios, enchentes etc.) até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua como, por exemplo, os danos causados por pragas, enfraquecimento dos suportes em papel, danos causados pelo descontrole climático etc. A partir da identificação e análise desses riscos, é possível estabelecer prioridades de ação e decidir onde atuar para retardar, bloquear ou evitar os efeitos que tais riscos podem oferecer ao acervo. É uma ferramenta que aprofunda as questões de identificação e tratamento dos agentes de risco e também estabelecem relações quanto ao grau de probabilidade, severidades de efeitos e escalas de valor no acervo. É também fundamentada no melhor e no mais detalhado conhecimento possível dos agentes de deterioração, da instituição como um todo, do acervo e dos atores envolvidos (gestores, funcionários e agentes externos). A presente metodologia está sendo desenvolvida de modo a registrar o planejamento de transferência do acervo do prédio da Expansão para o prédio do CDHS, o registro da trajetória da BHCS e a formação de seu acervo. Através dessa iniciativa a Biblioteca estará preservando a história da sua formação e o seu desenvolvimento. Ela atua como detentora do patrimônio bibliográfico que registra o conhecimento, resultado de inúmeras pesquisas e trabalhos de intelectuais, cientistas, pesquisadores e professores. Assim, preservar o patrimônio é essencial para permitir que as gerações futuras venham também a usufruir desse bem cultural tão caro. Neste sentido, a preservação caracteriza-se por ser um conjunto de medidas e ações definidas com o objetivo de salvaguardar os bens culturais e garantir sua integridade e acessibilidade para as gerações presentes e futuras. A preservação, enquanto ciência evoluiu e a partir da década de 1990, passou a investigar não somente os agentes de deterioração dos acervos, mas também o modo de evitá-los. Neste âmbito, a salvaguarda desse acervo é alvo de grande preocupação, portanto mapear os riscos que a mudança pode causar é uma medida necessária para bloquear e evitar vários problemas durante e depois da mudança. Para tanto, é necessário planejá-la levando em consideração as seguintes etapas: 1- levantar o volume total do acervo a ser transferido e 2- prever o tempo necessário para a mudança (cronograma). Com a identificação destes dados será possível estabelecer quais recursos serão utilizados para transferência do acervo no que se refere à sua quantidade e ao tempo que levará na transferência. A partir da identificação e análise desses riscos, é possível estabelecer prioridades de ação e alocação de recursos para mitigá-los. O plano

para gerenciar os riscos deve ser estruturado segundo as etapas consecutivas do processo de gerenciamento descrito na norma técnica ISO 31.000 da ABNT que incluem: 1) estabelecer o contexto, 2) identificar os riscos, 3) analisar (quantitativamente) os riscos, 4) avaliar e priorizar os riscos, 5) tratar (reduzir) os riscos segundo as prioridades estabelecidas. Neste estudo com base nos 10 agentes de risco - Forças físicas, Furto/Roubo e Vandalismo, Fogo, Água, Pragas, Poluentes, Iluminação incorreta, Temperatura incorreta, Umidade incorreta e Dissociação - com o estudo dos riscos foi possível identificar nove riscos que o acervo pode sofrer durante a mudança e os agentes que são responsáveis por desencadê-los. Neste contexto, foram observados os locais em que o acervo irá transitar e os prováveis agentes que podem entrar em contato com ele: o homem, as pragas, e as condições climáticas. Todos esses dados possibilitaram a identificação e análise dos seguintes riscos: danos mecânicos pequenos/moderados durante manuseio e transporte, colisão de veículos, extravio de itens, falhas nos instrumentos de controle, furto ou roubo de itens, incêndio no caminhão de transporte, molhamento por chuva, infestação por insetos ou roedores e contaminação por agentes diversos. E para cada risco foram elaboradas opções de tratamento, considerando que a mudança é uma atividade complexa e que por isso nenhum risco deve ser ignorado nesse momento. Para a mudança surgiu à necessidade de inventariar o acervo e separar as coleções especiais, pois o CDHS possui duas salas de guarda para o acervo, e por conta do novo sistema de organização, as coleções especiais ficarão na sala maior; e o acervo geral, teses, dissertações, periódicos e folhetos ficarão na sala de guarda menor. Para tanto, item a item está sendo conferido e corrigido na Base COC, assim como a confecção de novas fichas de topográfico e autor, colocação de faixa e nova etiqueta de localização. Foi realizada também a higienização de todo o acervo. Percebemos que os folhetos estavam muito vulneráveis da forma que estavam organizados nas estantes e para melhorar essa questão optamos por acondicioná-los em caixas Box. Essa medida também facilitará o seu transporte, pois três caixas Box serão colocadas dentro de uma caixa de mudança. Com a aplicação desse estudo ficou visível que identificar e analisar todos os riscos possíveis foi fundamental para detectar e entender as medidas que precisariam ser tomadas, e também serviram de subsídios para justificar as necessidades de tempo para a organização da logística, materiais especiais para a embalagem dos itens, treinamento para a equipe, o tipo de transporte adequado para o traslado do acervo, melhor período do ano para se efetivar a transferência do acervo e as análises prévias mínimas das condições ambientais da nova edificação após sua conclusão. Observamos também que esta ferramenta ainda é pouco utilizada pelas bibliotecas brasileiras por desconhecerem seus processos, modo de ação e o quanto ela é útil na prevenção de riscos para o acervo.



Essa figura demonstra como funciona a Gestão do Risco que vai do conhecer o entorno até o item do acervo. (Elaborada pela autora)



Essa figura demonstra como vai ocorrer a transferência do acervo da BHCS do Prédio da Expansão para o Prédio do CDHS. (Elaborada pela autora com o uso da figura do caminhão retirada da publicação Spinelli, Brandão e França (2001, p. 37)

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 31000: Gestão de riscos: princípios e diretrizes*. ABNT: Rio de Janeiro, 2009.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FAULKNER-BROWN, H. Design de Grandes Edifícios para Bibliotecas. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *A Informação: tendências para o novo milênio*. Brasília, DF: 1999. Cap. 5, p. 82-93.

HABICH, E. C. *Moving library collections: a management handbook*. 2 ed. Santa Barbara: ABC/CLIO, LLC, 2010.

HOLLÓS, A. C.; PEDERSOLI JÚNIOR, J. L. *Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar*. Ponto de Acesso, v. 3, n. 1, p. 72-81, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/5346>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

LEIPNITZ, F. *Gerenciamento de riscos na preservação de acervos bibliográficos*. 2009. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEDERSOLI JUNIOR, J. L. *Gerenciamento de risco para o patrimônio cultural da Fiocruz*. Rio de Janeiro: Scientia Pro Cultura, 2015.

SILVA, Adriane Oliveira de Andrade da. *Conservação preventiva do patrimônio científico e cultural da Fiocruz: planos de gerenciamento de riscos: relatório de projeto*. Rio de Janeiro: COC, 2016.

PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS VIDEOGRÁFICOS EM SAÚDE

Eliane Pontes

PALAVRAS-CHAVE: preservação digital; acervo; VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz.

Eliane Pontes
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde – COC/
Fiocruz

Orientadora:
*Aline Lopes de
Lacerda*

O tema que instiga este projeto é a preservação digital dos documentos videográficos do acervo da VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz [VSD]. Este acervo é um repositório formado por um conteúdo considerado precioso para a memória da saúde pública brasileira, que foi constituído ao longo de trinta anos. Os vídeos contidos neste acervo retratam a produção videográfica nacional em saúde pública característicos desse período. Este patrimônio necessita ser mantido disponível para uso e reuso das gerações atuais e futuras. A busca incessante por preservar este acervo, tem levado seus gestores à compreensão de que este é um processo que demanda uma rede de atores, conhecimento técnico, recursos financeiros e tecnológicos, além das questões legais e políticas relativas à preservação de acervos públicos. A preservação digital deste acervo audiovisual institucional, sob a perspectiva da disseminação do conhecimento em saúde pública, está expressa na Lei de Acesso à Informação, na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, e na Política de Preservação de Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz. A função precípua da preservação é prolongar a vida dos documentos audiovisuais e, por consequência, a memória e a difusão de seus conteúdos por longo prazo. O objetivo geral deste projeto é propor um protocolo de preservação digital para o acervo de vídeos da VideoSaúde Distribuidora. Os objetivos específicos são: i) investigar os princípios de preservação de acervos audiovisuais públicos - considerando o conjunto de normas, leis, diretrizes, conceitos e técnicas da Arquivologia vigentes; ii) investigar e avaliar os processos de digitalização e preservação digital voltados para o gênero documental audiovisual videográfico da coleção; iii) discutir a lógica de preservação digital deste acervo com base no modelo OAI (*Open Archival Information System*) via Repositório Digital Confiável - RDC-arq.

A VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz é hoje uma subunidade do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde [ICT/Fiocruz]. Seu surgimento, em 1988, se deu no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, inspirado pelos debates saúde, comunicação e democracia, ao mesmo tempo em que o Sistema Único de Saúde é constituído. Em toda sua trajetória foram adotadas diversas estratégias de composição de um acervo temático, sendo a mais emblemática, a realização de Mostra Nacional de Vídeos em Saúde. Dessa forma, se ampliou o acervo, ao mesmo tempo em que se recolhiam produções de terceiros, a produção audiovisual interna da Fiocruz também aumentou, com registros de eventos científicos e gravações de variadas atividades relativas à saúde pública de um modo geral. Portanto, este acervo é caracterizado, segundo a disciplina

da Arquivologia, por material arquivístico e uma coleção. Em sua composição estão produções dos mais variados formatos e gêneros de diversos produtores engajados no campo das políticas sociais e da saúde, além de produções geradas pela própria Fiocruz. Como espaço de guarda e manuseio de suportes frágeis, com manutenção difícil, a equipe dispôs das técnicas de preservação analógica para garantir a durabilidade dos mesmos. O que começou com 7 fitas VHS atualmente conta com aproximadamente 9 mil registros. O acervo colecionou diversos tipos de suportes, como fitas U-Matic, Betacam, S-VHS, MiniDV, DVCAM, entre outros. Este acúmulo traz em si a representação da produção audiovisual videográfica da saúde pública brasileira. Sendo, portanto, um acervo institucional temático que precisa passar pelo processo de preservação digital. Assim, este projeto pretende investigar o processo necessário para a preservação digital do material audiovisual em saúde no âmbito de um repositório arquivístico digital confiável, respondendo às seguintes perguntas: quais são os processos para a preservação digital de acervo audiovisual público como o da VSD? Qual modelo seguir?

Mais do que uma série de estratégias e ações para promover a disponibilização dos documentos audiovisuais a preservação digital é um conjunto de atividades necessárias para garantir localização, reprodução, usabilidade e a compreensão dos objetos digitais no futuro. Trata-se de permanência. E não se refere apenas à processos técnicos e máquinas, mas também se refere a pessoas, critérios e procedimento legal, pela definição de direitos e privilégios próprios da manutenção dos registros documentais, (MÁRDERO ARELLANO, 2008). O documento audiovisual é, por natureza, um formato especial que precisa de tratamento técnico e, também, mediação técnica para seu acesso documental (CONARQ, 2006). Os documentos audiovisuais incluem imagens e sons reproduzíveis que estão incorporados em suporte físico. Entretanto, registro, transmissão e compreensão desse material audiovisual requer mediação tecnológica na forma de dispositivos tecnológicos (EDMONDSON, 1998). Aqui, o propósito é a comunicação do conteúdo audiovisual, mas será que a utilização da tecnologia de preservação ou mediação é secundária? Será que a preservação digital romperá com a linearidade do conteúdo audiovisual? O projeto de preservação digital está pautado pela definição de documento digital, que é aquele documento codificado em dígitos binários e que é tornado acessível por meio de um sistema digital informatizado (CONARQ, 2006). E o propósito é a proteção de longo prazo de documentos com garantias de que os mesmos possam ser acessados no futuro com toda sua integridade. Não se pode deixar de lado também o processo de trazer para o formato digital o que foi produzido analogicamente, como medida de prolongar a vida útil de seus conteúdos.

Estudos sobre arquivamento digital podem sugerir ações de implantação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Sendo recomendado pelo Conselho Nacional de Arquivos, o *Open Archival Information System* [OAIS] é um modelo funcional, de dados e de referência, proposto por cientistas da informação, certificado com políticas e procedimentos arquivísticos em sua arquitetura para desenvolvimento de repositórios confiáveis. No Brasil foi traduzido por Sistema Aberto de Arquivamento de Informação [SAAI], para orientar as instituições com responsabilidade de disponibilização por longo prazo de seus conteúdos. (CONARQ, 2015). Toda a evolução tecnológica para a produção digital de material audiovisual fez emergir diversas entidades, investigadores e estudos do campo da preservação, incluindo diversas pesquisas de atores nacionais preocupados com a preservação digital. Estes atores buscam integração com atores internacionais que se encontram em estágio mais avançado no desenvolvimento do campo da preservação. Alguns atores importantes do campo da preservação digital, foram constituídos e constituindo uma rede de investigação e debate sobre as questões relevantes para o avanço e consolidação das ações pertinentes a esse campo. A Associação Brasileira de Preservação Audiovisual – ABPA, é uma entidade criada para estimular o desenvolvimento técnico, científico e cultural de profissionais que atuam no campo da preservação audiovisual, por meio de diversas ações. Esta Associação elaborou o Plano Nacional de Preservação Audiovisual com o fito de abordar o poder executivo para orientar as iniciativas de preservação em instituições arquivísticas, (ABPA, 2016). O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão regulador, por meio de sua Câmara Técnica de Docu-

mentos Eletrônicos [CTDE], define e apresenta as normas e diretrizes, os procedimentos técnicos e os instrumentos legais sobre a gestão arquivística e a preservação de documentos digitais, cuja conformidade está relacionada com padrões internacionais. O grupo de pesquisa Cultura, Representação e Informações Digitais [Cridi] do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia [ICI/UFBA], está desenvolvendo uma plataforma de experimentação em repositórios digitais abertos, chamada *Legatum-Sonus et Imago* [RL-SI], criada em 2005, esta plataforma é multi-idiomas e colaborativa, compatível com normas arquivísticas internacionais, cuja meta é alcançar a preservação de acervos audiovisuais. Este grupo de estudos dedica-se a pesquisar a conservação e a preservação de acervos audiovisuais, assim como as políticas e tecnologias da informação, especialmente no que tange os conceitos de identidade e de memória, e os mecanismos e metodologias de preservação e custódia. O principal enfoque deste projeto é descobrir alternativas e estratégias para preservar o conteúdo dos vídeos que compõem os acervos, como por exemplo, o acervo VSD, a fim de garantir o acesso permanente aos usuários. O acervo é o arquivo, é o lugar onde se guarda o material audiovisual. Um repositório é um arquivo onde está o conjunto de dados digitalizados que pode ser gravado em um dispositivo de armazenamento e cujo tratamento é único. Para o arquivo que nasce digital, há uma cadeia de custódia relacionada à autenticidade dos documentos por meio de Archivematica, que é um sistema de preservação digital de software livre, de código aberto, reconhecido na área arquivística como uma plataforma de descrição, difusão e acesso confiável porque garante a autenticidade do documento (COSTA et al, 2016). O que significa que mesmo o documento não sendo original, ele é uma cópia autêntica com valor de original.

Para procedimentos metodológicos considera-se identificar os itens do acervo VSD com vistas a organizar questões prioritárias, considerando, especialmente, o debate técnico relativo às soluções de armazenamento digital. O material audiovisual está disposto em diversos suportes físicos diferentes, como o U-Matic, S-VHS, VHS, Betacam, DVD, MiniDV, DVD e LTO. Porém, uma grande parte já passou por processo de digitalização para suportes atuais. Uma parte do acervo será destacado para tratamento, qual seja, o que for arquivístico. Presume-se utilizar as plataformas de código aberto, Archivematica e AtoM, distribuído pelo Conselho Internacional de Arquivos e apoiado pelo Conarq, ambos utilizados para tratamento do material audiovisual com fins de preservação, seguindo as instruções de cada plataforma.

Os resultados parciais, ainda em estágio inicial, estão relacionados a aproximação com instituições de referência em preservação digital como forma de conhecer as experiências em curso. As estratégias para incorporação de obras nato-digitais às práticas de preservação, já consideram as recomendações técnicas para salvaguarda em longo prazo dos materiais audiovisuais. Aos poucos está sendo inserido no RL-SI, arquivos selecionados, para análises técnicas dos ambientes Archivematica [preservação digital em repositório confiável] e AtoM [acesso remoto em repositório digital confiável]. Pretende-se desenvolver estudos e experimentos em rede de preservação digital com adaptações pertinentes ao contexto da saúde pública e ao acervo da Fiocruz. Com a evolução tecnológica e a obsolescência do analógico, intercorre a necessidade de se preservar digitalmente os documentos audiovisuais. Para além dos aspectos legais e regulamentares, preservar representa a continuidade do acesso aos conteúdos abrigados no acervo. Dessa forma, a integração de conhecimentos e subsídios para a compreensão dos desafios relacionados à preservação digital de documentos audiovisuais, proporciona o desenvolvimento das capacidades teórico-metodológicas com vistas à aplicação prática no âmbito da preservação digital confiável, especialmente no que se refere ao patrimônio público.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. *Política de preservação digital*. Programa AN Digital. V.2, dezembro 2016.

CONARQ. *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis* – RDC-

-Arq/2015. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 30/08/2017.

COSTA, M. et al. *Guia do usuário Archivematica*. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2016. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1063/4/Manual-Archivematica.pdf>>. Acesso em: 20/09/2017.

EDMONDSON, Ray. *Uma Filosofia de arquivos audiovisuais*, / preparada por Ray Edmondson e membros do AVAPIN [para o] Programa Geral de Informação e UNISIST. - Paris: UNESCO, 1998. - v, 60 p.; 30 cm. - (CII/INF-98/WS/6).

FLORES, D; HEDLUND, D. C.; RODRIGUES, S. R. S.O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. In: Daniel Flores; Dhion Carlos Hedlund; Sérgio R. da S. Rodrigues; Simone da Silva Ávila; Paulo José da Silva. (Org.). *O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional*. 1 ed. Vitória - ES: Dossi Editora Gráfica, 2014, v., p. 11-44.

MACHADO, J. G. N. *Preservação digital de vídeos: o caso da VideoSaúde Distribuidora de audiovisuais em saúde da Fiocruz*. TCC Especialização em informação Científica e Tecnológica em Saúde, Icict/Fiocruz. 2008.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. *Critérios para a preservação digital da informação científica* / Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/11884842.pdf>>. Acessado em 21/09/2017.

PLANO NACIONAL DE PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL, Associação Brasileira de Preservação Digital. <http://www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/images/banners/PNPA.pdf> (Acessadoem 19/9/2017).

SANTOS, P. X. *As Instituições de Arquivo e Documentação na nova Sociedade do Conhecimento - a experiência do Núcleo de Informação da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ*. Caderno de Arquivologia, v. 2, 2005.

SILVA, R. R. G.da; HOLLÓS, A. L.C.; ANDRADE, R. S.; PAVEZI, N.; A iniciativa Legatum e a preservação digital de arquivos audiovisuais públicos. *RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 515-540, set. 2016. ISSN 1678-765X. Disponível em :<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646279>>. Acessa em: 22/8/2017.

PROPOSTA DE MANUAL DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO ACERVO DO MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Giselle Silva

Giselle Silva
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde COC/Fiocruz

Orientador:
Paulo Elian

PALAVRAS-CHAVE: documentação museológica; museu de saúde; coleção museológica; Instituto Evandro Chagas; Museu Instituto Evandro Chagas.

RESUMO

Os museus se apresentam como espaços institucionalizados de memória, no qual, por meio de atividades técnicas como conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor, estão a serviço da comunidade, seja esta local ou global. A musealização de objetos da ciência se apresenta como uma “reabilitação” do objeto a um outro contexto social, onde volta a se relacionar com o homem como fragmento cultural de uma realidade, de um espaço e de um tempo a serem preservados: de uma cultura preservada. Os acervos científicos carregam em si não apenas o valor científico ou técnico dado pelas instituições que os produzem e/ou são suas detentoras, mas possuem, também, intrinsecamente valor histórico e artístico. A valoração dessa tipologia de acervo perpassa pela busca da “ressonância” (GONÇALVES, 2005, p.19) de coleções institucionalizadas como patrimônio. A problemática dos objetos como fonte de pesquisa é questão recorrente no campo dos museus. Num primeiro olhar a questão pode parecer contraditória, uma vez que se dentro dos museus esses objetos não são “vistos”, “lidos” como fonte primária de pesquisa, onde mais seriam? No caso dos museus de ciência essa questão se torna ainda mais complexa.

Este trabalho pretende elaborar um Manual de Documentação Museológica, instrumento de gestão de coleções, com princípios e procedimentos normativos que orientem a produção da documentação museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV, na cidade de Belém, PA, visando a preservação do acervo museológico em saúde.

O Instituto Evandro Chagas (IEC) é voltado para o desenvolvimento de pesquisas médicas e para prestação de serviços em saúde pública. Atua principalmente nas áreas de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Medicina Tropical. Ao longo de quase 80 anos de existência, o trabalho com a comunidade tem se efetivado por meio de intervenções na saúde pública, seja pelo diagnóstico de doenças ou pela sua cura. Vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, o Instituto hoje busca outros meios de se comunicar com a sociedade e uma das formas propostas é a criação de um Museu, visando à legitimação e a proteção do patrimônio da saúde na Região da Amazônia Legal.

Criado em 1936 com o nome de Instituto de Patologia Experimental do Norte – IPEN, já em seu regulamento de criação está explicitada a ideia de um museu. Ao longo dos anos houve diversas investidas por parte de seus funcionários para que a ideia de museu se efetivasse na instituição. Mas somente em 2013, com a chegada da equipe advinda do concurso público realizado em 2010, foi reiniciado o processo de implantação física e legal do Museu. A identidade do museu está relacionada à preservação da memória da saúde pública na Região Norte e, principalmente, das ações prestadas pelo IEC. O museu terá como sede um casarão do início do século XX que primeiramente serviu de morada para algumas famílias nobres e que depois passou a ser um espaço destinado à pesquisa de moléstias da região, local onde o IEC se instalou desde o início de suas atividades.

A formação da coleção do Museu do Instituto Evandro Chagas tem por objetivo a preservação da história e da memória da saúde pública na Região Amazônica. Além disso, com a preservação desse patrimônio, intenciona-se ajudar a comunidade a entender a criação, o estabelecimento e as transformações do Instituto Evandro Chagas e das práticas na saúde pública, ambiental e biomédica na região da Amazônia Legal, ao longo de sua trajetória, a partir dos objetos de ciência e tecnologia. O acervo foca na relação do desenvolvimento da ciência e da pesquisa no Instituto, refletindo o seu contexto histórico e suas especificidades, de acordo com os avanços tecnológicos. Assim, esses objetos buscam ilustrar a mudança e a evolução do conhecimento na área da saúde e da doença.

O acervo que atualmente passa pelo processamento técnico conta com cerca de 900 peças inventariadas e 200 catalogadas. Dentre estas destaca-se uma coleção de microscópios, vidrarias, uma autoclave da 2ª Guerra Mundial e algumas armadilhas que eram confeccionadas pelos próprios funcionários do Instituto. Fazem parte ainda desse acervo instrumentos, aparelhos e equipamentos utilizados para análises, para o diagnóstico e equipamentos utilizados para fins terapêuticos; os específicos para uso em laboratório como os microdiluidores, balanças, medidores de PH; há ainda material utilizado nos trabalhos de campo ou o mobiliário que foi usado nas dependências do Instituto.

O objeto, patrimônio da saúde, torna-se um elo na cadeia de estudos e descobertas científicas. Os profissionais de museu, destacando aqui os museólogos e historiadores, podem reconstruir o passado, dentro dos limites viáveis, a partir dos objetos. São testemunhos diretos das técnicas do passado. Tomaremos por definição de patrimônio da saúde a apresentada na Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde: “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural” (BVS, set. 2005, p.6).

Um caminho para compreender as coleções dos museus nos leva ao estudo da própria história dos museus. Seguindo essa premissa, o entendimento da natureza e da história dos museus de saúde nos possibilitará conhecer sua missão e seus objetivos, para assim distingui-los de espaços para exposições de coleções “bizarras, curiosas e estranhas”, ligadas, muitas das vezes, “a dor e sofrimento”, para então interpretá-las como fontes de pesquisa e estudo do patrimônio.

Ao se iniciar uma pesquisa sobre museus da saúde, é muito recorrente na literatura da área nos depararmos com o conceito de museu da medicina ou museu médico. Começamos por destacar que embora haja muita sobreposição das duas tipologias de museus, eles não são a mesma coisa. Para alguns autores como Bruno Gebhard, os museus que podemos categorizar como sendo da saúde teriam como marco a Exposição Internacional de Higiene em Dresden, Alemanha, no ano de 1911. O autor, na primeira metade do século XX, traça as diferenças entre os museus de saúde e os de medicina. Para ele os museus de medicina teriam como objetivo a educação do profissional, do médico. Já os museus de saúde teriam como foco a educação de “leigos”. Outra característica que diferenciaria os dois modelos de museu é que os museus de medicina teriam como temática a caracterização da doença, enquanto que os de saúde buscariam melhorar a saúde das pessoas. O autor enfatiza que os museus de saúde não são nada menos que museus de ciência especializados em biologia humana e saúde pública e do indivíduo, sendo pontes

entre a medicina preventiva e a curativa. Por conta do estigma do termo museu, nessa época muito associado a mausoléu, os russos propuseram outro termo para nomear esse tipo de museu: *house of health*. Outros termos também foram propostos, tais como *health academy* ou *health institute*. O próprio Gebhard sugere o nome *museum of man*, e sua justificativa para tal mudança seria a de que os museus de saúde são lugares ideais para apresentar o homem a ele mesmo (GEBHARD, 1946, p.1013)

A questão da documentação museológica ganha cada vez mais atenção seja pelos órgãos internacionais, como o ICOM, como também dos nacionais. No Brasil o Instituto Brasileiro de Museus, por meio do Estatuto de Museus, traz à competência dos museus a manutenção e atualização da documentação sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários em consonância com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (BRASIL, 2013, p.2). Como aponta Ceravolo (2014, p.11), a discussão em torno da documentação museológica é antiga, mas agora ganha novos contornos: documentação museológica não é mais apenas sinônimo de controle das coleções, mas também passa a ser vista como um “processo de gestão e de intercâmbio e no acesso às informações produzidas” no espaço museal.

Entendemos a documentação museológica como uma das etapas do processo de musealização. A partir do conceito proposto por Desvalles e Mairesse (2010, p.50), partimos do pressuposto de que musealização é “a operação destinada a extrair, física ou conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural para dar-lhes um status museal, transformando-o em uma museália ou objeto de museu, trazendo-a para o campo museal.” Dessa maneira, para se musealizar um objeto se torna imprescindível intencioná-lo enquanto documento, processo que se institucionaliza a partir da documentação desse objeto.

A documentação museológica não se detém apenas na descrição de sua materialidade, mas também aos seus conteúdos simbólicos, nos remetendo aos seus contextos históricos e sócio-culturais de sua produção e uso (LOUREIRO, 2004, p.28). Destacamos aqui que o seu uso não se refere somente à sua funcionalidade anterior à musealização, mas também enquanto semióforo (POMIAN, 1984, p.71), ou seja: não possui mais utilidade, são objetos dotados de um significado.

Para problematizar a questão da documentação museológica recorremos a dois documentos internacionais lançados pelo Comitê Internacional de Documentação - CIDOC: “as Diretrizes Internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do CIDOC” e a “Declaração de princípios de documentação em museus”.

Existe uma lacuna sobre publicações, manuais de referência ou até mesmo normativas específicas para gestão de coleções em acervos da saúde no Brasil. A partir da década de 1980 surgem diversos trabalhos e iniciativas de documentação museológica no Brasil. Em 1986 é publicado o livro “Museu: documentação/aquisição da Fernanda Carmargo-Moro. Um ano depois, é publicada pela Fundação Pró- Memória o Thesaurus para acervos museológicos. De autoria de Ferrez e Bianchini o material surge a partir da análise sistemática do acervo do Museu Histórico Nacional. Ambos são até hoje os manuais, guias de referência das equipes de documentação museológica brasileira. Específico para o tratamento de acervos museológicos de saúde destacamos, em língua portuguesa, o Manual de Catalogação do Museu da Saúde de Portugal. Dessa maneira este trabalho visa contribuir para suprir essa lacuna com a tipologia desse acervo em nosso país, trazendo a visão museológica com um olhar além da descrição física ou técnica do objeto, nos remetendo aos seus conteúdos simbólicos, seus contextos histórico e sócio-culturais.

Para atingir o objetivo de produzir um manual de catalogação primeiramente serão identificadas e analisadas instituições e suas coleções museológicas congêneres ao MEV. Para tanto foram escolhidas instituições públicas destinadas à pesquisa em saúde pública e que tenham um espaço museal, seja este físico ou virtual, e que contenham, sobretudo, uma coleção museológica. No Brasil foram escolhidas o Museu da Vida / COC / Fiocruz, o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantã. Em Portugal o Museu da Saúde /Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (Instituto Ricardo Jorge). Nos Estados Unidos, o David J. Sencer CDC Museum / Centers for Disease Control and Prevention (CDC). Após a coleta de dados a partir do uso de um

questionário serão identificados e definidos um conjunto de princípios e procedimentos técnicos a serem sistematizados no manual de documentação museológica do MEV.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 8.124, de 17 de out de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Brasília – DF. Out, 2013. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>>. Acesso em 28 maio 2018.

BVS. Biblioteca Virtual em Saúde. Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde. Termo de constituição da Rede História e Patrimônio Cultural da Saúde. Disponível em: <http://www.cv-hispalc.bvs.br/tiki-download_file.php?fileId=3>.

CAMARGO-MORO, F. de. *Museu: aquisição/documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. 320 p. (Coleção Eleutherias).

CERAVOLO, Suely Moraes. Tratamento e organização documentária em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. São Paulo. N.10, p.241-253. 2000.

CIDOC - COMITÉ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (ICOM). *Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC / Comitê Internacional de Documentação (CIDOC)*. São Paulo, 2014. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência, 1)

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. *Key concepts of Museology*. Armand Colin. 2010. 90 p.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro. Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos. 1987.

GEBHARD, Bruno. What good are health museums? *American Journal of Public Health*. V. 36, p. 1012-1015, sept 1946.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf> Acesso 28 maio 2018.W

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. In.: *Museus Insti-tuição de Pesquisa*. Rio de Janeiro : MAST, 2005. p.24-30 (MAST Colloquia; 7)

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.

A CONSERVAÇÃO DA MADEIRA NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO, POR MEIO DO ESTUDO DE CASO: CASA DE CHÁ DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

José Leonardo Feitosa

José Leonardo Feitosa
PPG Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde COC/Fiocruz

Orientador:
Renato Gama-Rosa

PALAVRAS-CHAVE: conservação da madeira; patologias da madeira; conservação programada; conservação preventiva.

INTRODUÇÃO

O trabalho proposto visa evidenciar de modo geral a importância em se conservar de forma preventiva os elementos do Patrimônio Cultural Edificado, em específico os elementos de madeira que o constituem, usando como objeto de estudo, a CASA DE CHÁ DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.

A madeira é um dos mais antigos materiais de construção. Sempre esteve presente nas obras de artes, e na maioria das obras arquitetônicas e de engenharia, em todo mundo. A palavra “madeira” etimologicamente deriva do latim “materia”, substância da qual se constitui um objeto físico (Silva, 2002, p. 297). Podemos dizer que esta definição por si só bastaria para caracterizá-la como material de construção por essência.

Devido ao nosso território ter sido tão rico em extensas florestas, o cenário aqui não poderia ter sido mais propício para utilização deste tipo de material. A abundância e a variedade do material aqui encontrado permitiram os seus mais variados usos e formas, desde construções a objetos de artes, passando ainda por mobiliários, embarcações, tinturas, remédios e etc.

Vale ainda lembrar que em um país que tem seu nome oriundo de uma árvore nativa, tida inclusive como sua primeira riqueza natural, esta relevância não poderia ser outra. Suas diversas aplicações fazem com que a madeira seja um material a ser estudado no campo da conservação e restauração. Apesar da sua larga utilização em toda arquitetura Luso-Brasileira, o tema ainda carece de atenção e um estudo mais aprofundado, principalmente no campo da Preservação associada a uma conservação programada na Gestão de bens históricos edificados, algo ainda relativamente novo.

No passado as ações mais comuns ligadas ao campo da preservação arquitetônica que visavam à salvaguarda dos bens patrimoniais, quase sempre só aconteciam quando uma intervenção de restauração já era inevitável. Todavia há relatos que desde a antiguidade há controvérsias sobre tais práticas e os efeitos nocivos que isto traz ao bem histórico.

No século XIX a crítica a estes efeitos nocivos já fazia parte do acirrado debate cultural da época, mais precisamente em 1887 este debate ganhou um reforço ainda maior com a criação da SPAB (Society for the Protection of Ancient Buildings), que teve em seus fundadores nomes como John Ruskin

e William Morris dentre outros, onde no seu manifesto de criação se dedicaram na maior parte, a atacar os esforços nocivos das restaurações, que deixam o prédio “falsificado e sem vida”. O manifesto recomenda proteger ao invés de restaurar, bem como resistir a adulterar o tecido ou a ornamentação da edificação tal como está, defendendo assim “afastar a decadência pelo cuidado diário” (THE SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANCIENT BUILDINGS).

Na Europa, ainda no século XIX, países como Áustria, França, Alemanha e Bélgica, já abordavam a temática do cuidado preventivo em edifícios históricos, tanto na literatura como nas políticas de preservação (Carvalho, 2015, p.142). Entretanto, foi a partir do século XX que uma política voltada à conservação preventiva começou a tomar forma e ser mais difundida. Em 1964 a CARTA DE VENEZA, no seu artigo 4º é clara ao afirmar “A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente”. Giovanni Urbani (1925-1994) expande este conceito, quando então diretor do Istituto Centrale del Restauro (ICR) em Roma, onde incluiu a prevenção programada como um elemento primordial de ação, em diferentes níveis territoriais. Inicialmente denominado de “conservação programada” (conservazione programmata), e posteriormente de “manutenção programada” (manutenzione programmata) (Della Torre, 2010).

No cenário nacional, a partir da última década do século XX, a temática passou a ter uma expressividade maior em nossa política de preservação. O “Manual de conservação preventiva para edificações”, elaborado por Griselda Pinheiro Klüppel e Mariely Cabral de Santana e editado em 1999 pelo Programa Monumental/Phan, sem sombra de dúvida está dentre os trabalhos publicados que merece destaque (CARVALHO, 2015). A própria Claudia Carvalho com seu artigo a “Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática” ou no trabalho “A pesquisa para conservação programada do patrimônio edificado da Fundação Casa de Rui Barbosa”, é tida como uma das referências na área de conservação preventiva.

Vale destacar também, Teresa Cristina de Paula (1998), que em sua dissertação de mestrado, discursou sobre o tema da conservação preventiva, embasado na noção de “less is more” e a contribuição deste conceito para uma diminuição das principais práticas de reconstruções utilizadas nos bens acautelados, onde esmiuçou o assunto e elencou como idéia principal a ser seguida a de “prevenir, planejar e evitar” como forma de se repensar as políticas de conservação como um todo.

Pode-se então dizer que a prevenção, sempre foi identificada como a forma mais eficaz e menos invasiva para assegurar a vida longa e a salvaguarda de bens culturais. Contudo, apesar de estritamente necessária ao bom funcionamento e a perpetuação do bem, a cultura da preservação na ótica da abordagem preventiva ainda é bastante negligenciada.

É na perspectiva de que a conservação preventiva pode ser entendida como uma filosofia proativa que tem como objetivo garantir a longevidade do patrimônio construído (Carvalho, 2015) que o trabalho aqui proposto pretende se objetivar, demonstrando a importância e a necessidade em se preservar de forma preventiva a madeira dentro do universo do patrimônio cultural edificado, onde de forma específica será abordado como estudo de caso a CASA DE CHÁ, construída originalmente toda em madeira e que faz parte do conjunto histórico de bens edificados do Campus Manguinhos da FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ no Rio de Janeiro.

O OBJETO ESTUDO DE CASO

Localizada no Campus Manguinhos da FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, sito a Av. Brasil, 4365 - Rio de Janeiro, a CASA DE CHÁ foi construída em 1904 pelo arquiteto Luiz Moraes Júnior, o mesmo autor das edificações ecléticas que compõem o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM). Tinha como seu uso original Refeitório, mas atualmente encontra-se sem uso, inclusive sendo objeto de uma intervenção.

A construção de característica Rústica e elegante é estruturada por painéis de madeira treliçados e foi apelidada de Casa de Chá pelos cientistas que lá faziam suas refeições. Além de Oswaldo Cruz, há registros de que os cientistas Lauro Travassos, Adolpho Lutz, Costa Lima e Belisário Pena

eram freqüentadores assíduos, tendo inclusive sempre uma mesa reservada para almoço. Originalmente havia uma frondosa figueira e outras duas árvores em seu interior, o que tornava o lugar mais fresco e agradável. Do paisagismo original, só restou à jardineira em alvenaria de pedra que se desenvolve de forma contínua ao redor da edificação (DPH - COC).



Usando como fontes os relatórios técnicos produzidos pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), que atua na preservação do patrimônio da instituição desde 1989, foi possível constatar que no ano de 2010, houve um projeto de intervenção visando recuperar a integridade da edificação. Elaborado pela equipe técnica do DPH-COC, o projeto seguiu os critérios amplamente reconhecidos para preservação do patrimônio histórico arquitetônico e teve como premissa a recuperação espacial original da edificação.

Além da restauração integral dos painéis treliçados em madeira, durante a obra foi executada uma estrutura metálica independente para receber integralmente a carga da nova cobertura de forma a liberar os painéis originais em madeira do desgaste provocado por estes esforços.

Telhas de amianto, instaladas em intervenções anteriores, foram substituídas por telhas em manta asfáltica que se adaptaram bem à volumetria irregular da planta original e remetem ao aspecto das telhas originais. A inserção de novos elementos na edificação - o conjunto formado pela estrutura metálica e a nova cobertura - foi pensada levando em consideração a diferenciação entre o novo e o antigo, de forma harmoniosa e respeitando a permanência dos materiais originais (DPH-COC).

OBJETIVO ESPECÍFICO

O objetivo do trabalho é demonstrar a importância na conservação dos elementos de madeira, a partir da análise de relatórios, fontes escritas e visuais, visando-se assim constituir a elaboração de um documento, na figura de um MANUAL DE CONSERVAÇÃO PROGRAMADA, em que se espera contribuir em específico com a conservação do objeto estudo de caso.

Neste sentido, o trabalho proposto visa construir um diálogo não só com a instituição detentora do objeto estudo de caso, mas também com toda a comunidade acadêmica que discute a temática da preservação preventiva, principalmente sobre a conservação da madeira enquanto parte integrante de bens históricos.

METODOLOGIA

O processo metodológico consiste em dividir o trabalho em quatro etapas, permitindo, assim, a sua organização de uma maneira mais direta e condizente com a dissertação a ser apresentada

na proposição do tema. A primeira etapa consiste em uma revisão bibliográfica com a finalidade de se obter uma idéia precisa sobre o estado atual de cognição, suas lacunas e a contribuição sobre o estado da arte de conhecimento ligada ao tema. Nesta etapa será pesquisada e coletada o maior número possível de literatura dedicada ao tema, com a finalidade assim de contribuir nas construções teórica, análise comparativa e na validação dos resultados do trabalho final.

Na segunda etapa, será feita uma análise de todos os possíveis relatórios, fontes escritas e visuais, produzidos ou arquivados pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), com a finalidade de, assim, formar um perfil historiográfico do objeto estudo de caso. Ainda nesta etapa serão analisadas as diretrizes da COC relacionados diretamente a sua política de preservação e gestão dos acervos culturais, os seus princípios ao preconizar uma conservação preventiva, a gestão integrada e ratificação na importância da preservação dos acervos.

Os desafios na conservação da madeira vão muito além da intervenção. É preciso ter conhecimento das suas principais características, para auxiliar na identificação e combate dos diversos possíveis problemas e, assim, decidir o procedimento mais adequado a cada caso. A terceira etapa do processo metodológico se dedicará exatamente a isto, abordará os conhecimentos pertinentes ao estudo da madeira, suas heterogeneidades, anisotropia, necessidades especiais, principais agentes patológicos, ataques biológicos (insetos, bactérias, fungos...) e etc.

Esta quarta e última etapa do processo metodológico consiste de uma etapa conclusiva, onde será feito uma análise de todo conteúdo coletado e abordado anteriormente, culminando em uma reflexão sobre a proposição de um plano de conservação preventiva para a CASA DE CHÁ, e assim mitigar os principais agentes de deterioração e garantir a perpetuação para as gerações futuras dos valores estéticos e históricos inerentes ao monumento.

REFERÊNCIAS

BARDI, P. M. *A Madeira desde o Pau-Brasil até a Celulose*. Banco Sudameris Brasil S/A, 1982.

BRASIL, MINC, SPHAN, FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. *Manual Técnico 1: Madeira, Características, Deterioração, Tratamento*. Brasília: SPHAN.

BURGER, Luiza Maria; RICHTER, Hans Georg. *Anatomia da Madeira*. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. *Revista CPC*, São Paulo, n.18, dez. 2014/abril 2015, p. 141–153.

_____. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. *Revista CPC*, São Paulo, n.18, dez. 2014/abril 2015, p. 141–153.

DELLA TORRE, Stefano. Conservation of built cultural heritage, laws enabling preventive approach: the case of Italy. In: M. Gustin, T. Nypan (eds.), *Cultural Heritage and legal Aspects in Europe*, Koper 2010, pp. 168-178.

FIOCRUZ. *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde*. Casa de Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2013.

_____. *Programa de Conservação e Restauração de Acervos*. Anexo 01: Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

GONZAGA, Armando Luiz. Madeira: Uso e Conservação. *Cadernos Técnicos*, n. 6. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.246 p. : il. ; 28 cm.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. *Princípios para a Preservação das estruturas históricas em Madeira*. 12a Assembléia Geral no México, outubro de 1999. Disponível em <http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/principios_para_a_preservacao_das_estruturas_historicas_em_madeira.pdf>. Acesso em 03 jul. 2018

SILVA, Deonísio da. *A vida íntima das palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Arx, 2002.

THE MANIFESTO. In: *The Society for the Protection of Ancient Buildings*. Disponível em: <<https://www.spab.org.uk/about-us/spab-manifesto>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

O PATRIMÔNIO AUDIOVISUAL EM SAÚDE NO BRASIL: MANUAL PARA TRATAMENTO DO ACERVO DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ

Juçara Palmeira

Juçara Palmeira
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde COC/Fiocruz

Orientadora:
*Aline Lopes de
Lacerda*

PALAVRAS-CHAVE: memória visual; manual; arquivo audiovisual; preservação audiovisual.

TEMA

Nas primeiras décadas do século XX, tem-se o registro de película cinematográfica utilizada na área da saúde como forma de divulgação - inclusive em exposições no exterior - das ações de profilaxia e de pesquisas científicas (figura 1). Os filmes, marcados pelo valor de prova que representam, começam a ser usados tanto pelo seu poder de persuasão, quanto pelo fato de serem um recurso tecnológico com capacidade de atingir um grande número de espectadores.

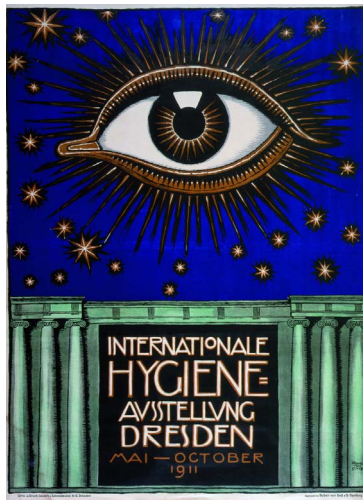


Figura1. Cartaz da Exposição Internacional de Higiene em Dresden, Alemanha, 1911. Disponível em: www.alamy.pt/foto-imagem-cartaz-para-a-primeira-exposicao-internacional-de-higiene-1911-1911-artista-presno-franz-ritter-von-1863-1928-66580454.html. Acesso 17.10.2018

No entanto, ao longo do tempo, as películas cinematográficas sofreram perdas drásticas e estima-se que no Brasil, salvou-se apenas cerca de 10%

do material que foi produzido entre 1898 e 1933. Deste período, encontram-se no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) importantes registros de campanhas de combate à febre amarela e imagens das pesquisas de Carlos Chagas em Lassance (figura 2), exibidas na Academia Nacional de Medicina em 1910.



Figura2. Fotograma do filme *Chagas em Lassance* (título atribuído), 1910. Carlos Chagas com pacientes em Lassance. Acervo: DAD/COC

Além destes, o acervo do DAD é constituído por registros ¹ produzidos por ele próprio, doações de cientistas por meio dos arquivos pessoais e registros das diversas unidades da Fiocruz, agregados pelo processo de gestão documental. Possui igualmente cópias oriundas de outras instituições de guarda, que abrigam obras audiovisuais de procedências distintas, considerando-se o recorte temático da saúde (figura 3).



Figura 3. Fotogramas do filme *Fondation Marcel Merieux: Brasil 1974 – 1975*. Produção da Fondation Marcel Merieux sobre o acordo firmado entre a Fundação e o governo brasileiro para produção da vacina contra meningite. Acervo: DAD/COC

Dos filmes produzidos até a metade dos anos 1970, destaca-se o mais extenso conjunto pertencente ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) que viria a se tornar a Fundação Serviços

1 Por “obra ou registro audiovisual” se entenderá o produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão.” In Estatuto da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (2012, p. 1)

de Saúde Pública (FSESP). Fundada em 1942, no âmbito da colaboração Brasil-Estados Unidos da América, coordenava ações focadas principalmente na educação sanitária de cunho preventivo promovendo campanhas em todo país (Bastos,1996). Apesar da grande influência norte americana foi preciso adaptar a linguagem dos filmes para a realidade brasileira e, para isso, a Fundação FSESP mantinha em sua estrutura organizacional, programas específicos para a preparação dos materiais educacionais, dentre eles o audiovisual, que são um registro da visão sobre a saúde preventiva do período (figura 4).



Figura 4. Fotograma do filme *O que você deve saber sobre a raiva*, 1952. Animação mostrando as medidas profiláticas que devem ser tomadas tanto em relação ao cão, como aos seres humanos para prevenção da doença. Acervo: DAD/COC

PROBLEMA

Apesar de se constituírem em parte importante da construção de uma memória coletiva, é preciso reafirmar que os filmes estão sujeitos à deterioração físico-química de seus suportes, além da dificuldade de acesso a seu conteúdo, que necessitam de mediação por meio de algum tipo de equipamento. Assim, se faz necessária a criação de políticas de preservação e de acesso para que não se perca parte relevante desta memória relacionada à saúde pública brasileira.

Um aspecto importante e que concorre para a preservação e o acesso ao conteúdo dos documentos audiovisuais é o seu correto tratamento técnico do ponto de vista da informação. Tanto a arquivologia e biblioteconomia como as áreas associadas, vem se atendo a este aspecto. Do ponto de vista dos arquivos, acreditamos que ainda é necessário o debate e as ações que visem ao tratamento da informação desses conjuntos documentais – identificação, classificação, descrição e indexação.

QUESTÕES DE PESQUISA

No campo da arquivística, à medida que as discussões avançam, já é possível notar a produção de uma bibliografia sobre o assunto e a criação, em 2010, da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional (AN). A CTDAISM está encarregada de propor uma terminologia arquivística própria e normalizada para aplicação a esses materiais. Esta ação buscará uma nova abordagem no tratamento técnico destes documentos, o que certamente contribuirá para um maior diálogo entre as instituições.

Outro fato relevante para o desenvolvimento da pesquisa é que atualmente contamos com uma mudança de paradigma tecnológico na produção audiovisual, impactando não só as novas produções quanto a própria preservação dos materiais antigos e novos, que é o advento do digital. Se no início da produção fílmica havia somente as películas cinematográficas advindas de um processo físico-químico (analógico), nos deparamos com a impossibilidade de proceder a méto-

dos de preservação semelhantes aos utilizados para o material analógico. Hoje, buscar proceder às regras de preservação analógica - duplicação de películas em um suporte de segurança em película cinematográfica – torna-se praticamente impossível, já que os laboratórios cinematográficos desapareceram ou os que ainda fazem esse serviço cobram valores acima do possível para a gestão dos arquivos. A era digital é uma realidade.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é a elaboração de um manual para tratamento arquivístico da documentação audiovisual sob a guarda do DAD, em consonância com a *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde*, desenvolvida pela Casa de Oswaldo Cruz. Esse produto visa atender às necessidades de gestão do DAD e, ao mesmo tempo, pretende dotar o campo arquivístico com um instrumento de padronização de procedimentos que, além de servir como facilitador das atividades técnicas, possa levar a um maior diálogo entre as instituições, propiciando a disseminação e recuperação de conjuntos documentais e a valorização do patrimônio audiovisual.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O acervo audiovisual do DAD integra fundos documentais cuja descrição obedece às regras nacionais de descrição arquivística e tem como diretriz a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística-Nobrade* (2006), refletida na sua aplicação prática na base de dados ARCH (repositório de informações sobre o acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz). Estas regras contribuem para uma visão orgânica do conjunto documental, que em consonância com a *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde* (2013), desenvolvida pela Casa de Oswaldo Cruz, tratam o patrimônio arquivístico de forma integrada.

Portanto, este projeto propõe como base teórica esta linha referencial integrando as metodologias desenvolvidas no *Manual de catalogação de filmes* (2002), da Cinemateca Brasileira, e adotando conceitos desenvolvidos na área da preservação audiovisual segundo o *Estatuto da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual* (2012):

§ 1º Por “Preservação Audiovisual” se entenderá o conjunto dos procedimentos, princípios, técnicas e práticas necessários para a manutenção da integridade do documento audiovisual e garantia permanente de possibilidade de sua experiência intelectual.”

“§ 2º Por “obra ou registro audiovisual” se entenderá o produto da fixação ou transmissão de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão.”

Desta forma, a teoria arquivística nos orientará na busca de elementos que possam contribuir na consecução das etapas de trabalho que alicerçam a organização de arquivos, a saber: a correta identificação de elementos intrínsecos e extrínsecos documentais, a classificação documental que deixa entrever as relações dos documentos audiovisuais com as atividades e funções responsáveis pela sua produção (contexto de produção), a sua descrição e a indexação com termos que possam servir à recuperação de informações.

METODOLOGIA

O primeiro passo da pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica identificando as publicações dedicadas à trajetória das principais instituições que mantêm sob sua guarda acervos audiovisuais para compor seus perfis históricos, percebendo também como são organizados e

suas contribuições na área da preservação. Para tanto, a busca realizada na internet em portais especializados em teses e dissertações, pelo nome das instituições e nos seus respectivos sites, mostrou-se eficaz. Como ampliação desta etapa, pretende-se realizar uma busca em relatórios das instituições elencadas e verificar em que período e quais ações consideramos importantes para a construção do panorama histórico a ser desenvolvido na dissertação.

Sobre a formação do acervo do DAD, destacamos dois conjuntos documentais que revelam parte da história das produções em saúde no Brasil. O primeiro conjunto priorizado será sobre os primeiros documentários produzidos pela COC e contará com depoimentos de servidores que participaram no que consideramos a gênese do acervo audiovisual. O segundo conjunto será o da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP); esta escolha se baseia no fato de possuir um número expressivo de registros de variados períodos e acreditamos ser o mais representativo para alcançar o objetivo proposto.

Tendo como base as teorias desenvolvidas no campo da arquivística, aliadas a experiências consagradas em instituições de guarda deste tipo de registro, a construção do manual deverá estabelecer padrões de procedimentos para o tratamento da documentação audiovisual que se encontra no DAD.

RESULTADOS

A pesquisa encontra-se na fase de levantamento bibliográfico, análise da documentação considerada pertinente e construção do projeto para apresentação na qualificação já com a definição dos capítulos que a comporão.

Como resultado parcial é possível notar a importância da definição de metodologia para tratamento deste gênero documental. A partir do estabelecimento de procedimentos é possível desenvolver de forma adequada programas que contribuam com a preservação destes acervos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretende compartilhar a experiência desenvolvida ao longo dos anos pela COC, criando um manual que sirva como referencial teórico/metodológico e que, ao mesmo tempo, possa incentivar outras instituições para implementação de práticas que visem ações de preservação da memória das produções audiovisuais, fomentando reflexões sobre a construção de um patrimônio audiovisual, sua linguagem e os acervos fílmicos como instrumentos de informação, conhecimento e fonte de pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL. *Estatuto da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual*. 2012. Disponível em: <www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/.../ABPAEstatuto27deNovembro2012.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. Abordagem da educação nos programas de saúde: Educação para saúde. In: BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *SESP/FSESP: 1942 - evolução histórica - 1991*. 2. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1996. Cap. 8. p. 329-353.

CASA DE OSWALDO CRUZ (Ed.). *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013. 26 p. Disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/institucional>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA*: Nobrade. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2006. 124 p.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz (Ed.). *Manual de organização de arquivos pessoais*. 2015. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

EDMONDSON, Ray. *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual*. Rio de Janeiro: Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2013. 224 p.

MATTOS, José Francisco de Oliveira. *Manual de catalogação de filmes*. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 2002. 54 p.

RAILLY, James M. *Guia do Image Permanence Institute (IPI) para armazenamento de filmes de acetato*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação preventiva em bibliotecas e arquivos). Tradução: Luiz Antonio Cruz Souza.

SANTOS NETO, Antonio Laurindo dos. *Os Cinejornais da Agência Nacional no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e no portal Zappiens: Contribuições para análise, descrição e representação arquivística da informação*. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2014/DISSERTAÇÃO>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SCIENCES, The Science And Technology Council Of The Academy Of Motion Picture Arts And (Ed.). *Dilema Digital 2: Questões estratégicas na guarda e no acesso a materiais cinematográficos digitais*. [s.l.]: The Science And Technology Council Of The Academy Of Motion Picture Arts And Sciences, 2012. Tradução de: Cinemateca Brasileira. Disponível em: <<http://www.cinemateca.gov.br/pagina/publicacoes-e-links>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

UM MUSEU DA DANÇA NO BRASIL

Liana Vasconcelos

Liana Vasconcelos
PPG Memória e
Acervos - FCRB

Orientador:
Antônio Herculano
Lopes

PALAVRAS-CHAVE: dança; memória; história; corpo; legado; museu.

RESUMO

A dança é uma arte efêmera, no momento em que ela se realiza ela também se desfaz, ficando presente somente na memória de quem a presenciou. Este trabalho objetiva pesquisar como e porque é importante preservar a memória e a história da dança, detalhando suas formas existentes de registro, mapeando os seus acervos no Brasil e no exterior, refletindo sobre como se estabelece a transmissão de seu conhecimento para as gerações futuras e considerando o corpo do bailarino como o principal lugar de memória dessa arte. Propõe ainda a criação de um museu da dança no Brasil, cujo objetivo seria o de preservar e disponibilizar todas as formas de registros materiais da dança e principalmente o de reconhecer e integrar os corpos dançantes como as principais peças de seu acervo. Um museu da dança no Brasil seria uma alavanca transformadora e mais do que necessária para a nossa arte.

TEMA E PROBLEMA

Na arte da dança, o instrumento de trabalho do bailarino é o seu próprio corpo. É através dos movimentos por ele executados e das emoções por ele expressadas que a mensagem artística é transmitida ao público. A dança é então uma arte efêmera, pois no momento em que ela se realiza no corpo do bailarino, ela também se desfaz, ficando presente somente na memória de quem a presenciou.

Na dança muito comumente nomeada “arte do tempo”, evidencia-se a presença desse princípio fundador da matriz sonora: terminada a função, tudo passou diante de nossos olhos e diante dos olhos dos próprios bailarinos, que, de ângulos diferentes, dançando sozinhos ou entre colegas, também assistem à arte passar, ainda que restem em seus corpos, as estruturas do realizado.¹

1 NAVAS, Cassia. *Interdisciplinaridade e intradisciplinaridade em dança*, p. 97.

Como então preservar a memória da dança? Será que somente livros, fotos, vídeos e notações coreográficas são suficientes? E a memória que se estabelece no corpo do bailarino e que depois é transmitida do professor para o aluno, em uma relação direta entre mestre e aprendiz, um tanto quanto complexa de ser registrada?

Com uma vida inteira dedicada à dança como bailarina, essa questão sempre me instigou e fascinou, pois a vivência em meu cotidiano de ensaios e espetáculos e tenho consciência da importância do conhecimento transmitido pelos meus professores e ensaiadores, que também viveram essa arte em seus corpos.

A cada apresentação efêmera, que acontece na cena e se evapora no ar, algo permanece. E é passado adiante. Algo intraduzível nesta folha de papel. Algo que eu como bailarina consigo compreender e sentir perfeitamente, mas que se torna muito difícil de transmitir como pesquisadora de memória da dança em um trabalho escrito.

Portanto, durante toda a minha carreira, venho refletindo sobre a realidade da dança brasileira e percebo a falta de um lugar específico de encontro desses atores sociais da memória da dança e dos diversos tipos de registros já existentes dessa arte. Um espaço onde esses agentes pudessem acessar esse conteúdo material, compartilhar e trocar conhecimentos e experiências entre si, movimentando e dando vida a essa memória.

Esse espaço precisa, portanto, ser idealizado. Assim como o seu acesso, uso, apropriação e funcionamento precisam ser estudados, objetivando preencher essa grave lacuna na memória artística da dança brasileira.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral o de analisar as principais instituições, museus e arquivos de dança pelo mundo e a partir do estudo da experiência, ideologia e produção de cada um deles, propor a criação de uma instituição de história e memória para a dança no Brasil, comprovando a carência de tal empreitada no país.

E tem como objetivos específicos:

- Pesquisar como e porque é importante preservar a memória e a história da dança.
- Analisar as possíveis formas de registro da dança e até que ponto essas formas dão conta desse registro de forma plena.
- Problematizar o corpo do bailarino como o principal lugar de memória da dança.
- Idealizar e propor a criação de um museu da dança no Brasil, um espaço de movimento, em que passado, presente e futuro da dança dialoguem e onde cada bailarino se sinta integrante, como uma peça viva do acervo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta dissertação está baseada na literatura existente sobre a memória social e coletiva, sobre a definição dos lugares de memória, sobre os conceitos de história e também sobre alguns pressupostos relativos à museologia, através do estudo de teóricos como Andreas Huyssen, Jan Assman, Jô Gondar, Laura Millar, Le Goff, Mario Chagas, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Ulpiano Meneses, Regina Abreu, Vera Dodebei, dentre outros.

Pesquisadores com trabalhos teóricos em memória e história da dança, corpo, movimento e notação coreográfica também estão sendo utilizados, como por exemplo: Ana Lúcia Trindade, Beatriz Carbino, Christine Grainer, Eduardo Sucena, Inês Bogéa, Leonel Brum, Roberto Pereira, Roger Garaudy, Rudolf Von Laban, Sigrid Nora, Vera Torres, dentre outros.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto é baseada em pesquisas bibliográficas, através de

livros, artigos científicos, críticas e depoimentos acerca do tema da memória e da história da dança, coletas de dados, além de visitas a instituições internacionais e entrevistas com profissionais da área.

No primeiro capítulo da dissertação foram discutidos conceitos sobre memória e história da dança, sobre as formas de registro dessa arte e sobre a memória corporal daquele que dança.

No segundo capítulo foi elaborado um mapeamento das mais relevantes instituições, centros culturais e lugares de acervo de dança pelo mundo e disponibilizados trechos de entrevistas feitas com profissionais dessas instituições. No terceiro capítulo, foi produzido um histórico dos principais projetos em prol da memória e da história da dança já realizados no Brasil, para que se estabeleça um panorama dessa realidade no país.

E por fim, no último capítulo, um projeto de idealização do museu da dança no Brasil foi elaborado, descrevendo e detalhando o seu funcionamento, gestão, acervo, acesso, uso, ações e demais características.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS

Pesquisar a dança sob a ótica da memória social é fundamental, por ser essa arte também uma forma de memória de seu tempo. A preservação da memória da dança vai muito além de um simples registro da história dessa arte, pois ela é acima de tudo um registro da história da nossa sociedade.

A dança é uma forma de expressão e comunicação complexa, que envolve valores e preceitos, refletindo sempre em si o seu contexto histórico, econômico, cultural e educativo. Sendo então também um bem cultural, é inegável o seu caráter de coletividade. Desde seus primórdios, a dança foi manifestada em rituais grupais de colheita ou fertilidade e posteriormente, já como expressão cênica, continuou mantendo o seu caráter de interação entre corpos, quer fossem eles outros corpos dançantes, quer fossem plateia. O conceito de memória coletiva de Halbwachs,² segundo o qual a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva e que as lembranças são construídas no cerne de um grupo, se apresenta como o mais relevante para o pensamento memorial dessa arte.

No primeiro capítulo da dissertação foi exposto que é possível registrar a dança de inúmeras maneiras: pela notação coreográfica, pela fotografia, pelo vídeo, pelo filme cinematográfico, pelos testemunhos falados ou escritos de um espetáculo, pelas críticas realizadas, dentre outras formas de registro.

Toda fonte documental de registro da dança, seja ela digital ou material, tem a sua relevância e cada uma contribui de uma forma diferente na preservação e transmissão dessa arte. Mas, como foi defendido neste trabalho, nada substitui aquele que é o instrumento de execução, o objeto de apreciação e o mais eficiente e autêntico meio de transmissão de sua memória: o corpo. Ele é o principal “lugar de memória” da arte da dança. Conhecimentos de séculos de história da dança foram sendo transmitidos de mestre a aprendiz, de corpo a corpo, até chegar aos corpos dançantes da atualidade.

No segundo capítulo da dissertação foram abordados e pesquisados, através de um mapeamento geral, os principais espaços de memória da dança pelo mundo, como museus, centros culturais e bibliotecas. E também foram realizados três estudos de caso específicos das instituições consideradas mais relevantes para este trabalho: Musée de la Danse, na França, National Museum of Dance e Jerome Robbins Dance Division, ambas nos Estados Unidos.

O Brasil, infelizmente, ainda encontra-se muito aquém do que poderia ser em relação à preocupação com a memória da dança. Apesar de alguns projetos interessantes já terem sido realizados, conforme apresentado no histórico do terceiro capítulo, muitos deles não tiveram

2 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*.

continuidade e ainda não existe no território brasileiro um espaço físico especializado na memória dessa arte e isso faz muito falta à formação de sua classe artística e à educação da sociedade em geral.

Portanto, refletindo sobre a dualidade da permanência e da efemeridade na dança, ao longo de toda a minha carreira como bailarina, surgiu a ideia da criação de um espaço para a memória e a história da dança brasileira que lidasse com essas particularidades: um museu da dança no Brasil.

Sob inspiração do Musée de la Danse francês e agregando o conceito de “museu vivo”, como detalhado no quarto capítulo, esse espaço funcionaria como um lugar de memória, fruição, criação e principalmente um lugar onde todas as técnicas de dança teriam voz e seriam reconhecidas em suas peculiaridades, promovendo uma maior união da classe artística e uma ampliação no campo de trabalho para os profissionais dessa área.

Segundo Laura Millar: “As sociedades só morrem quando nos esquecemos delas. Perdemos nossa comunidade e algo de nós mesmos, quando não transferimos “memórias” para a frente, tanto pela preservação quanto pela articulação”.³

Em entrevista, a curadora de dança Linda Murray ressaltou que toda a equipe da Jerome Robbins Dance Division leva muito a sério a compreensão de que, se é preciso construir determinado tipo de arquivo para preservar algo em vias de ser esquecido, você mesmo precisa fazer acontecer.

Foi ao que este trabalho se propôs: pesquisar e idealizar, para um dia poder fazer acontecer. Um museu da dança no Brasil, com um acervo material tratado corretamente e especializado nessa arte, e com uma intermitente coreografia de corpos-museus passantes e dançantes em seu espaço, seria uma alavanca transformadora e mais do que necessária para a valorização da memória da arte da dança no país.

O grande desejo desta que aqui escreve é que, no futuro, esta dissertação de mestrado possa vir a se transformar na ata de inauguração desse museu.

Um museu vivo. Um museu em movimento. Um museu da dança.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: DPA, 2006, v. 1, p. 20-34.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. Trad. Guilherme João de Freitas Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

CHAGAS, Mário. Casa e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, J.; DODEBEL, V. (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

GONDAR, Jô. Quatro posições sobre a memória social. In: GONDAR, J e DODEBEL, V. (Org.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.11-26.

3 MILLAR, Laura. *Touchstones: considering the relationship between memory and archives*, p. 126. Tradução nossa.

MILLAR, Laura. *Touchstones: considering the relationship between memory and archives*. *Archivaria*, v. 61, Spring 2006. p. 105-126.

NAVAS, Cassia. Interdisciplinaridade e intradisciplinaridade em dança. In: PEREIRA, Roberto; MEYER, Sandra; NORA, Sigrid (Org.). *Histórias em movimento: biografias e registros em dança*. Caxias do Sul, RS: Lorigraf, 2008. p. 95-99.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993. p. 7-28.

PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro*. São Paulo: Editora FGV, 2003.

SUCENA, Eduardo. *A dança teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Fundação Nacional de Artes Cênicas, 1989.

O PAPEL DA CURADORIA NO GERENCIAMENTO DE COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS DE PALEONTOLOGIA DE VERTEBRADOS FÓSSEIS

Lilian Cruz

Lilian Cruz
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde COC/Fiocruz

Orientador:
Marcelo Pelajo
Machado

INTRODUÇÃO

O Conselho Internacional de Museus (ICOM – International Council of Museums) fundado em 1946 define “museu” como sendo “uma Instituição cultural com caráter permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, em que se conservam, estudam e, em parte, se expõem os testemunhos materiais da evolução do Universo, do ambiente físico, biológico e social do mundo passado e atual e das realizações do Homem ao longo da sua existência” (ICOM Statutes, 1989).

Entretanto incluem-se nesta definição instituições, tais como: monumentos e locais históricos, etnográficos, arqueológicos ou naturais, quando abertos oficialmente ao público; jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros e outras instituições que mostrem exemplares vivos; parques naturais, centros científicos e planetários; e galerias com exposições permanentes de responsabilidade das bibliotecas ou de centros de documentação (ICOM Statutes, 1989; HÉRITIER-AUGÉ *et al.*, 1991).

Observa-se que todas as instituições citadas como instituições museológicas têm algo em comum, mas apresentam suas diferenças, isto porque cada uma delas “corresponde a uma determinada forma de ver e compreender a história, a arte e o pensamento” (RIBEIRO, 2005). Tais instituições, como os Museus de História Natural, armazenam um acervo vasto e diversificado em sua constituição. O Museu Nacional, por exemplo, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, contempla um acervo com mais de 15 milhões de peças e que cresce anualmente devido às pesquisas científicas realizadas pelos departamentos que compõem a instituição.

O acervo coletado é preparado, estudado e por fim armazenado em uma coleção científica onde será acondicionado para que outros pesquisadores e futuras gerações tenham acesso ao material e continuem a pesquisa daquele exemplar. Contudo, há necessidade de que o curador estabeleça normas e técnicas para que o material tombado venha a ser preservado da melhor maneira possível, ou seja, evitando danos físicos e químicos à peça tanto na área manejo do acervo como em exposições ou no transporte para empréstimo.

As informações e dados das peças a serem tombadas devem ser cuidadosamente revistas com o pesquisador que as coletou em trabalho de campo antes de serem registradas no livro tomo. Material de cunho zoológico passa por diversas análises e pesquisas que modificam constantemente sua classificação taxonômica, necessitando então de uma atualização constante por parte do curador para manter o banco de da-

dos cadastrais mais atualizados possíveis.

A Paleontologia tem como principal objeto de estudo os fósseis, os quais são entendidos como restos, partes ou vestígios de seres vivos mineralizados que existiram durante a história da vida na Terra e que se encontram preservados no registro geológico, ou seja, em rocha (MENDES, 1965).

Devido ao extenso território pertencente ao Brasil, muito material tem sido coletado ao longo dos anos em diversas bacias sedimentares brasileiras. Contudo, muito deste material tem sido comercializado para outros países e assim uma legislação foi criada para assegurar que este patrimônio ficasse sob a guarda exclusiva da nação (BRASIL, 1988).

O museu tem o papel educativo de expor pedagogicamente os conceitos científicos e seus avanços da ciência. Sendo assim, o curador tem um papel importante no zelo, armazenamento, catalogação e gerenciamento das coleções por ele curadas, a fim de que o material não seja extraviado, perdido, danificado e/ou ausente em dados.

O material paleontológico muitas vezes é único e composto de peças fragmentadas e extremamente frágeis e tem sofrido com danos físicos e as vezes químicos ao longo do tempo, além de técnicas destrutivas a fim de favorecer a pesquisa investigativa sobre aquele espécime (GOELLNER, L. L. & MALABARBA, M. C. S. L. 2010). O curador por muitas vezes deve buscar apoio em pesquisadores especialistas na área para aprovar determinadas técnicas que possam comprometer a peça descaracterizando-a ou eliminando-a. Cabe ao curador a salvaguarda patrimonial da peça tombada pois se trata de um bem da nação e de responsabilidade direta da Instituição de modo que o material permaneça em perfeito estado para ser acessado por outros pesquisadores e sejam expostos, quando possível, à população.

OBJETIVOS

- Identificar como o profissional de curadoria se reconhece em suas atribuições através de questionário de pesquisa
- Identificar os procedimentos técnicos de preservação mais adequados para o patrimônio paleontológico tombado.
- Identificar as deficiências no empréstimo de peças e o risco do patrimônio nas coleções de paleontologia.
- Identificar o papel do curador e suas qualificações à luz da legislação brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO BÁSICO

Segundo Carvalho (2004), o processo de fossilização pode ocorrer de diversas maneiras e está diretamente ligado as condições ambientais que geraram a rocha matriz, cabendo ao curador determinar qual técnica de preparação melhor se aplica para aquele exemplar (CARVALHO, 2004). Contudo, é o técnico em preparação de fósseis que determina durante a extração do material da rocha o tipo de técnica que irá usar no material e assim proporcionar uma durabilidade maior a peça antes de entregar ao curador (LEIGGI, P. & MAY, P. 1994).

Observa-se uma ausência de padronização dos acervos institucionais da federação e de compromisso institucional em longo prazo. Diversas coleções são administradas por professores/pesquisadores acadêmicos da área abrangente referente à coleção recebendo o título de curador, mas delegam o trabalho de curadoria a estagiários e técnicos que não possuem nenhum suporte ou formação sobre as questões curatoriais. O título de Curador passa então a ser um status e não uma atividade que requer responsabilidades perante o patrimônio da nação.

Diante da ausência de trabalhos mais específicos em gerenciamento de coleções, procedimentos arbitrários representam uma ameaça real às coleções regionais que, ao longo do tempo e após a morte ou aposentadoria do pesquisador responsável são eventualmente descartadas por motivos imediatistas, operacionais ou de interesse político institucional (ZAHER,

H. & YOUNG, P. S. 2003).

Neste trabalho de dissertação visamos uma análise da gestão curatorial e do perfil dos curadores, a fim de compreender como as instituições designam o cargo do curador e suas reais qualificações e atribuições para exercer tal ofício. O presente trabalho destina-se também a averiguar as técnicas e procedimentos usados para preservação, conservação, manutenção e gestão dos acervos de paleontologia que estão distribuídos pelo território brasileiro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada visa levantar dados através de questionário eletrônico respondido por curadores de paleontologia de vertebrados de diversas instituições museológicas. O questionário tem por finalidade avaliar qualitativamente através de um software estatístico como os curadores procedem em seu ambiente de trabalho e se reconhecem como profissionais deste acervo.

O levantamento bibliográfico preliminar permitiu listar até o momento 35 instituições museológicas com acervo paleontológico distribuídas por diversas regiões do País (Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-oeste), compreendendo os estados do Rio de Janeiro, Pará, Minas Gerais, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Sergipe e Acre. Acredita-se que esse número possa aumentar com o avanço da pesquisa bibliográfica. Estima-se que, além das unidades museológicas, esse trabalho possa também inserir em sua análise as coleções que se encontram em centros universitários e que apenas são visitados por pesquisadores e estudantes interessados no tema.

Há a necessidade de realizar o levantamento bibliográfico sobre técnicas de conservação, preservação e gestão de vertebrados fósseis em coleções. Este levantamento visa compreender e sistematizar a dinâmica da atuação do curador com o seu acervo, assim como:

- Analisar e avaliar formulários de empréstimos fornecidos por instituições com coleções de paleontologia de vertebrados fósseis buscando unificar os dados fornecendo informações necessárias para o empréstimo, visitação e preservação do material.
- Realizar um levantamento bibliográfico sobre a legislação brasileira que aborda a proteção do patrimônio fossilífero e conflitar as informações com formulários, práticas de gestão e a atuação do curador na gestão do acervo paleontológico.
- Realizar um levantamento bibliográfico sob a luz da legislação brasileira sobre a proteção do patrimônio fossilífero em coleções.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente trabalho encontra-se em sua fase inicial de desenvolvimento, estando atualmente no levantamento da bibliografia e na elaboração da listagem das instituições com seus respectivos contatos que contemplaram essa pesquisa, a fim de enviar brevemente o questionário eletrônico que sendo elaborado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARVALHO, I. S. 2004. *Paleontologia*. Ed. Interciência. Rio de Janeiro.

GOELLNER, L. L. & MALABARBA, M. C. S. L. 2010. *Curadoria e preparação de fósseis no Laboratório de Paleontologia do MCT-PUCRS*. XI Salão de Iniciação Científica PUCRS 1 XI Salão de Iniciação Científica – PUCRS. 313-315p.

HÉRITIER-AUGÉ F.; GODELIER M.; GUYON. É.; MATTAUER M.; TAQUET P. & CHEVALLIER-SCHWARTZ M. 1991. *Les musées de L'Éducation Nationale Mission d'étude et de réflexion*. NANCY, Graphic-Expansion S. A., Rapport au ministre d'État ministre de l'Éducation nationale.

ICOM STATUTES. 1989. Maison de L 'Unesco: Paris Cedex 15, France.

LEIGGI, P. & MAY, P. 1994. *Vetebtrate Paleontological Tecniques*, Vol. 1. New York: Cambridge University Press. 380 p.

MENDES, J.C. 1965. *Introdução à Paleontologia*. 2ªed., Ed. Nacional, São Paulo, 382 p.

RIBEIRO, M. E. C. 2005. *Os Museus e Centros de Ciência como ambientes de aprendizagem*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia. Portugal. p. 225.

ZAHER, H. & YOUNG, P. S. 2003. *As coleções zoológicas brasileiras: Panorama e desafios*. vol. 55. Nº 3. Ed. Ciência e Cultura. São Paulo. 24-26 p.

ACERVO HISTÓRICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ALMIRANTE ADALBERTO NUNES: UMA PROPOSTA PARA PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Patricia da Silva Costa Gross

*Patricia da Silva
Costa Gross
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde COC/Fiocruz*

*Orientadora:
Maria Teresa Vilela*

PALAVRAS-CHAVE: esporte; Marinha do Brasil; CEFAN; gestão documental; gestão de bem cultural; patrimônio; instrumento de pesquisa.

O Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) é uma instituição militar que tem por objetivo apoiar, organizar, coordenar e desenvolver atividades de Educação Física e Desporto nas Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil (MB) ou em outras instituições militares e civis. O CEFAN é uma instituição centenária uma vez que sua história teve início em 15 novembro de 1915, no Clube Naval, onde foi realizada a primeira reunião e fundação da “Liga de Sports da Marinha” (LSM), presidida pelo Capitão de Corveta Adalberto Nunes. A LSM ficou com a responsabilidade de organizar, promover e divulgar as práticas esportivas na MB, por meio de jogos e exercícios em campeonatos realizados anualmente. Em um primeiro momento a LSM era uma associação civil que gozava de foros de repartição naval, com diretoria eleita em forma de estatutos sociais. Ao longo de sua existência, a LSM mudou de nomenclatura diversas vezes: Departamento de Educação Física da Marinha, em 1940; Departamento de Esportes da Marinha, em 1946; Centro de Esportes da Marinha, em 1953; Centro de Educação Física da Marinha, em 1972; e sua atual denominação, Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), em 31 de outubro de 1973. Atualmente toda a documentação histórica, composta por acervos arquivístico e museológico, está sob a guarda do CEFAN. Com a intenção de preservar e divulgar a história desta OM, o escopo desta pesquisa é propor um instrumento de pesquisa que descreva e identifique os documentos que compõem este acervo histórico. Esse instrumento permitirá identificar, localizar e tornar acessível à pesquisa e consulta o acervo. Tal instrumento de pesquisa terá a finalidade de preservar a memória institucional, bibliográfica e divulgar as fontes histórias referente ao esporte na MB. Portanto, este trabalho tem por objetivo elaborar uma proposta para a criação de um instrumento de pesquisa para o acervo histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, a fim de preservar, conservar, divulgar e facilitar o acesso às informações e aos documentos históricos deste centro. Sua formulação se justifica no sentido de ampliar o conhecimento sobre a história do esporte militar na Marinha do Brasil, uma vez que são relativamente poucos os estudos neste sentido. Isto talvez ocorra devido à ausência de fontes documentais e bibliográficas que estejam organizadas, conservadas e acessíveis. O acervo arquivístico do CEFAN mede aproximada-

mente 6,18 metros lineares, com documentos produzidos desde início do século XX. São documentos manuscritos, livros de estabelecimento, relatórios técnicos, atas de reuniões e assembleias, material iconográfico, cartográfico, recortes de jornais, folhetos e convites. Tal acervo não possui mais vigência administrativa, mas tem valor histórico, probatório e informativo, por isso deve ter seu arquivamento permanente. Atualmente, estão armazenados numa sala de reserva técnica, em fase de inventário aguardando sua transferência para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). A origem deste acervo se deve aos cuidados de um suboficial que, no ano de 2011, descumpriu ordens superiores, determinando o descarte daquele conjunto documental, considerado “velho” e “desnecessário”. Contudo, este personagem manteve tal acervo sob sua guarda sem realizar nenhum tratamento técnico de preservação ou conservação. Com o tempo e após algumas trocas de comando no quartel, o militar passou este conjunto documental para a Superintendência de Ensino, à qual a Biblioteca é subordinada. Em 05 de abril de 2017, foi inaugurado o “Museu do Esporte na Marinha do Brasil”, com a intenção de abordar a história e a memória das atividades esportivas desenvolvidas pela Marinha Brasileira desde o século XX até os dias atuais. O acervo museológico exposto conta com troféus, esculturas, uniformes, material esportivo doado por atletas militares, fotografias, flâmulas, placas comemorativas, documentos históricos, livros e material multimídia. Vale ressaltar que o acervo museológico de cada OM são os Bens Culturais acumulados durante toda sua existência, que tenham valor histórico, cultural e/ou pecuniário para a MB. Tal acervo deve ficar sob a responsabilidade da própria OM, que é entendida como uma entidade depositária, diferente do acervo arquivístico. Além do acervo histórico, arquivístico e museológico, o CEFAN possui uma Biblioteca inaugurada em 2012 e especializada em Educação Física, Esportes e Lazer, com cerca de 650 itens, entre livros, folhetos, DVD’s, periódicos e obras de referência sobre Ciências do Esporte, Educação Física, Fisioterapia, recreação e desporto. Todo o acervo está catalogado e indexado na base de dados Pergamum, utilizada pela Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM). A Biblioteca possui um acervo especializado que atende aos mestres e doutores que servem na OM que produzem pesquisa e publicam cientificamente na área de conhecimento de interesse do CEFAN. O arquivo, o museu e a biblioteca possuem características distintas: o arquivo é um órgão receptor onde os documentos têm uma relação orgânica entre si e sua origem está relacionada à função administrativa que o arquivo pertence. Diferente dos museus e bibliotecas que são órgãos colecionador, que acumulam seu acervo de forma artificial e seguem aos interesses de uma determinada comunidade. A peculiaridade contida em cada conjunto documental, organizado de acordo com sua materialidade, traz possibilidades de um trabalho realizado de forma integrada e articulada. Neste trabalho, cada área de atuação, a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia, serão tratados individualmente com a finalidade de qualificar e especificar como essas disciplinas atuam, conforme a metodologia, as técnicas e os conceitos próprios de cada uma delas. No início deste trabalho a intenção era propor a criação de um ‘Centro de Documentação e Memória’, no CEFAN, porém vimos que isso não seria possível, pois haveria uma sobreposição de tarefas, com duplicidade de atividades, o que não é desejável. Assim, após realizar uma avaliação da relação hierárquica institucional, em que há uma Diretoria Especializada (DE), a Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), que hierarquicamente está subordinada à Secretaria Geral da Marinha (SGM), e que é responsável pela preservação, conservação e controle do patrimônio documental e de todos os bens culturais da MB, no âmbito interno e externo, veríamos que o Centro pensado teria as mesmas características. Com base nas publicações normativas da MB, publicadas pela SGM, observou-se que cada gênero documental segue padrões regulamentados para guarda, conservação e acesso. Há duas publicações que devem servir de orientação para a gestão de bens culturais e gestão documental, que são: Normas para Gestão de Bens Culturais na MB – SGM-501 e Normas sobre Documentação administrativa e Arquivística na Marinha – SGM-105. A primeira contempla os três tipos de acervo, arquivístico, museológico e biblioteconômico, que tem procedimentos específicos para cada campo de atuação, e a segunda estabelece procedimentos sobre a documentação administrativa, enfocando os aspectos da sua elaboração, tramitação, ar-

quivamento, eliminação e transferência/recolhimento ao Arquivo da Marinha, subordinado a DPHDM. Além destas publicações, há outros instrumentos exclusivos para a gestão de documentos que são o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), que foram criados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e definem o ciclo de vida dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições militares do país. A TTDD define prazos de guarda nas fases corrente, intermediária e destinação final. No âmbito da MB, os documentos na fase intermediária, após a análise da comissão de avaliação de documentos, devem ser transferidos para o Arquivo da Marinha e permanecerão à disposição para acesso e consulta dos interessados. Na fase de destinação final o documento será eliminado ou terá a guarda permanente, caso tenham informações de caráter de prova, informação e pesquisa. Diante do exposto, o interesse em realizar o presente trabalho se deu em dois momentos: o primeiro em 2014, a partir da entrega dos documentos históricos à Divisão de Biblioteca pelo suboficial em 2011 e o segundo momento em 2015, com a produção do livro comemorativo do centenário da instituição, '100 anos de esporte na Marinha do Brasil: da Liga de *Sport* ao Programa Olímpico'. A escolha pelo instrumento de pesquisa se deve à facilidade de disponibilizar informações sobre o acervo e principalmente por não necessitar de muitos recursos financeiros e recursos eletrônicos sofisticados, que precisasse de uma equipe de profissionais de TI especializados. Como o acervo histórico do CEFAN possui documentos arquivísticos e museológicos, se faz necessário considerar que cada gênero documental receba tratamento adequado e específico em seu local de guarda. Para isso, deve-se considerar o suporte do material (físico) e o conteúdo do documento (temática) para a organização deste acervo. No âmbito dos arquivos, para a organização e representação, será utilizado o código de classificação destinada às instituições militares, criada pelo CONARQ e para a descrição da informação será utilizado a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), por ser uma norma que contempla metodologia e procedimentos internacionais consagrados, além de dicionários e glossários especializados na área de arquivo. No que diz respeito ao acervo museológico, serão utilizados os procedimentos estabelecidos na 'Norma para Gestão de Bens Culturais na MB', dicionários e glossários como instrumentos de trabalho para a realização da descrição do acervo. Para a organização dos documentos bibliográficos, referentes à produção intelectual dos mestres e doutores do CEFAN, a ABNT-6023 'Informação e documentação Referências – Elaboração' será utilizada para a representação descritiva destes documentos. Para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa, a metodologia empregada foi dividida em quatro fases: na primeira fase foram realizados levantamentos bibliográficos e pesquisas de fontes históricas relativas ao esporte e à evolução esportiva na Marinha do Brasil, além do levantamento histórico de cada campo de atuação (arquivologia, biblioteconomia e museologia), com a finalidade de entender a formação, técnicas e a articulação dessas áreas em atividades conjuntas e interdisciplinares. Atualmente a pesquisa se encontra na segunda fase, que é o inventário do acervo histórico e descrição do patrimônio documental do CEFAN, que serão realizadas em sua totalidade, abrangendo as duas áreas do conhecimento (arquivo e museu). O modelo utilizado para o inventário do acervo arquivístico é o de 'transferência/recolhimento de documentos' previsto na SGM-105 'Normas sobre documentação administrativa e arquivamento da Marinha'. Com relação ao inventário do acervo museológico será utilizado o modelo de 'Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha' (FCPHDM) proposta na SGM-501 'Normas para Gestão de Bens Culturais na MB'. Assim, será possível diagnosticar o potencial arquivístico e museológico do acervo para fins de pesquisa e consulta, tanto para uso interno quanto externo. O terceiro passo é o levantamento bibliográfico referente à produção acadêmica do CEFAN, que será disponibilizado por meio de uma lista com as referências bibliográficas seguindo as normas da Associação Brasileiras de Normas Técnicas (ABNT). O quarto passo é redigir a proposta para a criação do instrumento de pesquisa do acervo histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes. Nesta proposta também será sugerido o envio do acervo histórico arquivístico do CEFAN para o Arquivo da Marinha. Como atualmente o CEFAN está em fase de avaliação dos documentos administrativos, foi realizada uma investigação junta à Secretária do Comando (SECOM), responsável

pela gestão documental de todos os documentos administrativos da OM, para saber como é realizado esse trâmite e assim não fugir do padrão estabelecido. Por isso foram escolhidos os modelos de documentos de controle de acervo da MB formalizados em normas institucionais. Ao longo desta pesquisa observou-se a necessidade de realizar uma visita técnica ao Arquivo da MB, a fim de verificar como é realizada a organização e guarda de acervos recebidos na fase permanente e verificar se há documentos no fundo CEFAN. Contudo, a questão a ser definida é como disponibilizar este conteúdo produzido e qual será o formato para dispor a informação aos usuários. A proposta é abrigar o instrumento de pesquisa no site do CEFAN por meio de um link, que será dividido nas três categorias de acervo: arquivístico, museológico e bibliográfico.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Carla Viviane da Silva. Arquivos e preservação documental. In: *Mestres e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 91-96.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

_____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BORGES, Maria Alice Guimarães. 'O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades' In.: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. *Profissional da Informação o espaço e trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 55-69.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CANCELLA, Karina. *O esporte e as forças armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DICIONÁRIO Brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

VALENTIM, Marta. 'Equipes multidisciplinares na gestão da informação, consiliência e a formação em gestão da informação' In.: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. *Profissional da Informação o espaço e trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 154-223.

PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO NACIONAL

Raquel Dias Silva Reis

Raquel Dias Silva Reis
PPG Gestão de
Documentos de
Arquivos - UNIRIO

PALAVRAS-CHAVE: preservação digital; documento arquivístico digital; repositório digital confiável; Arquivo Nacional.

Orientadora:
Mariana Lousada

INTRODUÇÃO

Preservar documentos nunca foi tarefa fácil. A degradação resultante do manuseio, do passar do tempo e das características do suporte utilizado, evidenciam a necessidade de ações de prevenção, conservação e restauração que atendam às necessidades de permanência do documento a longo prazo. Essa permanência deve seguir critérios arquivísticos estabelecidos que envolvem, dentre outros, critérios de segurança, armazenagem, preservação e acesso. É essencial que os documentos de arquivo, desde sua produção, atendam às recomendações arquivísticas estabelecidas para que estes documentos estejam tal como foram produzidos quando chegarem à idade permanente.

Com o passar do tempo, o suporte no qual as informações eram registradas passaram por muitas transformações. O documento, agora, também pode ser digital devido aos avanços tecnológicos na área de Tecnologia da Informação. São materiais novos, documentos novos, novas questões. A preocupação da comunidade arquivística nacional e internacional com o tema foi se intensificando de acordo com a crescente e permanente evolução tecnológica. Nesse sentido, passamos a nos deparar com as seguintes questões: o que fazer para preservar documentos digitais, levando em conta desafios como obsolescência tecnológica, fragilidade dos suportes, questões acerca da autenticidade e manutenção dos documentos digitais em ambiente seguro, por exemplo? Como garantir que esses documentos mantenham suas características tal como foram produzidos?

A revisitação de conceitos já consagrados na Arquivologia foi necessária, bem como a formulação de novos conceitos que se apresentavam frente às características concernentes ao documento digital e ao seu tratamento, contribuindo para a ampliação do campo teórico da Arquivologia.

Preocupado com as questões de preservação dos documentos arquivísticos digitais produzidos pelos órgãos e instituições públicas, o Arquivo Nacional brasileiro executa as ações de preservação digital no país, através do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais, iniciado em 2010. Os trabalhos neste sentido vêm sendo desenvolvidos seguindo critérios estabelecidos na Política de Preservação

Digital elaborada por este órgão, que orienta o recolhimento de acervos arquivísticos digitais da Administração Pública Federal. É missão do Arquivo Nacional o recolhimento dos documentos permanentes da Administração Pública Federal. Isto posto, preservar a memória, que agora também é digital, também é sua responsabilidade. É imprescindível, portanto, o planejamento, a implantação e a manutenção de rotinas que garantam que esses documentos estejam preservados e disponíveis permanentemente.

OBJETIVO GERAL

Analisar as ações desenvolvidas pelo Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais do Arquivo Nacional – Programa AN Digital – entre os anos de 2010 e 2018.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Relatar o desenvolvimento do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais do Arquivo Nacional.
- Identificar os procedimentos estabelecidos em normativas pelo Arquivo Nacional para recebimento dos documentos arquivísticos digitais do Poder Executivo Federal.
- Verificar a aplicação dos requisitos de autenticidade constantes do documento “Diretrizes do preservador” do Projeto InterPARES, na preservação destes documentos pelo Arquivo Nacional, enquanto custodiador / preservador confiável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A constante evolução tecnológica nos faz refletir sobre diversas questões que envolvem o tema arquivologia x informática. A preocupação em preservar documentos arquivísticos digitais tem suscitado diversos estudos sobre o tema, tendo em vista a crescente produção desses documentos nas instituições públicas e privadas.

O tratamento dado aos documentos produzidos pelos indivíduos, pelo Estado e pelas organizações, foi evoluindo durante o tempo, resultando no desenvolvimento de conceitos teóricos que embasavam as práticas até então conhecidas e a Arquivologia então foi se desenvolvendo como campo científico. Nesse constante desenvolvimento do campo teórico da Arquivologia, e das discussões acerca do *Saber e Fazer* aplicada agora aos documentos digitais, alguns conceitos da Arquivologia foram revisitados, tais como a custódia e a autenticidade e outros foram elaborados, ou trazidos de outras áreas do conhecimento, na medida em que se desenvolvia o tratamento dos documentos digitais, tais como “documento arquivístico digital”, “metadados”, “normalização de formatos” e ainda, instrumentos orientadores para a preservação digital dentre os quais cabe destacar “modelo conceitual OAIIS”.

Tendo em vista a evolução tecnológica e a produção de documentos digitais, alguns dos princípios arquivísticos tem norteado também o tratamento técnico desses novos documentos, porém, com adaptações às exigências de manuseio deste material, observando o contexto de produção do documento, sua relação orgânica. Compreendendo e identificando estas relações, entendemos que documentos digitais podem ser arquivísticos. Segundo Rondinelli (2013), após análise dos conceitos de documento, documento arquivístico e, por fim documento digital, a autora propõe uma ‘junção’ dos conceitos analisados para formulação do conceito de documento arquivístico digital:

“...pode-se dizer que o documento arquivístico digital é um documento, isto é, ‘uma unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável’, ‘produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou

jurídica, no decorrer de suas atividades’, ‘codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional’, em suporte magnético, óptico ou outro” (RONDINELLI, 2013, p. 235)

As ações de Preservação Digital devem estar direcionadas principalmente para enfrentar a obsolescência tecnológica e a fragilidade do suporte digital, características proeminentes deste campo do conhecimento, de modo a garantir a preservação e o acesso futuro dos documentos arquivísticos digitais.

No que se refere ao conceito de autenticidade, Rondinelli (2005) nos diz que

A autenticidade de um documento está diretamente ligada ao modo, à forma e o status de transmissão desse documento, bem como às condições de sua preservação e custódia. Isso quer dizer que o conceito de autenticidade refere-se à adoção de métodos que garantam que o documento não foi adulterado após sua criação e que, portanto, continua sendo tão fidedigno quanto era no momento em que foi criado. (RONDINELLI, 2005, p.66-67)

Nesse sentido, preservar documentos digitais é uma tarefa que exige a adoção de procedimentos que garantam que estes documentos preservem as características originais de quando foram criados, ou seja, suas propriedades significativas¹, o ambiente tecnológico, softwares e versões, dentre outros elementos que compõem a exigências no tratamento desses documentos e que garantam sua incorruptibilidade. Para tanto, tem sido considerado o uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para armazenagem, sob controle, dos documentos e dos metadados que os acompanham para acesso aos documentos. Além disso, a atividade de preservar documentos compreende a adoção de políticas, planejamento de execução e elaboração de plano de preservação, mesmo que em meio digital, atendendo é claro, as especificidades do documento digital.

Desse modo, como instrumento para as práticas de preservação digital, foi desenvolvido o conceito e a tecnologia de “Repositório Digital” que, conforme Rocha (2015), detém mais várias definições que abordam seus diferentes aspectos e que a autora define como

...um ambiente tecnológico complexo para o armazenamento e a gestão de materiais digitais. Este ambiente é composto por uma solução informatizada na qual se captura, armazena, preserva e se provê acesso aos objetos de informação digitais. Um repositório digital é, então, um complexo formado por elementos de hardware (dispositivos de armazenamento), software, serviços, coleção de informação digital e metadados associados a esses objetos de informação. Todo este conjunto tem como objetivo apoiar a gestão de materiais digitais pelo tempo que seja necessário. (ROCHA, 2015, p.183)

É esse ambiente tecnológico que se apresenta para garantir o acesso dos documentos arquivísticos digitais a longo prazo.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos apresentados nessa proposta, optou-se pela pesquisa de natureza exploratória, em que se buscará analisar os diferentes aspectos referentes à temática estudada, ou seja, a Preservação Digital, seus procedimentos, requisitos e usos, combinando pesquisa

1 De acordo com a Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional, propriedades significativas são “elementos de um objeto digital que tem que ser preservados para que a integridade conceitual do objeto seja mantida. As propriedades significativas podem variar entre diferentes categorias de objetos digitais e, ainda, em função do uso futuro que se pretende assegurar.” (ARQUIVO NACIONAL, 2016, p. 32)

bibliográfica e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica será desenvolvida com base em material já elaborado sobre a temática de preservação digital, principalmente constante em livros e artigos científicos, com o objetivo de sistematizar, em língua portuguesa, a produção sobre o tema.

Segundo Yin (apud GIL, 2008, p. 58) "o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência". Nesse sentido, o estudo de caso emerge como recurso metodológico para analisar as iniciativas empreendidas pelo Arquivo Nacional no que diz respeito à Preservação Digital, especialmente no que tange a adoção do software livre e de código aberto *Archivematica* enquanto repositório arquivístico digital confiável.

Trata-se, portanto, de uma proposta com abordagem qualitativa em que a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso pretendem fornecer subsídios para um debate teórico-metodológico à luz de um objeto empírico. Intenciona-se apresentar uma descrição substancial dos caminhos da Preservação Digital no Arquivo Nacional, com vistas a delinear seus contributos à teoria arquivística.

RESULTADOS ESPERADOS

A pesquisa ora proposta pretende contribuir a partir da experiência do Arquivo Nacional na implantação das práticas de Preservação Digital, com outras instituições públicas e privadas interessadas em manter seus documentos arquivísticos autênticos em ambiente digital.

O levantamento teórico-conceitual a ser desenvolvido poderá servir para embasar as práticas, bem como facilitar o entendimento das novas tecnologias disponíveis, como o Repositório Arquivístico Digital Confiável. As etapas de planejamento, execução e resultados serão apresentadas, podendo ser usadas como referência.

Dessa forma, acredita-se estar diante de uma temática relevante para o atual cenário arquivístico, bem como para o pesquisador do presente e do futuro, que poderá utilizar-se de documentos digitais autênticos e íntegros para a realização de sua pesquisa em qualquer campo do conhecimento, tal como o que vem sendo realizado até hoje através dos documentos analógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obsolescência tecnológica cada vez com ciclos menores para atualização de hardwares, os altos custos de implantação e manutenção de sistemas gerenciadores de documento e guarda, bem como a fragilidade dos suportes geraram e ainda geram desafios para os profissionais que lidam com documentos arquivísticos digitais.

Garantir que os documentos arquivísticos digitais estejam acessíveis a longo prazo, tanto quanto documentos em meio analógico, são os desafios encontrados desde o final do século XX, com o advento das tecnologias da informação.

No que se refere, dentre outros requisitos, à manutenção da autenticidade, o uso de um Repositório Arquivístico Digital Confiável é a solução tecnológica que se apresenta para garantir que os documentos preservarão suas características tal como foram criados, além de permitir a integração com outros sistemas e repositórios.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis* - RDC-Arq. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 2015.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Política de Preservação Digital*. (versão 2). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). Glossário (versão 7.0). Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

INTERPARES Trust. *Terminology Database*. Canadá, 2017. Disponível em: <<http://arstweb.clayton.edu/interlex/index.php>> Acesso em: 20 fev. 2017.

ROCHA, Claudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2015.

RONDINELLI, Rosely Cury. *Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi, LACOMBE, Cláudia. Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais revisitando alguns dos conceitos que as precedem. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 61-73, jul./dez. 2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

AS RELAÇÕES ENTRE ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E PESSOAIS

Renata Silva Borges

Renata Silva Borges
PPG Ciência da
Informação – UFF

Orientadora:
Lidia Silva de Freitas

PALAVRAS-CHAVE: *organicidade, arquivos institucionais; arquivos pessoais.*

As relações entre arquivos pessoais e institucionais constituem o tema desta pesquisa¹, cujo objetivo geral é o de analisar as articulações entre as categorias de arquivos na perspectiva de seus processos sócio-históricos e agentes, a fim de compreender a relação dicotômica público/privada. Para alcançar tal objetivo, no âmbito da pesquisa em curso, examinaremos na literatura da área os princípios, conceitos e características arquivísticas sobre os arquivos pessoais e institucionais; verificaremos as metodologias de tratamento documental de arquivos; identificaremos as circunstâncias que envolvem a produção e acumulação de arquivos pessoais e institucionais; e os compararemos empiricamente.

Arquivos são “conjuntos de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Arquivo privado é aquele produzido e acumulado por “entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (ibidem, p. 35). Arquivos públicos são os de “entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (idem) e também o arquivo “integrante da administração pública” (idem). Arquivos pessoais e de instituições públicas são, respectivamente, tipos de arquivos privados e públicos.

Os arquivos pessoais e institucionais se relacionam, pois são produtos dos agenciamentos que ocorrem entre os diferentes atores do mundo social. Acreditamos que estes relacionamentos serão mais bem compreendidos a partir de uma abordagem construtivista em torno das características que aproximam as categorias de arquivo mencionadas, bem como pelas articulações entre os seus agentes e contextos.

No campo empírico, trabalharemos com os arquivos de Celso Arcoverde de Freitas e do Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), ambos custodiados pela Fiocruz. O titular do arquivo pessoal foi um médico sani-

1 BORGES, R. S. *As relações entre arquivos pessoais e institucionais*. Projeto de pesquisa de doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense, orientada pelos professores Lídia Silva de Freitas e Vitor Manoel Marques da Fonseca.

tarista que se destacou por sua atuação na gestão institucional de várias instituições – de forma expressiva no Departamento Nacional de Endemias Rurais, DNERu – em campanhas sanitárias contra doenças como a peste, a esquistossomose e a doença de Chagas, dentre outras, no âmbito da Saúde Pública brasileira (CASA DE OSWALDO CRUZ).

Os documentos do arquivo de Celso Arcoverde de Freitas, doados para a Fiocruz em 2009, foram produzidos e acumulados durante as suas funções e atividades profissionais. O arquivo do INERu foi recolhido pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, em 1995. É constituído pela documentação remanescente do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), incluindo a do Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), setor de pesquisa da instituição e último a ser extinto (*idem*).

Destacam-se, nos dois arquivos, os registros documentais relacionados à gestão das campanhas sanitárias. Planos, relatórios, diários, fotografias e mapas são os documentos que mais evidenciam as zonas de interseção entre as trajetórias do profissional, titular do arquivo pessoal, e do INERu, órgão criado pela Lei n. 2.743, de 6 de março de 1956, que criou o DNERu no Ministério da Saúde (*idem*).

Os documentos textuais, iconográficos e cartográficos destes arquivos guardam registros das pessoas atendidas pelas campanhas, dos agentes transmissores das doenças, das paisagens e habitações características, e dos médicos e outros profissionais atuantes, bem como das instalações físicas da instituição e materiais diversos que integravam os contextos político, econômico e social da Saúde Pública entre as décadas de 1950 e 1970 (*idem*).

Neste trabalho, apresentaremos uma síntese do quadro teórico do projeto de pesquisa em curso, salientando a organicidade, para compreender a sua importância para a preservação da integridade arquivística dos arquivos pessoais e institucionais. A organicidade é a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127), sendo determinante da identidade arquivística. Segundo Santos:

A literatura arquivística clássica sempre tratou as diferenças entre arquivos institucionais e arquivos pessoais, estabelecendo uma oposição bastante clara. Enquanto os primeiros representam um conjunto homogêneo e necessário, resultado de uma atividade administrativa, os pessoais são produtos de uma intenção de perpetuar uma determinada imagem, portanto fruto de uma seleção arbitrária, e se apresentam como agrupamento artificial e antinatural onde não é possível a objetividade. (SANTOS, 2012, p. 29).

As circunstâncias do desenvolvimento da Arquivologia enquanto ciência social são analisadas na literatura contemporânea e tradicional por meio dos seus conceitos, princípios e características arquivísticas. As “práticas, discursos, habitus e tendências” no campo informacional podem ser analisadas por meio da “sistematização e comunicação do pensamento arquivístico no mundo” e da “compreensão da trajetória, conflitos e alianças que configuram o campo” (MARQUES, 2013, p. 37-38).

A natureza dos arquivos é afetada pelos movimentos dos seus produtores, seus usos, por sistemas de gestão de documentos, e as sociedades em geral, com suas complexidades “nos seus domínios culturais, jurídicos, tecnológicos, sociais e filosóficos”. A prática e a teoria arquivísticas – com seus conceitos e noções – são influenciadas tanto por estes movimentos quanto pelos discursos que as sustentam (*ibidem*, p. 38).

Entre a Antiguidade e a Idade Média, o conceito de arquivo tornou-se conhecido e se fixou, apesar de não haver distinção entre biblioteca e arquivo, e, em consequência disso, não existir preocupação com a procedência dos documentos (SILVA et al, 1999, apud MARQUES, 2013, p. 41-42).

Nos séculos XII e XIII, sobreveio a evolução do conceito de administração e, em decorrência disso, surgiram novos tipos documentais. A conservação dos documentos ocorreu em função de suas funções jurídicas, patrimoniais e administrativas. Entre os séculos XVI e XVIII, as instituições

arquivísticas se especializaram, adquirindo funções políticas, além das administrativas (MARQUES, 2013, p. 42). Segundo o autor:

Guardadas as peculiaridades da evolução do conceito de Estado e as particularidades temporais e espaciais do seu tipo de organização, alguns traços comuns passam a configurar os arquivos, conforme as suas funções: a origem administrativa dos documentos; a concepção jurídica dos serviços; a noção de arquivo como fonte de informação, inclusive sobre o passado; e o caráter privado dos acervos, cujo acesso deveria ser outorgado pelo soberano. A noção de arquivo público ganha forma, quando se tornam frequentes as reclamações dos monarcas acerca dos seus funcionários. Assim, “A natureza mais ou menos secreta do arquivo, a maior ou menor abertura aos privados e a concepção instrumental dos fundos arquivísticos, como suporte político e memória de factos antigos, é que vão sofrendo oscilações, de acordo com o tipo de regime”. (SILVA et al, 1999, p. 88 apud MARQUES, 2013, p. 42).

A Revolução Francesa constituiu um marco importante para a preservação e o acesso aos arquivos. Na França, teve início a “conservação regular” dos documentos ativos e inativos, e a classificação de documentos públicos e privados, com destaque, em meio aos de natureza privada, para aqueles considerados de “domínio público”. Os arquivos públicos passaram a ser reconhecidos como lugares de custódia dos documentos públicos de valor histórico (MARQUES, 2013, p. 44). Segundo Marques:

A Revolução Francesa marca a trajetória da Arquivologia com a hierarquização dos depósitos; a nacionalização e centralização dos arquivos, que, até então, eram conservados por instituições e pessoas de forma independente; a triagem; a divulgação e proteção dos acervos; e a memória na perspectiva do significado histórico dos documentos (SILVA² et al, 1999; FAVIER³, 2001; DUCHEIN⁴, 1992), num processo de acumulação de capital simbólico (BOURDIEU⁵, 1983c), perpassado por relações de poder e saber (FOUCAULT⁶, 2005). (MARQUES, 2013, p. 44).

No período, os critérios de valor e as estratégias para a seleção de documentos foram definidos em razão de questões cuja consistência não ficou evidente. Os arquivos nacionais franceses, criados em pleno processo revolucionário, protagonizaram a seleção da documentação arquivada nas instituições, sem a adoção de critérios baseados em métodos científicos, o que ocasionou na eliminação dos documentos do Antigo Regime (SILVA et al, 1999, p. 100).

No final do século XIX, foi publicado o Manual de arranjo e descrição da Associação dos Arquivistas Holandeses, obra na qual consta que as entidades produtoras são as instituições públicas e as entidades privadas na administração de seus negócios. E, ainda, que os fundos arquivísticos devem ser mantidos íntegros, sustentando a preservação da organicidade dos mesmos. No entanto, originar e possuir arquivos era uma ação das organizações privadas e não das pessoas físicas, pois os arquivos pessoais não foram incluídos no conceito de arquivo válido para o manual (MUELLER, S. et al, 1973, p. 13).

De acordo com o manual, a qualidade de ser “um todo orgânico” é a principal diferenciação

2 SILVA, A. M. da et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

3 FAVIER, J. *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1993, p. 19-39.

4 DUCHEIN, M. The history of European Archives and the development of the archival profession in Europe. *American Archivist*, Chicago, v.55, winter 1922.

5 BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983c, p. 156-183.

6 FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

entre arquivos e coleções orgânicas, pois o arquivo “reflete sempre as funções do referido órgão ou pessoa” – lembrando que a pessoa, nesse caso, deve estar em posse de cargos institucionais ou atuando como pessoa jurídica – e não é criado arbitrariamente, como o são as coleções, com objetos selecionados por critérios que não consideram a procedência (idem).

Sobre o sentido da arbitrariedade mencionada, os autores do manual evidenciam que o arquivo não é criado “arbitrariamente, à maneira das coleções de manuscritos, embora, por vezes, também estas recebam tal designação”. O arquivo é concebido pela sua natureza orgânica, que “cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas” (MUELLER, S. et al, 1973, p. 18).

Entre os séculos XX e XXI, as características arquivísticas continuaram a ser discutidas, agora com a incorporação de questões contemporâneas, como: a utilização crescente de tecnologias digitais; a geração de documentos nesses ambientes; e o tratamento e a sofisticação dos sistemas de descrição para disseminação das informações sobre os arquivos em rede, que inclui a adoção de normas descritivas padronizadas. A preocupação com a integridade continua a ser pontuada. Segundo Thomassen:

O conhecimento da proveniência arquivística; dos procedimentos, métodos que asseguram a disponibilidade e integridade dos arquivos, as condições para o acesso e os fatores “sócio-políticos, culturais e econômicos” que subsidiam as práticas e produção teórica da área são parte dos contextos arquivísticos e sociais os quais nos referimos. (THOMASSEN, 2006, p. 10-11).

A noção de contexto arquivístico é enfatizada nas novas abordagens sobre a natureza dos arquivos. O caráter social da Arquivologia no século XXI evoca novas interpretações dos princípios arquivísticos e da proveniência, direcionando-os para os aspectos coletivos da produção e acumulação de documentos de arquivo. Segundo Douglas:

[...] Na discussão da proveniência enquanto contexto sócio-histórico, o conceito de proveniência se torna quase indistinguível da própria noção de contexto e passa a ser visto como um guarda-chuva que abrange uma lista cada vez mais longa de fatores contextuais. Quando a proveniência se estende e começa a incluir qualquer tipo de ação ou relação que tenha impacto sobre a natureza de um documento ou de um fundo, suas fronteiras se tornam infinitas. Existe uma dificuldade natural em se definir onde termina o contexto, e uma percepção da proveniência que inclua todos os fatores contextuais que influenciam a produção e a guarda de documentos terá que aceitar a impossibilidade de seu próprio esforço. Inevitavelmente, certos fatores contextuais serão privilegiados e outros serão deixados de fora, dependendo do ponto de vista, das motivações e da posição do arquivista encarregado da descrição. (DOUGLAS, 2016, p. 60).

Constatamos assim, que a literatura arquivística estabelece diferenças entre as categorias de arquivo investigadas. E que atribui a objetividade e a subjetividade aos arquivos institucionais e pessoais, respectivamente. No entanto, queremos chamar a atenção para o fato de que os efeitos das “seleções arbitrárias” realizadas pelos titulares dos arquivos pessoais e por seus herdeiros, por se tratarem de conjuntos sobre os quais as instituições não exercem controle durante o processo de formação dos mesmos, podem ser similares às seleções arbitrárias realizadas em arquivos institucionais, onde não foram implantados programas de gestão de documentos.

Se assim for, tanto arquivos pessoais quanto institucionais compartilham objetividades e subjetividades, o que os tornam, sob esses aspectos, mais próximos ao partilharem questões não resolvidas por um alinhamento entre teoria e prática, porque isso, de fato, pode jamais ocorrer. Os arquivos escolhidos para as análises pertinentes ao campo empírico provavelmente nos oferecerão novos ângulos na observação da questão apresentada.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983c, p. 156-183.
- CASA DE OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). Departamento de Arquivo e Documentação. *Fundo Celso Arcoverde de Freitas*. Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 4 out. 2018.
- _____. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Instituto Nacional de Endemias Rurais. Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 4 out. 2018.
- DOUGLAS, J. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 47-74.
- DUCHEIN, M. The history of European Archives and the development of the archival profession in Europe. *American Archivist*, Chicago, v. 55, winter 1922.
- FAVIER, J. *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1993, p. 19-39.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- MARQUES, A. A. C. A. *Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: AAB, 2013.
- MUELLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1973.
- SANTOS, P. R. E. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SANTOS, P. R. E.; SILVA, M. C. S. M. (Orgs.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da Ciência*. Rio de Janeiro: AAB, 2012, p. 21-50.
- SILVA, A. M. da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.
- THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun., 2006.

AS VOZES E A MEMÓRIA DO SILÊNCIO: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DOS MUSEUS NA RECONSTITUIÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SURDA

Roberta Albuquerque

Roberta Albuquerque
PPG Memória e
Acervos FCRB

PALAVRAS-CHAVE: memória; preservação; acessibilidade; surdez.

Orientadora:
Eliane Vasconcelos

1 JUSTIFICATIVA

A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas. Olho do mesmo modo como que poderia escutar. Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas mãos são bilingües. Ofereço-lhes minha diferença. Meu coração não é surdo a nada neste duplo mundo...

O voo da gaivota (Emmanuelle Laborit)

Qual é a importância da atuação do museu na reconstituição e na preservação da memória surda? Como essa questão vem sendo tratada nesse lugar de memória, fundamental na formação da identidade individual e coletiva? Qual é a história da comunidade de pessoas surdas? Essas questões foram o ponto de partida deste trabalho, que trata da importância da atuação dos museus na reconstituição e na preservação da memória surda e faz um comparativo entre ações desenvolvidas nos municípios do Rio de Janeiro e de Jequié, no interior da Bahia, reconhecido como município-polo em educação de surdos.

Apesar da evolução dos direitos humanos, da ampliação das políticas públicas de inclusão social e de possuir leis avançadas no que se refere ao tema, o Brasil tem um longo caminho a percorrer no sentido de promover acessibilidade plena e o sentimento de pertencimento.

A apreensão de Libras como uma forma de linguagem, em estreita relação com a memória cultural, passa pela compreensão de que o espaço de museus e bibliotecas não pode se realizar integralmente se exclui parcelas da sociedade e não tem uma escuta polifônica¹, o que inclui a voz dos sur-

1 Baseando-se no conceito de polifonia – palavra de origem grega que significa muitas vozes – “escuta polifônica” seria, então, ter a capacidade de atender à pluralidade, à multiplicidade cultural existente em cada comunidade e/ou sociedade. Tomando por base o conceito de polifonia criado por Dostoiévski e analisado por Bakhtin no livro *Problemas da poética de Dostoiévski*, é possível fazer essa correlação. Sendo assim, nesse contexto, “escuta polifônica” seria desenvolver ações que por meio da singularidade de cada um, formam um único conjunto. Como nas palavras de SCHAEFER, “A polifonia

dos, aquela que vem dos olhos e das mãos.

2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivos destacar a importância e a contribuição do museu como agente formador da identidade e do sentimento de pertencimento e apresentar: a trajetória histórica da comunidade de pessoas surdas; as principais legislações referentes à inclusão e à acessibilidade; as instituições que se destacam, no Brasil e no mundo, pelo desenvolvimento de iniciativas que procuram promover acessibilidade plena e preservar a memória da comunidade surda e o depoimento de profissionais surdos e ouvintes que desenvolvem ações significativas na área da surdez

O trabalho traz, ainda, um panorama estatístico sobre acessibilidade em museus e um breve comparativo entre ações desenvolvidas nos municípios do Rio de Janeiro e de Jequié, município do interior da Bahia, reconhecido como referência em educação de surdos.

3 METODOLOGIA

Para realizar o trabalho, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, a partir de fontes documentais: livros publicados, publicações especializadas, revistas científicas e acadêmicas, incluindo material disponibilizado por meio digital e a história oral, por meio de entrevistas com profissionais que atuam na área da surdez.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO

Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional (LABORIT, 2000).

No que se refere à trajetória histórica das pessoas da comunidade surda, ainda há obstáculos a serem enfrentados para reconhecer a riqueza, a diversidade e o potencial que há entre as pessoas que fazem parte desse universo, ainda tão pouco conhecido. Segundo Emmanuelle Laborit, em sua biografia *O grito da gaivota: biografia de uma surda profunda, do berço ao êxito nos palcos do teatro francês* (2000):

A surdez é a única <<deficiência>> que não se vê. Veem-se as pessoas em cadeiras de rodas, percebe-se logo se uma pessoa é cega ou mutilada, mas a surdez não se vê e por conseguinte os outros querem apagá-la uma vez que não é visível (LABORIT, 2000 p. 96).

Quanto às questões de língua e linguagem, o livro *Libras? Que língua é essa?* de Audrei Gesser e o artigo de Luana Queiroz e Juliana Rubio trazem importantes contribuições para repensar crenças e preconceitos a respeito da língua brasileira de sinais e promover um novo olhar para a realidade do surdo.

O que vemos é que o discurso aparentemente “gasto” faz-se necessário, precisando ser repetido inúmeras vezes para que a constituição social dessa língua minoritária ocorra, ou seja, para chegarmos à legitimação e ao reconhecimento, por parte da sociedade como um todo, de que a língua de sinais é uma língua. [...]. Tornar visível a língua desvia a concepção da surdez como deficiência — vinculada às lacunas na cognição e no

não é mosqueteira – todos por um; também não é platônica – muitos e um. É Dostoiévskiana – muitos uns em um; pertença pela diferença; unidade pluralizada” (SCHAEFER, 2011, p. 196).

pensamento— para uma concepção da surdez como diferença linguística e cultural. (GESSER, 2009. P. 9-10)

A partir da aquisição da Língua de Sinais que a criança constrói sua subjetividade, compreendendo o que se passa ao seu redor, trocando ideias, ou seja, através da Língua Brasileira de Sinais – Libras a criança pode dar significado ao mundo. O contato com a comunidade surda irá contribuir para a formação da identidade de pessoa surda desses sujeitos. [...] É através das relações sociais que os sujeitos surdos estabelecem sua representação de mundo e de si próprio. (QUEIROZ; RÚBIO, 2014, p. 12)

Os livros *Libras: conhecimento além dos sinais*, de Daniel Choi et al. e *Surdos: educação, direito e cidadania*, de Edmarcius Novaes trazem um bom suporte teórico à discussão a respeito dos conceitos de cidadania e da identidade surda, bem como questões de natureza jurídica.

Ressalta-se que o uso do termo *deficiência* em relação ao ser humano, nem de longe, deve ser interpretado como *imperfeição* ou *defeito*, já que não existe nenhum ser humano totalmente perfeito ou imperfeito. Da mesma forma, não se pode dizer o contrário, ou seja, que *as pessoas sem deficiência* também são perfeitas. Perfeição é uma conceituação subjetiva, relativa, construída a partir de uma interação social. (NOVAES, 2014. P.38)

A língua de sinais é um poderoso símbolo de identidade para os Surdos, em parte por causa da luta para encontrar sua identidade em um mundo ouvinte que tem tradicionalmente desprezado sua língua e negado a sua cultura. (CHOI, 2011. P.35)

Em *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*, seleta organizada por Regina Abreu, Mário de Souza Chagas e Myriam Sepúlveda dos Santos, a polifonia das narrativas, segundo os autores, justifica-se “não apenas por serem diferentes as concepções de museus e de patrimônios que lhes informam, mas também por elas mesmas registrarem múltiplas visões de mundo e abarcarem diferentes olhares e abordagens profissionais e teóricas” (ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007. P. 6).

Na primeira dessas narrativas, há um instigante cruzamento entre os conceitos de linguagem, museus e construção de identidade, presentes no cerne do projeto:

Os museus lidam com memórias coletivas, ou seja, com representações consolidadas coletivamente. Eles podem ser compreendidos como instituições que têm sido cruciais na formação das identidades nacionais. A relação da identidade com o passado ou com a memória desse passado é complexa. Indivíduos constroem suas identidades mediante o uso da memória, e esta é indissociável, por exemplo, da linguagem, que é uma construção social que antecede a existência desses indivíduos. As memórias coletivas são uma forma de linguagem, são construções coletivas que antecedem os indivíduos. [...] É de ressaltar, portanto, que ao considerarmos os museus como instituições que lidam com a construção da memória, não há como ignorarmos que eles fazem parte da história, de um processo aberto cujo destino está em aberto. (ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007. P. 12-13)

Estabelecer uma relação entre surdez e preservação da memória pode parecer improvável, considerando o grande desconhecimento sobre o contexto do tema. No livro *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*, Oliver Sacks sintetiza a questão quando diz:

As pessoas poderiam pensar que a história e o estudo das pessoas surdas e de sua língua são algo de interesse extremamente restrito. Porém, a meu ver, essa ideia é absolutamente equivocada. O estudo dos surdos mostra-nos que boa parte do que é distintivamente humano em nós – nossas capacidades de linguagem, pensamento, comunicação e

cultura – não se desenvolve de maneira automática, não se compõe apenas de funções biológicas, mas também tem origem social e histórica; essas capacidades são um *presente* – o mais valioso dos presentes – de uma geração para a outra. Percebemos que a cultura é tão importante quanto a natureza (SACKS, 2010, p.10).

Segundo o professor doutor Armando Nembri, primeiro surdo profundo brasileiro a defender sua tese de doutorado na língua portuguesa, muitas vezes o cuidado exacerbado traz a percepção da diferença de uma forma negativa. Entretanto, ao conseguir vencer os obstáculos, o indivíduo é capaz de constatar que sua diferença é, na verdade, um “diferencial positivo”.

Ser surdo num mundo ouvinte é ter a certeza de que muito há pra ser feito com relação à sua condição, sabendo que as oportunidades e possibilidades existem, em função de ter uma colossal estrada para ser construída e depois aperfeiçoada. Ser surdo num mundo ouvinte é procurar caminhos de inserção e de aceitação, compreendendo que todos somos partes desiguais, mas infinitesimais de um todo maior. Ser surdo num mundo ouvinte é sentir o isolamento que vivencia e, positivamente, vislumbrar a beleza e a riqueza da inclusão que não demora. (NEMBRI, 2012)

Diante das pesquisas, pode-se afirmar, portanto, que em cada sociedade há uma multiplicidade de histórias, identidades, culturas, subjetividades, línguas e linguagens. E somente com o desenvolvimento de políticas efetivas de acessibilidade e preservação é possível proporcionar a cada pessoa a oportunidade de conhecer a sua história, reconhecer a sua identidade e se perceber como parte integrante e ativa de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CORPAS, Flavia; LEYTON, Daina (Org.). *Caderno acessibilidades – Oi Futuro*. Rio de Janeiro: Instituto Telemar, 2016.

JEQUIÉ. *Lei nº 1.797, de 23 de dezembro de 2008*. Institui diretrizes para implementação da política de educação especial, na perspectiva inclusiva, do sistema municipal de ensino do município de Jequié, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/aeet021ufc/polo-jequie-ba>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

LOPES, Lucília Santos da França. *Memória e histórias da língua brasileira de sinais no processo de educação de pessoas surdas no município de Jequié/Bahia*. 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-historias-da-lingua-brasileira-de-sinais-no-processo-educacional-de-pessoas-surdas-no-municipio-de-jequie-bahia/134049/>>. Acesso em: 27 set. 2015.

ROCHA, Solange Maria da. *O Ines e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008. v. 1.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU; Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

SILVA, Angela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. *Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

STROBEL, Karin. *História da educação de surdos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em 8 nov. 2017.

IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS: A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO CRITÉRIO PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE GESTÃO DE PRESERVAÇÃO

Rodolfo Lobianco

Rodolfo Lobianco
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e da
Saúde – COC/
Fiocruz

Orientadora:
Sonia Nogueira

A Igreja¹ Nossa Senhora dos Remédios está localizada no bairro Colônia², Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. A edificação foi reconstruída em 1862 em estilo neoclássico pelo arquiteto-engenheiro do Império Theodoro Marx. A igreja é um bem tombado desde 1972 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e passou pelos tempos dos engenhos de açúcar, na região também conhecida como “Planície dos Onze Engenhos”, e no século 20, pela região de uso hospitalar, denominada Colônia Juliano Moreira. Hoje, a Igreja faz parte do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (NHRC) também tombado pelo INEPAC desde 1990, cujo território é administrado pela prefeitura do Rio de Janeiro através do Instituto Municipal de Assistência Social Juliano Moreira (IMASJM).

De lá para cá a igreja passou por três restaurações: a primeira finalizada em 1953, a 2ª em 1971 e a 3ª finalizada em 2009. Quanto à primeira intervenção sofrida pela edificação católica, a pesquisadora Sigrid Hoppe (2014), a partir de sua pesquisa em que usa os livros de ocorrência da igreja como fonte, nos elucida que quando a fazenda foi desapropriada para a construção da Colônia, o templo já se encontrava mal conservado. Em 1949 a igreja foi fechada, pois praticamente encontrava-se em precário estado de conservação. Porém, em 1964, a igreja sofreu um curto circuito provocando um incêndio no templo e somente em 1972 a Igreja foi recuperada e aberta novamente. A Igreja era um espaço único de interação entre trabalhadores e pacientes, e seus familiares, com pessoas de fora da Colônia que também frequentavam o espaço religioso. A terceira intervenção na Igreja foi em 2008/2009. A obra consistiu, segundo relatório de visita de inspeção da prefeitura/IRPH, em recuperação emergencial do telhado, assim como, da parte elétrica³. No caso da fachada, houve recomposição volumétrica, assim como, alteração da cor observada por meio de prospecções passou de branco para amarelo-ocre⁴.

Mesmo após esta obra, a igreja manteve-se interdita até 2014 quando por orientação de um engenheiro, alguns atores sociais frequentadores

1 Igreja é a categoria utilizada pelos frequentadores da edificação num sentido de ressaltar sua importância. Na hierarquia institucional, a igreja é a matriz e as capelas estão vinculadas a igreja e sua matriz. Outra característica é que na capela não há um padre fixo. O padre vem da matriz, lá tem padres fixos, e realiza as cerimônias religiosas quando convocado.

2 Decidi usar bairro Colônia para representar o lugar, pois é como as pessoas referenciam a localização da Igreja. A prefeitura localiza o bairro Colônia no mesmo espaço que o Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA).

3 INEPAC. Relatório de visita de inspeção de 28 de agosto de 2008.

4 INEPAC. Relatório de visita e inspeção de 16 de outubro de 2008.

da igreja, iniciaram um movimento de reabertura do espaço religioso. Até então, os eventos católicos estavam sendo realizados, sobretudo, em pavilhões hospitalares da época do hospital-colônia que estava já em desuso. Entretanto, com o pedido de deocupação desses espaços empreendido pela secretaria m de saúde, os fiéis resolveram solicitar junto a entidades responsáveis a reabertura da igreja. Para isso foi solicitado que a igreja passasse por um processo de manutenção. Durante quatro meses, os fiéis e colaboradores, com orientação de um engenheiro; executaram esse serviço na parte interna da igreja. A partir de então, frequentadores da igreja passaram a se organizar e fazer uma espécie de gestão da edificação. Isso significou tanto organizar os eventos costumeiros da uma paróquia, tais como: casamento, missa, batizado, crisma, gerenciar os recursos, quanto cuidar na manutenção da igreja. Segundo a interlocutora de nome Eliete, após roubo da fiação, deixando a igreja sem luz por alguns dias, eles tiveram que arcar com todo o custo para religar a igreja.

De uma forma geral, o poder público se mostra ausente neste espaço, pois é possível observar parte das edificações no NHRC, cujo em estado o estado físico caminha para o de ruína. Numa primeira observação é possível notar é que as edificações que estão sendo utilizadas no NHRC estão sendo preservadas, tais como: a igreja e outros pavilhões com os últimos remanescentes da ex-Colônia. Hoje administrado pela prefeitura do Rio de Janeiro. Portanto, o valor de uso ou de função é de extrema importância para a permanência da existência de um bem cultural.

Neste sentido a Carta de Burra aponta que "A *conservação* é uma parte integral da boa gestão dos *sítios* com *significado cultural*" (CARTA DE BURRA, 1999). O restaurador espanhol Salvador Muñoz⁵ (2003) nos dá uma pista quando afirma que a Restauração⁶ não se definirá pelos objetos, pelas técnicas e seus instrumentos, mas sim "em função de critérios inerentes aos sujeitos" (VIÑHAS, 2003, p.39). Ele entende que na teoria contemporânea da preservação os critérios não se definirão em critérios externos às pessoas. Neste sentido, o foco da preservação contemporânea transfere das matérias / objetos para os sujeitos para responder questões não objetivas. Para Viñas é estabelecido uma relação de comunicação entre sujeito e objetos em que, nessa relação, dependerá do sujeito de estabelecer essa comunicação com o objeto. Lembrando que o objeto também é um bem simbólico / signo que materializa características de uma cultura. Portanto, o significado simbólico dos objetos, enquanto algo que referencia os próprios objetos podem ser compreendidos também como significado cultural. A fim de contribuir e apontar caminhos para a gestão e preservação⁷ de um patrimônio cultural edificado e religioso será preciso compreender quais os valores são atribuídos pelos atores sociais à Igreja da ex-Colônia. Dessa forma, poderei observar o porquê de outras edificações do entorno da Igreja, no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, não terem merecido o mesmo olhar preservacionista pelos diversos atores sociais.

Para Tinoco (2014) o plano de gestão é um instrumento que estabelece diretrizes para uso adequado dos espaços e contribui para a preservação de valores de significância de um bem cultural. Ele é compreendido como conjunto de recomendações e orientações técnicas comprometidos com ações integradas. O plano de gestão poderá ser adotado tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada.

O termo significância cultural foi usada na Carta de Veneza de 1964, mas somente na primeira versão da Carta de Burra de 1979, passou a ser uma categoria conceitual e metodológica. Sua for-

5 Salvador Muñoz Viñas é formado em Belas Artes por Harvard e hoje é professor, pesquisador e restaurador na Universidade Politécnica de Valência - Espanha.

6 Restauração para Viñas com "R" maiúsculo tem um sentido amplo como sinônimo de conservação e restauração. E a conservação é uma atividade que consiste em manter o bem no estado em que se está no momento. Portanto, consiste em prevenir futuras alterações.

7 A categoria Preservação é usada no site do IPHAN em diversos textos enquanto termo que abarca todas as outras categorias, tais como: conservação, restauro, manutenção e reforma. Por outro lado, estudos sobre a Significância Cultural usa o termo Conservação no lugar de preservação. Muito provavelmente porque o texto que categorizou esta categoria foi a Carta de Burra que usa a categoria conservação para abarcar outras categorias como: manutenção, restauro, reforma. Neste resumo sigo usando a categoria Preservação, assim como, o próprio programa de pós-graduação da FIOCRUZ usa.

mulação efetiva se deu em 1999. Versão esta, considerada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). O conceito de Significância Cultural de uma forma geral é um conjunto de valores atribuídos a um determinado bem. Conforme explica Pedrosa “a significância cultural representa múltiplos valores atribuídos a um bem cultural e sua manutenção corresponde ao objetivo principal da conservação patrimonial contemporânea” (PEDROSA, 2011- p.16).

Os valores, assim como a cultura, são dinâmicos. Portanto, na gestão de preservação é importante a realização de acompanhamento constante da permanência, ou não, desses valores. Uma boa gestão de preservação é percebida quando os significados culturais são mantidos. Sobretudo, pois sendo a atribuição de valor algo subjetivo, o que pode ser valorado por uns pode não ser para outros (VIÑAS-2003, PEDROSA-2011). A significância cultural é uma diversidade de significados e valores. Assim, a proposta será observar quais destes valores aparecem com maior intensidade para os atores sociais.

Quanto aos valores atribuídos aos bens culturais, no caso da igreja ser um bem cultural material, significa o reconhecimento da dimensão intangível no bem. O que, até então, não acontecia, pois no campo da conservação-restauração a atenção era dada somente para a dimensão tangível do bem material. De certa forma, a contribuição da ampliação do conceito de cultura para a ampliação do conceito de patrimônio resulta nesse reconhecimento do intangível no bem cultural material. Esses valores, Viñas considera que “a relação entre pessoas e os objetos são significados simbólicos” (VIÑAS, 2003, p.40). E esses valores e significados que caracterizam o objeto é que formam o patrimônio. Ele elenca alguns desses valores para além do artístico e histórico, tais como: valores de identidade, de grupo, valores ideológicos e sentimentais, valor turístico, econômico e outros. Nos anos 80, por conta das transformações das políticas na área da psiquiatria, diversas transformações ocorreram no que tange o tratamento aos pacientes da Colônia Juliano Moreira (CJM). O tratamento psiquiátrico passa a privilegiar a ressocialização do paciente e não mais a internação. Logo o número de funcionários também diminuiu acarretando a diminuição de frequentadores da Igreja. Em 1996 Colônia passou para a administração da prefeitura e hoje chama a atenção o estado das edificações no NHRC, pois algumas das edificações ficaram sem uso (FIOCRUZ – 2011). Os que estão em uso, e mantem suas funções sociais, são os pavilhões que ainda prestam serviço aos últimos pacientes e a INSR.

Nas conversas que tive com alguns atores frequentadores da igreja, após as missas, pude observar que há um grupo de pessoas que fazem a gestão da igreja. Isso ocorre justamente porque a paróquia não tem um capelão fixo. Dessa forma, os cuidados de manutenção da igreja são realizados por esses usuários do espaço católico. Desde a Carta de Amsterdã de 1975 já sugeria a importância dos atores sociais no processo de conservação e gestão dos bens patrimoniais “buscando assim uma gestão democrática”. Já Viñas complementa afirmando que numa gestão, no corpo de gestores, devem ser incluídos os atores sociais não especialistas. Para que dessa forma a gestão não seja o que ele chamou de tecnocrática. A categoria de significado simbólico usado por Viñas para compreender a perspectiva do intangível no bem material é referida na Carta de Burra a partir do conceito de Significância Cultural. A Carta de Burra propõe etapas para a construção da Significância Cultural. São elas: Identificar o sítio e o seu entorno; recolher e registrar informações sobre o sítio; avaliar a significância; preparar a Declaração. Estas etapas constituem a construção de uma gestão de preservação de um bem cultural afirmando a importância de se identificar os valores culturais atribuídos, por diversos atores sociais, a um bem cultural. Neste sentido, a ida a igreja e conversas com técnicos que participaram da última restauração, assim como, com os frequentadores da missa dominical, num caráter de observação, está sendo importante para mapear inicialmente alguns dos valores atribuídos a igreja.



Foto 1 - A INSR. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 2 - Altar. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 3 - O NHRC. Fonte: DPH FIOCRUZ.

REFERÊNCIAS

CASSÍLIA, Janis Alessandra; VENANCIO, Ana Teresa A.. História da Política assistencial a saúde mental (1941-1956): O caso da Colônia Juliano Moreira no Rio de Janeiro. In: *Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 24, 2007, São Leopoldo. Anais. São Leopoldo: Unisinos.

CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã. *Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu de outubro de 1975*. (disponível em: portal.iphan.gov.br – consultado em 29/05/2018).

FIOCRUZ. *Plano de Requalificação do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas: Reabilitação Urbanística, social e cultural no território da antiga Colônia Juliano Moreira*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ / COC, 2011.

HOPPE, Singrid. Igreja e a festa de São Cristóvão na Colônia Juliano Moreira. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas*, ANPUH-RIO, 28 de julho a 1º de agosto de 2014. www.encontro2014.rj.anpuh.org/ (Consultado em 17/03/18).

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). *Carta de Burra: Carta do Icomos Austrália para conservação dos sítios com significância cultural*. Austrália ICOMOS Incorporated, 1999. Tradução de Antônio Borja Araújo, 2006.

PEDROSA, Patrícia Coelho. *A significância cultural como critério para a conservação do patrimônio mundial*. Dissertação de mestrado apresentado no Programa de pós-graduação em desenvolvimento urbano na Universidade Federal de Pernambuco – Recife, 2011.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Plano de Gestão da Conservação para edificações de valor cultural. In: *Revista CPC*, São Paulo, n.17, p. 001-205, nov. 2013/ abril 2014.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la Restauración*. Editorial Sintesis, Madrid, 2003.

SOB A PELE DOS LIVROS DA COLEÇÃO PROFESSOR CELSO CUNHA

Rosângela Coutinho

Rosângela Coutinho
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e
da Saúde COC/
FIOCRUZ

Orientadora:
Ana Luce Girão
Soares de Lima

PALAVRAS-CHAVE: *Coleção Professor Celso Cunha; diagnóstico de conservação; conservação preventiva.*

Esta pesquisa, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde como requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, propõe-se a diagnosticar o estado de conservação da Coleção Professor Celso Cunha, da Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, identificando as condições do seu espaço de guarda e os entraves existentes à preservação desta que é uma das coleções especiais da Biblioteca e a única armazenada em espaço próprio.

O diagnóstico do acervo é fator essencial para todas as coleções e materiais em bibliotecas ou outras instituições depositárias de herança cultural e, portanto, é utilizado aqui para a identificação dos riscos de perda e fatores que interferem na sua preservação e conservação.

Pretende-se identificar as condições de infraestrutura do ambiente de guarda do acervo e os aspectos de preservação das publicações. A Coleção Professor Celso Cunha corresponde a um dos acervos mais raros e especializados do país para Filologia, Linguística, Medievalismo (lírica medieval), Dialetolegia e Literatura. Destaca-se, ainda, por possuir primeiras edições portuguesas e brasileiras, cancioneiros, filologia portuguesa e espanhola, crítica textual e dicionários, além de manuscritos. Foi adquirida para a Faculdade de Letras da UFRJ no dia 26 de julho de 1991, pelo valor de quinhentos e cinquenta mil dólares norte-americanos. Possui 25.000 volumes, entre livros, periódicos, folhetos, além de medalhas, diplomas, fotos e prêmios, que lhe descrevem a trajetória acadêmica e intelectual. Não houve desmembramento da Biblioteca e, atendendo ao que foi acordado entre as partes, ela foi reproduzida no espaço da Biblioteca da Faculdade tal qual era disposta na casa do professor. Manteve-se, assim, sua fisionomia própria, em um espaço apartado dos demais acervos da Biblioteca da Faculdade de Letras, no qual foi reproduzido o seu escritório, inclusive com o mesmo mobiliário e alguns objetos pessoais trazidos de sua casa. De acordo com a literatura, e como percebemos na história do trato dos acervos culturais, uma coleção particular, quando mantida da mesma forma que a deixou o seu possuidor, conserva os valores que o colecionador lhe atribuiu, evocando memória e cumprindo funções, que ultrapassam o âmbito material e o

funcional. Para resolver o problema de como preservar esse patrimônio bibliográfico partiu-se dos seguintes pressupostos: 1) a de que as condições inapropriadas de infraestrutura do espaço de guarda contribuem para a deterioração da coleção e 2) a de que reproduzir fielmente o escritório da Biblioteca Pessoal do Professor Celso Cunha no espaço de guarda do acervo, na Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras da UFRJ, com objetivo de criar a figura do imortal, tem implicado em dificuldades para o gerenciamento da conservação e preservação da coleção.

O quadro teórico da pesquisa relacionado à conservação preventiva e ao diagnóstico de acervos fundamenta-se nos cadernos técnicos do Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA) – foram utilizados os cadernos técnicos referentes aos assuntos: acondicionamento (1 a 9); meio ambiente (14 a 17); planejamento e prioridades (30 a 32); planejamento de preservação e gerenciamento de programas (30 a 36) – nas publicações do Centro Internacional para Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM) – referentes à gestão de riscos e desastres, nas quais se definem prioridades de conservação pela gestão de riscos – e no Manual de Diagnóstico de Conservação para Acervos Arquivístico e Bibliográfico do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Para além das questões técnicas e metodológicas referentes aos procedimentos de diagnóstico de acervos culturais, outros três pontos da discussão teórica desse estudo são os relacionados à questão da valoração do patrimônio, assim como, à discussão da exposição de documento pessoal em espaço público e da tarefa de institucionalização para o acesso público a acervos privados; e o conceito de trajetória relativo ao colecionador e sua coleção. Como autores que fundamentam essa discussão conceitual na pesquisa, dos pontos em destaque acima citam-se: MENDES (1998, 2012) ao discutir a valoração do patrimônio cultural e a exibição de documentação privada em espaço público, neste item também contribuiu para a fundamentação teórica BESSONE (2007, 2014) e ABREU (2001); e por fim apresenta-se a definição de BOURDIEU (2005) de trajetória para construção do percurso do personagem e da institucionalização da coleção na Faculdade de Letras da UFRJ. Além desses autores, também integram essa construção teórica CÂNDIDO (1989) ao dialogar sobre as bibliotecas particulares e CUNHA; CAVALCANTI (2008) e RODRIGUES (2011) na conceitualização de bibliotecas universitárias e coleções especiais. Como procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa optou-se inicialmente pelo levantamento bibliográfico na literatura especializada sobre o tema em questão, para a identificação de exemplos de diagnósticos elaborados por instituições públicas e privadas, brasileiras e estrangeiras, que contemplem o tipo de acervo objeto deste estudo. Além de um levantamento sobre as temáticas Bibliotecas Particulares ou Bibliotecas Pessoais; Bibliotecas Universitárias; Coleções Especiais; Patrimônio Bibliográfico; Diagnóstico de Coleções e Conservação Preventiva de Acervos Bibliográficos em teses, dissertações, artigos de periódicos, anais de eventos, livros e *e-books*, com o objetivo de construir o embasamento teórico da dissertação. Um levantamento documental nos arquivos institucionais da UFRJ e da Academia Brasileira de Letras para reconstituição da trajetória do professor Celso Cunha e do processo de a institucionalização de sua biblioteca na Faculdade de Letras da UFRJ foi também responsável pela documentação original apresentada no trabalho. Além disso, foram realizadas entrevistas com alguns servidores da Universidade, que participaram do processo de compra e instalação da biblioteca, para a identificação e entendimento de determinadas questões surgidas na consulta aos documentos importantes para a reconstituição da história da coleção que não puderam ser esclarecidas pela pesquisa documental. A coleta de dados relacionados ao monitoramento da temperatura e a umidade relativa do ambiente de guarda da Coleção Professor Celso Cunha foi realizada de abril de 2017 a março de 2018, sempre nos mesmos horários: às 10h e às 15h, de segunda à sexta, conforme planilha adotada. Para que pudesse ser monitorada a temperatura e a umidade em todas as estações do ano, a coleta foi feita por 12 (doze) meses. Foram instalados aparelhos de medição de temperatura e umidade nas duas salas de armazenamento do acervo, visando a propiciar uma análise tanto das oscilações dessas variáveis, como das ações necessárias à preservação do patrimônio bibliográfico que compõe a coleção. Os resultados obtidos no transcorrer desta pesquisa, decorrentes de medições, foram

compilados por meio de planilhas no Excel. Em relação ao diagnóstico físico das publicações utilizou-se um formulário estruturado, elaborado a partir da ficha de diagnóstico de conservação da Biblioteca Nacional, da ficha de diagnóstico da Biblioteca História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz e da ficha de diagnóstico elaborada na dissertação *Qualidade do ar e microclima*, de Jandira Helena Fernandes Flaeschen¹. Esse instrumento subsidiou a análise material do acervo bibliográfico que integra a amostra do diagnóstico iniciado de março a julho de 2018. As publicações em análise foram escolhidas de acordo com os seguintes critérios: i) os livros que foram destacados na descrição da biblioteca do professor Celso Cunha arrolada no processo de compra da coleção e ii) as 20 (vinte) obras que estiveram na exposição “Celso Cunha: dez anos de saudade”, em 1999, na Biblioteca Nacional. O diagnóstico realizado destacou a necessidade de controle e monitoramento da temperatura e umidade relativa do ar, a partir das variações identificadas no período do estudo. Além disso, foram identificados micro-organismos nos itens da coleção, entre outros fatores de perda e danos efetivos já encontrados. Torna-se agora necessária a ação de uma equipe multidisciplinar formada por bibliotecários, arquivistas, museólogos e conservadores, para se elaborar um plano de conservação preventiva a partir do resultado desse diagnóstico. Cabe ressaltar que, ao estudar o ambiente da área de guarda da coleção mapeando-se os danos nas publicações, decorrentes do espaço inadequado para sua preservação, pretendeu-se ampliar a visão dos riscos ao acervo e, assim, subsidiar a elaboração de um plano de conservação preventiva para coleções especiais a ser implantado na instituição.

Levando-se em consideração a análise do diagnóstico de conservação da coleção professor Celso Cunha, algumas estratégias e ações de conservação preventiva foram apresentadas. A partir do resultado das análises realizadas sobre o diagnóstico da infraestrutura do ambiente e da coleção, espera-se contribuir com esse estudo para a elaboração futura de um plano de conservação preventiva da Coleção Professor Celso Cunha, a ser elaborado posteriormente, para a implantação de ações de conservação e preservação da coleção. Os principais aspectos estudados na pesquisa estão intrinsecamente relacionados. A história do pesquisador e a formação de sua biblioteca se entrelaçam com a história da institucionalização desse acervo especial na UFRJ, trajetórias que se cruzam na formação de um mesmo acervo que se quer ver preservado, sem perdas, para o uso de estudantes, estudiosos e apaixonados pelos temas colecionados. No bojo desse processo, a discussão sobre o gerenciamento da coleção fundamenta essas questões. Espera-se, com o conhecimento gerado na fase de diagnóstico, adotarem-se, em caráter permanente, medidas de controle dos agentes de deterioração da coleção, na intenção de salvaguardar esse patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. O Museu Histórico Nacional e a nostalgia de um império idealizado. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p.247-263

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos: Livros, 2008.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone. A biblioteca de Rui Barbosa no palácio dos livros. In: FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. *Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 28-50.

FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. *Qualidade do ar: relações e interferências na preservação da Coleção Miscellanea Curiosa*. Disponível em: < <http://site.mast.br/ppact/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Jandira%20PPACT%20MAST%202017.pdf>>. Acesso em jun. 2017.

1 Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTIC).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Manual de diagnóstico de conservação para acervos arquivísticos e bibliográficos*. Brasília, DF: Ibram, 2014.

LINO, Lúcia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Política de Preservação no âmbito do gerenciamento de Coleções Especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 59-75, 2007. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/Lucia_Alves.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

SOUZA, Luiz Antonio Cruz; ROSADO, Alessandra. In: FRONER, Yacy-Ara (Org.). *Roteiro de avaliação e diagnóstico em conservação preventiva*. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes, 2008.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, M. L. N. (Org.). *Museu e Museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. (MAST Colloquia, 11). p.61-82.

VAILLANT CALLOL, Milagros. *Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para sua erradicação e controle*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

DIAGNÓSTICO DE ACERVO: SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA A BIBLIOTECA JOSÉ DE ALENCAR DA UFRJ

Solange Ribeiro Viegas

Solange Ribeiro Viegas
PPG Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde COC/FIOCRUZ

Orientadora:
Laurinda Rosa Maciel

PALAVRAS-CHAVE: diagnóstico de coleção; conservação preventiva; gestão de documentos; patrimônio preservado; análise bibliológica.

A Biblioteca José de Alencar (BJA), que faz parte da Faculdade de Letras da UFRJ, é uma das maiores bibliotecas da América Latina especializada em Língua e Literatura e foi fundada pelo professor Afrânio Coutinho em 9 de abril de 1969. Como biblioteca universitária, sua missão pode ser descrita em ações como as de promover o acesso à informação nas áreas de Linguística, Filologia e Literatura; recuperar e disseminar a informação para toda a comunidade acadêmica de forma atualizada, ágil e qualificada; contribuir para a formação profissional do cidadão, colaborando no desenvolvimento científico e cultural da sociedade.¹ Seu acervo, com 387.184 exemplares dos quais aproximadamente 320 mil fazem parte do Acervo Geral, está classificado da seguinte forma: Acervo Geral (ACG); Teses e Dissertações; Periódicos; Coleção Casa da Madrinha; Referência; Coleção Celso Cunha e Museu de Língua e Literatura.

Uma das principais dificuldades da BJA são a preservação, conservação e restauração de suas obras. Em março de 2016, foi aprovado pela direção da BJA e da Faculdade de Letras, um pré-projeto para a criação de uma 'Oficina de Conservação e Restauo' (OCR), que iniciou suas atividades em novembro, em caráter emergencial devido aos ataques de brocas no ACG. Toda biblioteca deve ter como objetivos a proteção e preservação de seu patrimônio documental por meio de medidas preventivas no sentido de apurar os motivos que podem provocar infestações e danos ao acervo, a fim de evitar prejuízos futuros.

PROBLEMA DA PESQUISA

Um dos principais desafios que a BJA enfrenta se relaciona com a preservação, conservação e restauração de suas obras. As que pertencem ao ACG, o objeto desta pesquisa, vem sofrendo danos e muitas são danificadas durante o ano letivo, com sua maior parte não sendo repostas devido à escassez dos recursos. Isso gera um acúmulo de volumes que vão para encadernação, reparos e descarte. O tempo gasto no processo de encadernação é longo, pois as obras danificadas devem ser retiradas do acervo

¹ As informações sobre a BJA, como sua localização, histórico e serviços oferecidos estão disponibilizadas no site: <https://letras.biblioteca.ufrj.br/>.

diariamente, gerando frustração para os usuários que delas necessitam para suas pesquisas. Outro problema relacionado com a retirada das obras do acervo são as políticas públicas educacionais, já que estas que fazem parte de bibliografias dos cursos do ensino superior e devem estar presentes nos acervos de suas bibliotecas. Este aspecto é importante uma vez que tais cursos são alvo de avaliação do MEC² que os pontua por meio de uma avaliação periódica.

Devido ao ataque de brocas que ocorreu no ACG em 2016, todas as obras deste setor foram vistoriadas e as que apresentavam possíveis infestações foram retiradas. Além disso, as que apresentavam más condições de conservação foram encaminhadas para Oficina de Conservação, totalizando 5.342 obras. Com este quadro, era preciso que medidas urgentes fossem implementadas.

OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

A pesquisa teve como objetivo principal implementar planos de conservação preventiva para acervo geral da BJA. Para tal, foi necessário elaborar um diagnóstico do acervo e do ambiente de guarda, a fim de subsidiar os planos.

O ato de preservar acervos é de suma importância, pois possibilita que as informações sejam asseguradas e protegidas. Para isso, se faz necessária uma gestão que programe políticas de preservação nos respectivos acervos, a fim de garantir sua salvaguarda.

Os acervos da BJA fazem parte da memória institucional da UFRJ como também do país, devido à sua diversidade e raridade. Em razão de sua importância para a sociedade, a preservação do seu acervo é necessária para garantir o acesso pelas futuras gerações, pois o ACG é especial e foi originalmente constituído por coleções particulares de autores renomados, bibliófilos e pesquisadores.

REVISÃO DA LITERATURA

As bibliotecas são instituições culturais que possuem como uma de suas funções salvaguardar o patrimônio documental, locais onde a memória encontra-se concretizada por meio dos registros escritos. De acordo com Pierre Nora (1993, p. 9), “[...] memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto”. Nesta mesma linha de pensamento, Pereira (2011, p. 20) aponta que “A construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais”. Desta forma, medidas preventivas são necessárias para salvaguardar o patrimônio documental da BJA. Carvalho (1998, p. 2) afirma que “A conservação preventiva trata das causas da degradação dos acervos e sua atuação implica ampliar a perspectiva além do objeto isolado, alcançando o ambiente, a arquitetura, os planos de segurança e manutenção, a maneira de usar as coleções”.

Dentro desse contexto, situam-se as medidas de preservação que estão relacionadas com as políticas administrativas. De acordo com Cassares (2000), entendemos a conservação preventiva como uma forma de diminuir a degradação do bem, visando melhorar o local de armazenamento, bem como os meios de armazenagem e uso da coleção para prevenir e retardar sua degradação. Seu objetivo é estudar as melhores maneiras de controlar os principais agentes de degradação do papel e, para isso, ações de cunho preventivo devem ser colocadas em prática objetivando implantar a conservação preventiva.

O *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*

2 Para a implementação dos cursos de graduação nas Universidades é obrigatório que as bibliografias básicas e complementares estejam presentes nos acervos de suas bibliotecas; estes dados correspondem aos itens 3.6 e 3.7, especificados na Portaria nº 40 do Inep, que regulariza as avaliações dos cursos de graduação. Após a implementação, são realizadas visitas periódicas às bibliotecas para o controle das bibliografias e os cursos podem ser prejudicados em sua avaliação quando estas não integram o acervo.

(ICCROM) e o *Canadian Conservation Institute* (CCI), especializados em conservação preventiva de bens patrimoniais, elencam dez agentes de deterioração que foram os que consideramos para a elaboração do diagnóstico. São eles: 1) Forças físicas; 2) Criminosos (ladrões, vândalos); 3) Fogo; 4) Água; 5) Pragas; 6) Contaminantes; 7) Luz / UV; 8) Temperatura incorreta; 9) Umidade relativa incorreta; 10) Dissociação. (ICCROM, 2016, p. 28).

Devido à dimensão do ACG, que está em constante crescimento e atualmente possui cerca de 320 mil obras, não é possível avaliá-las individualmente, até mesmo porque o que não é raro hoje, pode se tornar amanhã. Por este motivo foi realizada uma pesquisa de raridade com análise bibliológica, buscando as peculiaridades nas obras que foram selecionadas para compor a amostra. Os autores Rodrigues, Calheiros e Costa (2003) consideram tal análise como um mecanismo de segurança para a obra, pois o registro a individualiza. Nessa mesma linha de raciocínio, Greenhalgh e Manini (2015) ressaltam a importância da análise bibliológica para comprovar sua propriedade como patrimônio em caso de furto. Ela constitui no levantamento das características relevantes da obra, facilitando sua identificação e recuperação. Pinheiro (2012) elenca os tópicos que devem ser considerados em tal análise: suporte, capa, texto impresso, ornamentação, marcas intrínsecas e extrínsecas, apresentação material e aspecto intelectual, e indica que devem ser registrados em notas para difusão, recuperação e salvaguarda.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, além de um estudo na documentação histórica e administrativa que faz parte do acervo documental da BJA. Assim, foi possível ter acesso aos relatórios técnicos sobre a constituição do acervo e conhecer as intervenções realizadas no espaço arquitetônico ocupado. A análise das plantas serviu de subsídios para conhecer e analisar o impacto do ambiente sobre a coleção e para verificar as alterações sofridas pelo espaço relativo ao ACG da Biblioteca.

O estudo de caso foi dividido em diagnóstico do ambiente e do acervo, análise dos dados e planos de conservação preventiva. Para esta pesquisa foram realizados diagnósticos do estado de conservação com análise bibliológica de 1.470 obras, que foram escolhidas aleatoriamente dos 5.342 livros que estão na OCR e que já foram selecionados por apresentar algum tipo de danos, dentre eles as brocas. Elas foram analisadas na OCR, pois algumas poderiam apresentar infestação.

Os agentes de deteriorização listados pelo Instituto Canadense de Conservação (CCI), serviram de embasamento para a identificação dos danos das obras. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a ficha de diagnóstico, elaborada para agilizar esta fase e economizar recursos humanos e materiais, colaborando, assim, para a sustentabilidade. Não havia nenhuma forma de registro pela BJA, dentro do sistema de catalogação, para informações relacionadas ao diagnóstico do estado físico da obra e foi criado o status "contaminado". Esse procedimento foi necessário para que as obras infestadas não aparecessem como disponíveis para os usuários e também para facilitar a localização e organização dentro da OCR. Outro aspecto foi a preocupação com as marcas de ataques de insetos, pois poderiam confundir usuários e funcionários, sendo interpretadas como uma infestação. Desta forma, registrou-se dentro do sistema de catalogação, na nota interna, para informar ao leitor este esclarecimento. Além disso, foi criada uma sinalização na própria obra, no lado direito da parte final da contracapa, anotado de lápis a seguinte informação: H/2017 para livros higienizados e HB/2017 para livros higienizados em 2017, que possuem marcas de brocas já tratadas; para os anos subsequentes será adotado o mesmo procedimento. A papeleta de registro foi consultada para a verificação da última data do empréstimo. Os resultados encontrados no diagnóstico das obras foram transcritos para um formulário do Google Drive, a fim de facilitar a tabulação dos gráficos para sua análise posterior.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Os dados apurados do diagnóstico das obras demonstram que quanto ao tipo de material, 96% das obras que fizeram parte da pesquisa são livros e 4% periódicos. Os resultados dos dados estatísticos indicam que 77% das obras da amostra são de capas duras, 76% são exemplares únicos, 13% são obras que foram diagnosticadas como raras. Constatamos um total de 74% das obras que sofreram ataques de brocas e 2% apresentavam mofo. Por meio do resultado do diagnóstico das obras, podemos ratificar o pressuposto de que a maioria dos livros que foram alvos de ataques biológicos são os menos consultados e os mais antigos. Conforme demonstram os dados, 74% das obras têm seu ano de publicação entre 1900-1950, 26% são publicados em data posterior e somente 17% dos livros foram emprestados no período de 2000 a 2016. Dentre os danos mais frequentes estão sujidades, manchas de oxidação, folhas amareladas e danos na lombada e capa. Os dados apresentados já apontam a necessidade de realização de atividades em dois níveis: prevenção e reparos.

Algumas medidas preventivas já foram implementadas, tais como: criação da sala de quarentena, monitoramento do acervo, vistoria e higienização de todas as obras que são incorporadas ao acervo para evitar uma nova infestação, além do treinamento dos funcionários da limpeza. O impacto dos ambientes interno e externo sobre as coleções do ACG está sendo analisado, buscando identificar os pontos fracos que podem atingir os acervos.

A dissertação terá como produto um protótipo de publicação intitulada "Conservação preventiva do patrimônio documental: Diagnóstico de acervo", fruto das experiências vivenciadas na OCR com o diagnóstico e planos de conservação. O objetivo da publicação é apresentar uma metodologia prática para as questões de preservação documental, de modo a se tornar acessível a quaisquer instituições.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. S. *O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. Comunicação técnica dois. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/cpba/cadtec/comtec_csrc1.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CASSARES, N. C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. v. 5.

GREENHALGH, R. D.; MANINI, M. P. Análise bibliológica: ferramenta de segurança em coleções de livros raros. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 17-29, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-924.2015v20n42p17/29133>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property. *Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico*. Canadá: ICCROM, 2016. Disponível em: <https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khury. *Revista Projeto História*, v. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PEREIRA, F. C. *Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PINHEIRO, A. V. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1. ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3. Rio de Janeiro, out. 2012. *Anais...* Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/109278012/Catalogacao-de-livros-rarosproposta-de-metodologia-de-formalizacao-de-notas-especiais-para-difusaorecuperacao-e-salvaguarda>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

RODRIGUES, A. H.; CALHEIROS, M. F.; COSTA, P.da S. Análise bibliológica de livros raros: a preservação ao "pé da letra". *Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro*, v. 123, p. 33-48, 2003. [2007]. Disponível em: <http://www.bn.br/planor/documentos/anais_123_2003.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

PROCESSOS CURATORIAIS NOS MUSEUS AFRODIGITAIS BRASILEIROS

Suzana Camillo Marques

*Suzana Camillo
Marques*
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e
da Saúde COC/
FIOCRUZ

Orientador:
Rafael Zamorano

PALAVRAS-CHAVE: museus digitais; museus afrodigitais; processos curatoriais.

A rede de Museus Afrodigitais iniciou suas atividades após a concepção de um projeto nacional, liderado pelo antropólogo Livio Sansone¹, intitulado “Museu digital da memória afro-brasileira e africana”, que foi elaborado após a realização de um seminário internacional em Moçambique (2008), onde foram discutidas, questões ligadas à digitalização de documentos². O projeto pretende, com o apoio de parcerias (nacionais e internacionais), investigar e recolher documentos relacionados a diáspora africana, dispersos ou inexplorados, no Brasil e em outros países, para digitalizá-los e disponibilizá-los gratuitamente na *internet*. A partir de então, o primeiro sítio eletrônico criado foi o “Museu Afrodigital da Bahia”, em 2009, que está vinculado a Universidade Federal da Bahia – UFBA. Logo após, foram criadas as galerias virtuais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Mato Grosso. Todas as galerias estão vinculadas a uma instituição acadêmica: O Rio de Janeiro à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Pernambuco à Universidade Federal de Pernambuco – UFPA; Maranhão à Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Mato Grosso à Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (2015), apesar de haver uma coordenação geral, conduzida pela primeira galeria do Museu Afrodigital (Bahia), a aquisição do acervo digital e a disponibilização das informações e a formas de comunicações em suas específicas galerias digitais, são geridas por conta própria, são autônomas, para assim, enfatizar melhor as especificidades de sua região. Apesar de, futuramente, objetivarem ir para além do meio acadêmico e incitarem a participação social em suas redes, por ser uma proposta relativamente nova e que demanda tempo, recursos financeiros e uma equipe completa, as pesquisas, a seleção do acervo e a curadoria são, majoritariamente, realizadas por profissionais da academia (pesquisadores, professores e estudantes universitários). Uma outra questão, advém das diferentes propostas de como cada região apresenta suas informações

1 Doutor em Antropologia pela Universiteit van Amsterdam (1992) e professor titular da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Sua área de pesquisa está relacionada as questões que envolvem as populações Afro-Brasileiras.

2 O seminário é o fechamento do projeto de pesquisa “Comparando Pobrezas”, que teve parceria com o diretor do Arquivo Histórico de Moçambique Joel Tembe e do historiador especializado em Moçambique Valdemir Zamparoni.

e a comunicação de seu acervo digital. Partindo dessas discussões, a pesquisa de caráter ainda embrionário, tem como tema as exposições virtuais e a curadoria digital dos Museus Afrodigitais, com o objetivo de analisar os diferentes processos curatoriais e suas potencialidades, presentes nas diferentes redes de Museus Afrodigitais brasileiros. Os resultados parciais³ mostram que todas as galerias possuem na página inicial, uma aba intitulada “exposições”, com exceção da galeria do Maranhão⁴, onde só é possível encontrar “exposições” dentro da aba “ensino”. A galeria da Bahia possui oito exposições, datadas entre 2016 e 2017. Sete “exposições” possuem apresentação em “prezi” e uma em “power point”. Três das exposições, além da apresentação em “prezi” possuem textos curtos e referências bibliográficas e uma delas possui arquivos em formato de textos produzidos pelo autor da determinada exposição. A galeria da Bahia não utiliza o termo “curadoria” em suas “exposições”, que se apresentam, na verdade, como um “banco de dados” do conteúdo de pesquisas realizadas por um determinado autor. Na galeria do Rio de Janeiro, são apresentadas treze exposições, todas com títulos e textos, sendo onze delas com fotografias, uma somente com documentos textuais e uma com diversos tipos de documentos (entrevistas, reportagens, músicas, vídeos, etc.). Quatro delas apresentam o termo “curadoria”, na concepção de autoria da exposição. Na galeria do Rio de Janeiro, as exposições virtuais são, basicamente, pesquisas resumidas contendo título, texto explicando sobre o trabalho e fotografias sobre o tema estudado (vida cotidiana, religião, festividades, cultura, culinária, etc.). A galeria de Pernambuco está, no momento, apenas com uma exposição (2017), em parceria com o Museu da Abolição – MAB e o Centro Cultural de São Paulo – CCSP de “Repatriação Digital do Acervo Confiscado de Terreiros” do Recife apreendidos na década de 1930 pela polícia. A exposição da galeria de Pernambuco possui um corpo profissional maior e diversificado, devido ao fato de ter sido feita em parceria com instituições culturais (MAB e CCSP). No sítio eletrônico de Pernambuco também temos a presença do termo “metacuradoria”, com a qual pretende-se criar uma forma de curadoria mais participativa, procurando dialogar com espaços e representantes sociais. Partindo dessa breve análise, além de contextualizar e analisar a rede de Museus Afrodigitais, a pesquisa visa discutir sobre a questão da virtualidade na sociedade da informação e nos museus; abordar a questão da curadoria digital, assim como, as formas em que tais narrativas curatoriais são construídas e propor a elaboração de uma proposta de metodologia curatorial para a rede de Museus Afrodigitais. Cabe ressaltar, que foi a partir das décadas de 1970 e 1980, que os museus começaram a repensar criticamente, suas percepções teóricas e práticas, que eram voltadas para os objetos, apresentado através de um discurso mais complexo e técnico, que pressupunha um certo conhecimento para assimilá-lo. As críticas foram desencadeadas por vários movimentos sociais, que reivindicavam um lugar dentro dos museus, objetivando que fossem criadas novas instituições museais, para além das já existentes, que comportassem outras histórias, saberes, culturas e grupos sociais. Tais reflexões em torno da criação de uma nova teoria que tivesse uma interação maior com as demandas da sociedade e não somente com o conjunto de objetos alocados dentro de uma instituição, estáticos e voltados para um determinado grupo social, criaram uma verdadeira renovação no campo museal. Nesse sentido, três documentos são de suma importância para essa nova concepção de museus: a Mesa-redonda de Santiago no Chile (1972); a Declaração de Quebec – Princípios de Base para uma Nova Museologia – (1984) e a Declaração de Caracas (1992). A Declaração de Santiago (1972) ressaltou a função educativa e social dos museus em relação as comunidades, principalmente as da América Latina, portanto declara “que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante, e que traz consigo os elementos que lhe permitem participar da formação da consciência das comunidades que atende” (2012, p.116), além disso estimula a educação, a pesquisa e a cooperação entre a América Latina. Em 1984, a Declaração de Quebec cria o movimento da Nova Museologia em uma perspectiva global de “adotar e aceitar todas as formas de Museologia ativa na tipologia dos museus”. Segundo Santos (2015) a Nova Museologia possibilitou um olhar para além do

3 A galeria do Mato Grosso não foi analisada, pois o *link* apresenta a seguinte mensagem até o momento: “não foi possível acessar o site”.

4 Na galeria do Maranhão o *link* “exposições” não está disponível.

objeto, um olhar que permeia também a relação do museu com seu interno, com a comunidade. Para complementar, a Declaração de Caracas (1992) também enfatiza o museu como instrumento de desenvolvimento social e debate sobre os museus na nova década e suas novas funções futuras. Sendo assim, discute a questão dos museus como espaços de comunicação e "que não pode existir um museu integral ou integrado na comunidade, se o discurso museológico não utiliza uma linguagem aberta, democrática e participativa" (1999, p.252), ou seja, os museus, devem atentar-se para os acontecimentos, também, do presente e do futuro, procurando dialogar com as comunidades vizinhas e, para isso, criar novas formas de linguagens expositivas, a fim de aumentar a interação entre museus e público, como também estimulando a conservação do patrimônio, a participação e o incentivo às pesquisas. Em meio aos novos museus que foram surgindo, para além dos clássicos, na década de 1990, temos a adesão dos museus às novas tecnologias, resultando na informatização de seus acervos, no uso de mídias digitais em exposições e a criação de museus virtuais. Os museus virtuais criam um novo conceito de museu, não mais dependente de um espaço físico, onde são criadas novas formas de interação com o tempo, espaço, materialidade, imaterialidade, informação e comunicação. É nesse sentido, que os projetos de Lívio Sansone de digitalização de acervos da diáspora africana direcionam-se, ou seja, a uma nova concepção de museu, a um museu de luta, a um museu que busca, através das possibilidades que o mundo virtual podem resultar, criar meios de atingir a sociedade na luta contra o preconceito e o racismo. A partir desse breve esboço, a metodologia de pesquisa pretende realizar uma pesquisa bibliográfica (livros, revistas, artigos, etc.) que discuta, principalmente, a questão da sociedade da informação, os museus virtuais, as exposições museológicas, a comunicação em museus, a curadoria digital, os discursos de autoridades presentes nas formas de curadoria e a temática da diáspora africana em museus no Brasil. Também pretende-se analisar os artigos escritos pelos coordenadores de algumas redes digitais, notícias, entrevistas e os próprios sítios eletrônicos dos museus e suas respectivas redes sociais, entendendo-os como fontes importantes para a pesquisa. Sendo assim, o interesse pelo tema partiu da compreensão de que existem poucos estudos brasileiros na área da museologia sobre museus e suas relações com a virtualidade e que a discussão é atual e que, portanto, busca inserir a museologia dentro dos debates sobre as transformações ocorridas na sociedade e em sua relação com o ciberespaço. Para além desses apontamentos, é importante destacar que, compreendendo os museus como espaço de poder e de luta, a rede de Museus Afrodigitais tem um caráter fortemente político, cultural e social que busca evidenciar a memória da diáspora africana, somando as discussões sobre a participação social, a democratização do acesso, a diversidade cultural, a erradicação do racismo e outras formas de preconceito, além do uso das novas tecnologias nos museus.

REFERÊNCIAS

ICOM. Declaração de Caracas - 1992. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15, p. 243-265, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/viewFile/2013/1522>>. Acesso em: setembro de 2018.

_____. Declaração de Quebec - 1984. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15, p. 243-265, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/viewFile/2013/1522>>. Acesso em: setembro de 2018.

MUSEU Afrodigital. *Galeria Bahia (UFBA)*. Disponível em: <<https://museuafrodigital.ufba.br/>>. Acesso em: setembro de 2018.

MUSEU Afrodigital. *Galeria Maranhão (UFMA)*. Disponível em: <<http://www.museuafro.ufma.br/site/>>. Acesso em: setembro de 2018.

MUSEU Afrodigital. Galeria Pernambuco (UFPE). Disponível em: <<http://www.museuafrodigital.com.br/paginazero/>>. Acesso em: setembro de 2018.

MUSEU Afrodigital. Galeria Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: <<http://www.museuafroriorio.uerj.br/>>. Acesso em: setembro de 2018.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos. (Org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo*: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Vol. 1. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos, 2012. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wpcontent/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_1.pdf>. Acesso em: Setembro de 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Afrodigital: desafios na representação do passado. *Revista Z Cultural* (UFRJ), v. 1, p. 30-40, 2015.

HISTÓRIA, ARQUITETURA & SAÚDE: O TOMBAMENTO DO HOSPITAL FREI ANTÔNIO (1976-1985)

Tarcísio Pereira Bastos

Tarcísio Pereira Bastos
PPG Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde COC/FIOCRUZ

Orientador:
Renato da Gama-Rosa Costa

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural; preservação; hanseníase; Hospital Frei Antônio; Rio de Janeiro.

TEMA, PROBLEMA E QUESTÕES DE PESQUISA

O Hospital Frei Antônio (HFA), antigo Hospital dos Lázaros, está situado à Rua São Cristóvão, 870, no Bairro Imperial de São Cristóvão, no município do Rio de Janeiro/RJ. Em sua história, a instituição funcionou como leprosário, quartel militar, hospital especializado, laboratório, centro de pesquisas, sede de órgãos sanitários e lar geriátrico.

Entre 2014 e 2015, realizamos uma pesquisa exploratória no Arquivo Francisco Batista Marques Pinheiro (AFBMP), pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (ISSSC), almejando mapear a documentação histórica e arquitetônica do hospital. A intenção era elaborar um trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC | FIOCRUZ), cuja temática de investigação era aquela entidade hospitalar.

Naquela pesquisa prévia, encontramos documentos avulsos relacionados ao tombamento municipal do Hospital Frei Antônio, emitidos durante as décadas de 1970 e 1980. Ao analisá-los, algumas indagações surgiram: Como transcorreu o tombamento daquele hospital? Quais motivações existiam para que se desejasse o seu tombamento? Como a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) lidava com as políticas de preservação cultural naquela época?

O problema central da investigação se baseou no seguinte questionamento: de que forma o tombamento do Hospital Frei Antônio, ocorrido entre os anos de 1976 a 1985, poderia contribuir para os estudos das políticas de preservação cultural no Rio de Janeiro? Esse recorte temporal, remete-se ao ano do pedido de tombamento (1976) e ao da publicação do Decreto nº. 4.926/85, que legitimou o tombamento voluntário do leprosário (1985).

A principal motivação da solicitação de tombamento se relacionava com a perda de visibilidade e aos riscos à ambiência do hospital, ocasionados pela proximidade às instalações do Gasômetro de São Cristóvão e às obras implementadas em seu entorno. Entendeu-se, também, que a função assistencial da Irmandade da Candelária, no passado, foi uma das justificativas para o tombamento do hospital pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, a recuperação do passado caritativo, a preservação

da memória institucional e a ameaça de descaracterização daquele bem a ser patrimonializado estavam articulados àquele contexto histórico (1976-1985).

O objeto de pesquisa se insere no campo do Patrimônio Cultural da Saúde e se relaciona com a história da saúde pública, da assistência, da medicina, das doenças, das instituições de saúde, da arquitetura, da urbanização e das políticas de preservação cultural, refletindo acerca do legado assistencial, científico, arquitetônico e artístico do Hospital Frei Antônio à cidade do Rio de Janeiro.

OBJETIVOS

Durante a investigação, tivemos como objetivo geral a análise do tombamento do Hospital Frei Antônio e sua relação com as políticas municipais de preservação cultural entre 1975 e 1985. Já com os objetivos específicos, desejamos compreender, no tombamento do nosocômio, a influência do contexto assistencial aos leprosos no Rio de Janeiro, a partir da atuação da Irmandade da Candelária; identificar, nos vestígios materiais da saúde existentes no Lazareto, a conexão com a profilaxia da lepra e a salvaguarda da edificação como patrimônio cultural; e por fim, examinar a trajetória do tombamento daquela entidade hospitalar através das políticas de proteção cultural das décadas de 1970/80.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na investigação, utilizamos como embasamento teórico os conceitos de *patrimônio*, *patrimonialização*, *políticas de preservação cultural*, *retórica da perda*, *práticas de preservação cultural*, *preservação*, *tombamento*, *proteção* e suas possíveis variações.

GONÇALVES (2002) emprega as categorias de “apropriação cultural”, “retórica da perda” e “redenção nacional”, para examinar as modalidades de invenção discursiva produzidas por intelectuais brasileiros vinculados à formulação e implementação de medidas protetivas dos nossos patrimônios históricos. O conceito de *retórica da perda*, indagados por ele, se aproximava do discurso preservacionista existente no Rio de Janeiro desde meados dos anos 1970 até as décadas posteriores.

FONSECA (2005), diferente de RABELLO (2009), ratifica o *tombamento* enquanto prática mais significativa da *política de preservação cultural* no Brasil, sem se prender aos aspectos jurídicos ou técnicos desse instrumento. Suas contribuições acerca da *noção de patrimônio* e da *política de preservação cultural* favorecem a percepção das influências federais no desenvolvimento dos mecanismos protetivos implantados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) entre 1975 a 1985.

CHUVA (2009, 2012) vem contribuindo para o campo historiográfico brasileiro quanto aos desafios das *políticas de preservação cultural* e sua interface com os processos de *patrimonialização* de bens tangíveis e intangíveis. Diante de suas percepções conceituais sobre patrimônio, realizamos uma aproximação entre as experiências federais de proteção cultural com a atuação dos órgãos municipais de preservação (PCRJ) ao longo das décadas de 1970/80.

Preservação e tombamento se constituem em conceitos-chave para que RABELLO (2009) examinasse a proteção do patrimônio cultural brasileiro à luz do Decreto-lei nº. 25/37 e fizesse comparações entre o “ato de tombamento” e sua natureza jurídica, administrativa e política. No que compete à pesquisa, seu argumento tornou possível a identificação dos tipos, das competências e das finalidades que o *tombamento* pode assegurar como mecanismo jurídico de *preservação* de bens edificados, tanto na esfera federal, quanto na estadual e municipal.

SERRES & BORGES (2015) investigam a patrimonialização de leprosários, hospitais-colônias, manicômios, sanatórios e hospitais de isolamento, focando na história, na memória e nos acervos dessas instituições de saúde. Os conceitos de *preservação* e *patrimonialização* analisados por elas, alinham-se à nossa proposta, em que priorizamos uma atenção especial às *políticas de proteção cultural* designadas pela PCRJ, a partir de 1975. Esse período coincidia com a consolidação do

tratamento ambulatorial nos casos de hanseníase e no “término” do isolamento compulsório de pacientes com esta enfermidade no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada se concentrou na exploração bibliográfica, na coleta de dados, na análise das fontes e na analogia entre as referências teóricas e as informações pesquisadas.

Na primeira etapa, selecionamos, exploramos e revisamos as referências bibliográficas que condiziam com às práticas assistenciais aos leprosos, às políticas de profilaxia da lepra, às ações de preservação cultural e às reflexões relativas à história, memória, patrimônio e saúde. Na segunda etapa, fizemos uma pesquisa documental e examinamos as fontes encontradas: correspondências, memorandos, notificações, ofícios, relatórios, pareceres, estatutos, regulamentos, tratados, legislações, fotografias, mapas, gráficos, plantas arquitetônicas, notícias de jornais e trechos de obras de referência.

Dentre as instituições de pesquisa, consultamos os acervos do Arquivo Francisco Batista Marques Pinheiro (ISSSC), da Biblioteca Ramiz Galvão (ISSSC), do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo e Bibliotecas da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação foi dividida em 5 partes: Introdução, Capítulos I, II e III, e Conclusão.

No Capítulo I, apresentamos o contexto de assistência aos leprosos no Rio de Janeiro a partir da atuação do Hospital dos Lázaros, posteriormente denominado Hospital Frei Antônio, mantido pela Irmandade da Candelária. O objetivo deste capítulo foi realizar um breve panorama histórico das políticas de profilaxia da lepra estabelecidas na Capital Federal e das práticas assistenciais aos leprosos no Lazareto de São Cristóvão entre 1915 a 1985.

No Capítulo II, tratamos das transformações urbanas do bairro de São Cristóvão e das intervenções arquitetônicas realizadas no Lazareto no decorrer de sua história. Identificamos na arquitetura do leprosário, os resquícios materiais relacionados à saúde e ao tratamento da hanseníase, que o levaram a ser reconhecido como patrimônio cultural em 1985.

No Capítulo III, analisamos o trâmite burocrático do tombamento do Lazareto, desde a solicitação inicial à publicação do Decreto Municipal nº 4.926. Mencionamos, também, as ações de patrimonialização desenvolvidas pela PCRJ no decorrer dos anos 1980, e abordamos os riscos, os desafios e as possibilidades atuais para se preservar o HFA em virtude das transformações urbanas em São Cristóvão, ocorridas desde então, e que ainda são motivos de preocupação para sua salvaguarda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características da investigação foi o uso de fontes primárias administrativas oriundas do tombamento de uma instituição de saúde para tratamento da hanseníase. Estes documentos viabilizaram o surgimento de novos significados, novas narrativas e novas perspectivas no que diz respeito às políticas de preservação executadas pela Municipalidade do Rio de Janeiro entre 1975 a 1985.

Outros desafios decorreram do caráter interdisciplinar da pesquisa que envolveu os campos de História da Saúde, História do Rio de Janeiro, Arquitetura Hospitalar e Políticas Culturais, tendo-se o Hospital Frei Antônio como cenário histórico-espacial.

Pretendemos que a pesquisa realizada possa contribuir para utilização da documentação administrativa municipal como fonte de investigação, promover diálogos interdisciplinares entre

história, memória, patrimônio e saúde em âmbito acadêmico-governamental, refletir acerca das políticas públicas de preservação cultural no município do Rio de Janeiro e sensibilizar a sociedade perante as ações de identificação, reconhecimento e valorização do patrimônio histórico local, sobretudo, os acervos da saúde.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Dilma. *Lepra, Medicina e Políticas de Saúde no Brasil (1894-1934)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. "Arquitetura e Saúde no Rio de Janeiro". In: PORTO, Ângela (org.). *História da Saúde no Rio de Janeiro: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

MONTEIRO, Flávia de Azevedo. *O Patrimônio Arquitetônico da Saúde: Discussões sobre a História da Arquitetura Hospitalar do Século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

PINHEIRO, Francisco Batista Marques. *Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e suas repartições: Coro, Caridade e Hospital dos Lázaros*. Rio de Janeiro: Typog. Do Jornal do Commercio, 1930.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SERRES, Juliane Conceição Primon. "Preservação do Patrimônio Cultural da Saúde no Brasil: uma questão emergente". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015.

SERRES, Juliane Primon; BORGES, Viviane Trindade. "Leprosários ao sul do Brasil: de locais de sofrimento a lugares de memória". *Revista Acervos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 252-263, jul./dez. 2015, p. 252-263.

A COLEÇÃO DE ESCULTURAS DE DADINHO E AS PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Thalles Yvson Alves de Souza

Thalles Yvson Alves
de Souza
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e
da Saúde COC/
FIOCRUZ

Orientadora:
Sonia Nogueira

PALAVRAS-CHAVE: coleção; cultura popular; educação patrimonial.

JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da obra de Dadinho, especialmente para a cidade de Nova Iguaçu, onde ele não só viveu, mas traz em si a imagética de sua obra, o esforço deste estudo encontra-se no desenvolvimento de um plano de recuperação, acondicionamento e fruição pública de um patrimônio do qual pouco se tem informações a partir de ações sob a ótica de uma metodologia em Educação Patrimonial.

Todo esse processo possibilitará a fruição dessas obras ao público, sem prejuízo em sua preservação e, sobretudo, poderá o público ter acesso um acervo artístico até então pouco explorado. Este aspecto, é também fundamental para nossa compreensão, na medida em que, procuramos analisar é a relação da instituição em questão com seu acervo artístico e, em sentido mais amplo, integrá-lo à reflexão sobre a cultura popular em contextos periféricos.

Para este trabalho consideramos o conceito de *Memória* tal qual nos traz Le Goff (2013) a memória podendo ser entendida como aquilo que é capaz de conservar certas informações, permitindo ao indivíduo acessar dados e informações passadas, reinterpretando tais acontecimentos, que serão, neste caso, não somente individuais, mas também coletivas.

Assim, a memória é o conjunto de informações passadas, mesmo que o indivíduo não tenha estado presente, ele pertence a ela pela sua coletividade, que tende, por fim, a privilegiar determinados dados, em lugar a outros.

Sendo assim, o desenvolvimento da presente pesquisa torna-se fundamental, a fim de estabelecer os parâmetros necessários para a aplicação dos objetivos apresentados neste projeto, garantindo, portanto, a recuperação do bem e sua divulgação em sentido mais amplo.

O ARTISTA DADINHO

Geraldo Marçal dos Reis, o Dadinho, nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 1931, e veio morar na região de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, com a família com cerca de 10 anos. Seu pai era marceneiro e lhe ensinou o ofício e foi em uma brincadeira de criança que ele descobriu o talento para

escultura. (ZALUAR, 1997). Mas, foi através do seu fascínio por raízes e troncos de árvores, que lhe fizeram iniciar um trabalho esculpindo formas de cidades especialmente inspirado na cidade de Nova Iguaçu, região metropolitana do Rio de Janeiro. (MASCELANI, 2002)

Neste propósito, ele criou um grupo de onze esculturas, com título de Cidades, que visavam representar a vista desta cidade da Baixada Fluminense. Este conjunto de esculturas participou de uma exposição na Sala do Artista Popular no ano de 1997 (ZALUAR, 1997), espaço este que integra o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFC – no bairro do Catete na cidade do Rio de Janeiro. Parte de sua obra encontra-se atualmente dividida principalmente na Casa do Pontal, no Rio de Janeiro, e no Espaço Cultural Sylvio Monteiro, em Nova Iguaçu. (FONSECA *et al*, 2017)

AS OBRAS DO ACERVO DO ESPAÇO CULTURAL SYLVIO MONTEIRO

A investigação em fase de coleta de dados, se deparou com dificuldades de acesso aos documentos sobre as peças que estão no Espaço Cultural Sylvio Monteiro, já que a atual administração não tem conhecimento destes arquivos. Também não se sabe informações quanto ao nome, forma de aquisição, período de confecção e espécie de madeira utilizada. Em sondagem aos funcionários mais antigos do local, o único dado fornecido é de que teria sido adquirida nos anos 2000, sem data precisa e com proveniência da família do próprio artista, já que ele foi morador da região.

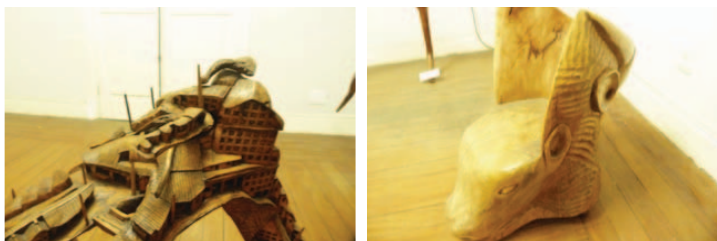


Figura 1 – ca. 90x250x50 cm. Figura 2 – ca. 75x50x50 cm. Fotografia: Thalles Yvson.



Figura 3 – ca. 80x50x50 cm. Figura 4 – ca. 100x50x50 cm. Fotografia: Thalles Yvson.



Figura 5 – ca. 25x15x20 cm. Figura 6 – ca. 70x350x20 cm. Fotografia: Thalles Yvson.

OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo principal desenvolver um projeto de Educação Patrimonial para a valorização da coleção e conjuntamente do artista, entendendo que as propostas desenvolvidas levantam a discussão da importância da cultura popular e da arte popular no processo de formação social.

Compreender a relação entre o aparelho cultural mais importante da cidade de Nova Iguaçu, a coleção que nele está inserida sem nenhum plano de conservação preventiva, nenhuma ação de valorização do acervo e seus visitantes, além de desenvolver manual de Educação Patrimonial juntamente com um percurso expositivo de caráter sensorial condicionado a sua preservação.

SOBRE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: UM REFERENCIAL TEÓRICO

No patrimônio como categoria pensamento (GONÇALVES, 2009), estendendo principalmente as dimensões culturais do patrimônio – estas especificamente as categorias ressonância, materialidade e subjetividade – percebe-se que vai muito além de um objeto ou o simples fato de juntar estes pertences, é uma categoria que é extremamente importante para a vida de qualquer coletividade. (GONÇALVES, 2007). Neste enfoque, olhar o conjunto de peças contidas na coleção da Casa de Cultura levanta a possibilidade de transitar analiticamente com a categoria patrimônio nas diversas formas de indagar o mundo do artista e modo de relação com o local que vive.

Dentro de uma observação a partir da categoria Ressonância, os bens não são classificados como objetos separados de seus proprietários. Desta junção passam a possuir significações culturais complexas, originando assim como afirma Gonçalves (2007) “em verdadeiras entidades, dotadas de espírito, personalidade, vontade, não são desse modo meros objetos”. (p. 214). Desta maneira a escultura de Dadinho, está impregnada de seus sentidos, que mesmo isolada em um acervo, conduz a uma ligação referencial ao seu autor.

Em outra análise pertinente é que estes bens culturais estão em um ambiente regido pelo poder público que entende seu legado, mas não cria propostas de uma divulgação e de um reconhecimento para que se crie um elo de ligação com a população e assim seu reconhecimento, neste aspecto afirma o autor:

Um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. (GONÇALVES, 2007, p. 214-5)

Assim a consciência de entender que é preciso um trabalho de representar o passado do artista dentro deste centro de cultura, sabendo que em instituições de memória e história afasta a essência por representações delimitadas, tirando da ressonância o poder de “evocar no espectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram”. (GONÇALVES, 2007, p. 215). Neste sentido, a coleção de esculturas torna um ponto de convergência entre o passado, a memória e principalmente o esquecimento. (ROSSI, 2010)

Entendendo que dentro do contexto da coleção e da categoria Materialidade estabelece Gonçalves (2007) que o “patrimônio sempre foi e é material” (p. 217), então, o sentido da imaterialidade que os objetos carregam em si amplia as discussões sobre a concepção cultural leva em consideração as relações sociais ou nas relações simbólicas, sabendo que a categoria é “ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões” (p. 218).

A Subjetividade contida na obra de Dadinho leva a uma compreensão que suas peças trazem para a análise de Gonçalves que olha o patrimônio no processo de formação de subjetividade tanto individual quanto coletivo vai afirmar que “Não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva”.

(2007, p. 224). Pelo seu raciocínio de cultura, a obra de Dadinho pode ser vista tanto pela concepção clássica de auto aperfeiçoamento humano ligado ao seu trabalho como escultor quanto por uma visão moderna do conceito que versa pelas expressões orgânicas da identidade ligado na sua manifestação da alma humana.

Pode-se dizer que a coleção das obras de Dadinho tendo em si uma universalidade e uma especificidade é considerada uma instituição patrimonial possibilitando uma mediação entre estes dois extremos, então, a coleção em si pode ser percebida:

Simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídas e reproduzidas no tempo presente) e ao mesmo tempo herdadas (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais. (GONÇALVES, 2007, p. 227)

Hoje com um olhar crítico para a contemporaneidade onde não identifica mais a experiência e não à vincula mais a um fazer artístico a perda da experiência se vincula à modernidade (BENJAMIN 1987), mesmo assim pode-se encontrar formas de patrimônio cultural no mundo contemporâneo que estejam fortemente ligadas à experiência (GONÇALVES, 2007). Em análise, a experiência que Dadinho deposita na madeira e na sua vivência naquele ambiente em que vive, tornando da sua prática, um patrimônio único existente.

Neste sentido a tendência a priori mais plausível é que o patrimônio “como parte e extensão da experiência e, portanto, do corpo” (GONÇALVES, 2007, p. 229) é o fio condutor para um entendimento da obra de Dadinho, apesar de existir característica que o leve para uma prática simplista, quando o olhar se vira para as Cidades, obra de seu apogeu, esta experiência o torna distinto em todos os aspectos.

Fazer uma reflexão à memória e ao ambiente no entendimento de CARSALADE (2015) usando como elo referencial, a coleção das esculturas de Dadinho, um patrimônio cultural que ficou invisível após sua morte e volta à tona primeiro sob o viés da Educação Patrimonial, abrindo assim a possibilidade de ser debatido por outras áreas de conhecimento. Já que esse é o entendimento do autor, em discutir o patrimônio cultural ligando os temas escolhidos sob a égide “conceito de transformação”. (p. 185)

Na indeterminação da memória afirma que:

Não é um baú de textos e fatos pétreos depositado no fundo do nosso ser, ou preservado *in totum* e nunca conspurcado em algum recanto de nosso subconsciente a ser consultado quando requisitado, sempre a fornecer as mesmas informações, sem deformação ou qualquer alteração. (CARSALADE, 2015, p 186)

Sendo assim, as esculturas que para Le Goff (2013) “é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (p. 486) logo seria documento/monumento que chamaria a medida das necessidades do presente lançando assim a consciência crítica sobre a obra, o artista e sua atuação, podendo em outro momento causar uma nova perspectiva a partir da necessidade geradora da transformação.

Nas acepções que o autor aborda, o ambiente cultural representado pela cidade que foi a opção mais evidente para a preservação, sendo esta, em constante “transformação e essa é uma característica intrínseca delas, posto que elas são o resultado de diferentes temporalidades e diferentes práticas sociais” (CARSALADE, 2015, p. 187) e produz o diálogo mais evidente com o artista que utiliza a cidade como elemento condutor de criação. O resultado institui um paradoxo entre a imaginação do artista e a interpretação escultórica do ambiente que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ato de transformação que leva o indivíduo a ter uma visão crítica e não um reprodutor de sistemas (FREIRE, 2013) faz juntamente com o conceito de patrimônio que é relativo circunstancial, também em constante transformação.

A educação Patrimonial aparece como ação transformadora de uma memória que possibilita a compreensão do presente analisando o passado, uma preservação que não enclausura nem museifica sem sentido, assim a educação abre perspectivas para ser oferecido caminhos alternativos.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 114-119.

CARSALADE, Flávio Carsalade. Permanência e transformação na memória e no ambiente. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. [Org]. *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. P185-192.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2013, 143p.

FONSECA, Ana Paula Costa; LEAL, Nathalia Luisa Melo; OLIVEIRA, Raphael Meiser; SILVA, Liris Viana de Souza. 'Casa de Cultura'. In: *Centro de Memória de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://centrodememoriadeni.wordpress.com/casa-de-cultura/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, Iphan/MinC, 2007, p. 211-234.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina et al. *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina; 2009. p. 25-33.

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. 499p.

MASCELANI, Angela. *O Mundo da Arte Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002, 144p.

ROSSI, Paolo. *O Passado, A Memória e o Esquecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 240p.

ZALUAR, Amélia. *Dadinho: o escultor de cidades*. FUNARTE: Rio de Janeiro, 1997.

REQUALIFICAÇÃO EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS DA ÁREA DA SAÚDE: UMA PROPOSTA DE REUSO PARA O PALÁCIO UNIVERSITÁRIO DA UFRJ

Thatiane Moraes

Thatiane Moraes
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e
da Saúde COC/
FIOCRUZ

Orientadora:
Sonia Nogueira

PALAVRAS-CHAVE: requalificação; Plano Diretor da UFRJ; planos de conservação; Palácio Universitário.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e propor um uso potencial para o Palácio Universitário da UFRJ como premissa para a adoção e implementação de novas políticas de preservação e valorização deste patrimônio cultural de grande relevância histórica e arquitetônica para a cidade do Rio de Janeiro. Este estudo será elaborado com base na análise e reflexão do Plano Diretor da UFRJ e seus apontamentos para o Palácio Universitário, por se tratar de um dos principais instrumentos de gestão dos espaços e do patrimônio edificado atualmente na UFRJ.

O Palácio Universitário da UFRJ ou Antigo Hospício Pedro II como é conhecido pelos profissionais da área do Patrimônio Cultural da Saúde, está localizado no Campus da Praia Vermelha na Urca, Rio de Janeiro. Foi inaugurado em 1852, inicialmente para abrigar um hospital para alienados, com uma imponente arquitetura em estilo Neoclássico.

O histórico de intervenções no Palácio é extenso e as constantes adaptações para usos diversos sempre foi um dos principais fatores responsáveis pelas transformações arquitetônicas desta edificação. Desde sua inauguração, o edifício já sofria com uma série de reformas em seus espaços para atender às novas demandas de ampliação do Hospital dos Alienados que funcionou até o ano de 1944, quando houve a sua desativação e transferência dos seus internos para os hospitais-colônia, e a eclosão de uma grande dúvida sobre o destino da edificação. Nesta época, inicia-se um estudo e planejamento de obras para a adequação do edifício ao externato Pedro II, porém o projeto não foi a frente. Alguns anos depois, o governo Republicano então cedeu a edificação à Universidade do Brasil, já em péssimas condições de conservação, e em 1946 iniciaram-se as obras de restauro de telhados e fachadas para instalação da Universidade, concluídas em 1949. Pedro Calmon, então Reitor da Universidade do Brasil, que sempre agiu em prol da preservação do Palácio Universitário, cobrou ações definitivas por parte do SPHAN para a preservação do Palácio e da paisagem do entorno, solicitando sua inscrição no "livro do tombo do patrimônio histórico e artístico nacional". O tombamento ocorreu em maio de 1972, quando Pedro Calmon tornou-se um dos membros consultivos do IPHAN, porém este não

foi suficiente para impedir que o edifício continuasse a sofrer com frequentes intervenções. As demandas por adaptações dos espaços para adequarem-se às necessidades das diferentes unidades acadêmicas da Universidade continuaram ao longo da história da Instituição.

Quase quatro décadas depois, em outubro de 2010, em um contexto sócio-econômico favorável, um Plano Diretor foi aprovado pelo Conselho Universitário para a UFRJ, com diretrizes de organização, administração integrada e sobretudo planejamento a longo prazo, como promessas para vencer os novos desafios do mundo contemporâneo e como tradução das expectativas da Instituição para o futuro e para a gestão de seus espaços e edificações, o que incluiu edificações tombadas da UFRJ de grande valor histórico e arquitetônico.

Pela primeira vez surge a preocupação em adequar o uso ao edifício e não o contrário, como descrito em uma das diretrizes do Plano Diretor: “Como proprietária deste importante acervo edificado, a UFRJ tem a responsabilidade na preservação, conservação e uso compatível das edificações e espaços que constituem parte do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade e da nação.” (UFRJ, 2011). Esta então torna-se uma das principais dificuldades atuais na gestão do patrimônio tombado da UFRJ: a limitação e a restrição quanto ao uso que impedem as frequentes ampliações e adequações para atender aos anseios e necessidades das atividades acadêmicas, o que resultou na proposta de transferência das Unidades Isoladas, como o Campus da Praia Vermelha, para a Cidade Universitária, provocando o esvaziamento do Palácio e a necessidade de se repensar o uso: “Deve, igualmente, projetar no espaço e no tempo os usos que serão dados aos imóveis que, progressivamente, terão suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em parte ou no todo, transferidas para a nova Cidade Universitária.” (UFRJ, 2011, p.23). O Plano Diretor ainda estabelece que o Planos de Ocupação e Uso da Praia Vermelha deve ainda estabelecer um novo uso para o edifício, diferente do atual:

“Aqueles espaços e edificações que, em razão da transferência de atividades para instalações na Cidade Universitária, forem desocupados deverão ser destinados a novos usos, não podendo ser utilizados para atividades de unidades remanescentes na Praia Vermelha ou em edificações isoladas.” (UFRJ, 2011)

Neste sentido, o uso para atividades de ensino da Universidade é reconhecido como inapropriado para esta edificação: “Rever, rejeitar e redefinir os usos atuais é, pois, passo essencial, e inadiável, para que possamos recuperar a integridade e a dignidade de um dos melhores exemplos de expressão da arquitetura neoclássica brasileira.” (UFRJ, 2011)

Repensar o uso do Palácio Universitário e planejar sua ocupação se torna uma necessidade urgente de forma a garantir a Preservação deste Patrimônio. Apesar do Plano Diretor já apresentar como proposta de uso um Centro Cultural e das obras de Restauração de Fachadas e Cobertura para adaptação do uso para instalação do Centro Cultural já terem sido iniciadas, diante o atual contexto político e socioeconômico do país e sobretudo, da Universidade, acredita-se que este projeto não será levado adiante.

Diante este hiato, entende-se que uma nova proposta de uso para o Palácio Universitário é urgente, e que esta deverá ser pensada de forma que sejam respeitadas as características físicas e limitações desta edificação, sempre em conformidade com as determinações do Órgão de Proteção – IPHAN, e pautada em conceitos e fundamentos contemporâneos da Teoria da Restauração, Cartas Patrimoniais e Recomendações e sobretudo, e por preceitos éticos profissionais.

Como metodologia de desenvolvimento desta pesquisa serão utilizadas algumas etapas do que conhecemos por Plano de Conservação e Gestão para edificações históricas, por se tratar de etapas essenciais básicas para qualquer proposta de Planejamento para imóveis tombados, sobretudo Planos de Requalificação. Será realizada uma análise e reflexão do Plano Diretor da UFRJ, considerando seus principais apontamentos e diretrizes para o Palácio Universitário: “Todas as deliberações referentes à ocupação e ao uso de terrenos e edificações, a investimentos em novas construções e a eventuais concessões ou permissões de uso deverão compatibilizar-se com o PD

UFRJ-2020.” (UFRJ, 2011). Porém reconhece-se a escassez de debates atualizados sobre as políticas de preservação a serem adotadas para o Palácio Universitário e a fragilidade das proposições do Plano Diretor para o patrimônio tombado desta Universidade, tanto da sua implantação, quanto do seu funcionamento.

Espera-se com este estudo, identificar e propor um uso potencial que garanta a preservação, conservação e valorização deste conjunto arquitetônico, e ainda que contribua com subsídios para novas discussões, deliberações e diretrizes de conservação específicas para o Palácio Universitário, complementando o atual Plano Diretor da UFRJ, e direcionando novos Planos e políticas de Conservação.

REFERÊNCIAS

CALMON, Pedro. *O Palácio da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

CARBONARA, Giovanni. *Brandi e a restauração arquitetônica hoje*, Designio, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas instrumentos*. São Paulo: Belo Horizonte: Anablume: IEDS, 2009.

GHF Global Heritage Fund. *Guidelines for Master Conservation Planning of Archaeological and Cultural Heritage Sites and UNESCO World Heritage*, June 2009.

HORTA, Maria de Lourdes. *O Palácio e a Capela da Praia Vermelha: Por uma Arqueologia de Sentidos*. PACC/ Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

HOIRISCH, Marisa. *Palácio Universitário: Materiais e técnicas construtivas*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2007.

IPHAN. *Declaração de Amsterdã*. Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, Amsterdã 1975.

_____. *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada*. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, 1995.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Plano Diretor para os Edifícios da FAU-USP: Limites entre a modernização e a conservação*. Anais do I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-Científico: Planos integrados de preservação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. v.1. p. 15-33.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio*. Os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional. PPGHC/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Das ilhas à cidade – a universidade visível*. A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Dissertação A casa de Minerva – entre a ilha e o palácio. PPGHC/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PASSOS, Isabel Fernandes. Dissertação: *O Plano Diretor como Instrumento de Preservação do Patrimônio Edificado*. UFRJ, 2015.

PEREIRA, Honório Nicholls; Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins.(org.) *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Coleção Arquimemória; V.1. Salvador: EDUFBA, 2011.

SATIN, Janaina e SANTOS, Mariana. *Plano Diretor e Patrimônio Histórico: Análise a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade*. Revista de Direito da Cidade, vol. 08, n. 2, pp.568-586, 2016.

UFRJ. *Plano Diretor UFRJ 2020*. Serviço de Mídias Impressas, Virtuais e de Produção Editorial da Superintendência Geral de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cidade Universitária: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ufrj.br/docs/plano_diretor_2020/PD_2011_02_07.pdf>. Acesso em: abril,2018.

A TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO NA COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA RUI BARBOSA

Vivian Paccico

Vivian Paccico
PPG Preservação
e Gestão do
Patrimônio Cultural
das Ciências e
da Saúde COC/
FIOCRUZ

Orientadora:
Ana Luce Girão
Soares de Lima

PALAVRAS-CHAVE: coleções particulares; biblioteca; instituições públicas; conservação preventiva.

TEMA

O objetivo do projeto é entender como se dava a relação entre Rui Barbosa e seus livros no século XIX através da observação dos padrões de conservação e de intervenções executadas por Rui Barbosa em sua própria coleção. Determinando as funções e objetivos destes, é possível analisar seus impactos e efeitos, permitindo a elaboração de uma metodologia de tratamento que consolide o que é eficiente para a coleção, considerando as possíveis interações entre ações passadas e futuras.

PROBLEMA

As obras contidas na Coleção Rui Barbosa têm um caráter único, ressaltando-se que é um acervo preservado na íntegra, do modo em que foi pensado, tratado e armazenado originalmente por Rui Barbosa. A relação entre a coleção bibliográfica e a casa prova-se fundamental, de modo que a preservação dessa coleção demanda grande valor.

Rui Barbosa se utilizava de uma gama de ações regulares de manutenção e receitas para tratamentos químicos em seu acervo. Essas receitas são detalhadas através de correspondências e outros relatos, tornando-se possível entender que Rui dispensava um grande cuidado à sua coleção. Além disso, ainda mais importância é agregada ao acervo e sua preservação, ressaltando que, se não conhecermos a fundo a história desses objetos, estaremos negligenciando diversos aspectos fundamentais para a tomada de decisões quanto a intervenções futuras.

Foram encontrados na literatura depoimentos ressaltando o cuidado preventivo que Rui tinha com seu acervo. Há em um dos depoimentos o seguinte trecho, parte da publicação "Rui Barbosa e os Livros" que apresenta uma das receitas utilizadas: "Além de tudo isso, a biblioteca inteira estava sempre a ser ininterruptamente revista livro por livro, e houvesse ou não sinais de carcoma, passava-se em cada um, sobre o dorso e a folha de guarda presa à capa, um pincel embebido numa solução desta fórmula, excessiva e dispendiosa, e que reúne substâncias geralmente indicadas a esse fim: creosoto mineral, 50 gramas; timol cristalizado, 20 gramas; essência de

cravo inglesa, 10 gramas; essência de alfazema inglesa, 10 gramas; sublimado corrosivo, 5 gramas; álcool absoluto, um litro." (PIRES, 1945).

Este foi o ponto de partida para a questão principal desse trabalho, demonstrando que procedimentos avançados de conservação eram empregados já sinalizando um direcionamento teórico da restauração preterida em nome da conservação preventiva.

A comparação dos tratamentos feitos à época de seu dono original e os executados atualmente podem nos apresentar também um panorama da mudança e aprimoramento nas técnicas de conservação.

Essas intervenções não seguiam uma metodologia específica, uma vez que foram sendo executadas ao longo de toda a vida deste acervo, que compreende o espaço de tempo de aproximadamente 150 anos de custódia como conjunto e não formam um padrão. Outro ponto relevante são as possíveis interações que algumas dessas intervenções no passado possam ter nos tratamentos futuros. A longo prazo, podem deixar resíduos ou causar determinados tipos de reações nas encadernações que precisam ser conhecidos de modo a evitar alguns tratamentos que possam influenciar negativamente na conservação das obras.

OBJETIVOS

A seguir serão apresentados os objetivos gerais e específicos da pesquisa:

Gerais

Entender como se dava a relação entre Rui Barbosa e seus livros através da observação dos padrões de conservação e de intervenções executadas no acervo, determinando as funções e objetivos dos mesmos. A análise de seus efeitos permitirá a elaboração de uma metodologia de tratamento no futuro que consolide o que é ou não eficiente para a coleção, levando em conta possíveis interações entre ações passadas e futuras.

Específicos

- Entender como esse acervo foi tratado desde a sua formação até os dias atuais, traçando um histórico da preservação dentro dessas coleções particulares e dentro das instituições que hoje detêm a guarda desses acervos.

- Contextualizar as intervenções relacionando-as à época em que foram executadas, de modo a ressaltar a importância da preservação na coleção Rui Barbosa, agregando ainda mais valor a ela.

- Propor uma metodologia de tratamento que atenda às necessidades específicas da coleção Rui Barbosa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Rui Barbosa zelava por sua coleção rotineiramente, pensando a prevenção de danos em um período em que ainda a restauração era atividade corriqueira e sem muitos dos conceitos que norteiam esse tipo de intervenção nos dias de hoje. A ideia da conservação foi consolidada ao longo do século XX. O termo começa a surgir em documentos e em cartas, a exemplo da carta de Atenas em 1931, que a trata como ferramenta de preservação: "pela adoção de uma manutenção permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios" (IPHAN, 1931). Há no documento esta indicação como medida eficiente para assegurar a durabilidade dos objetos e evitar as restituições integrais. A partir do século XIX "um pensamento mais estruturado sobre a proteção do patrimônio cultural começa a ser organizado. Mas somente no início do século XX que posturas, legislações e atitudes mais abrangentes e concretas são postas em prática" (FIGUEIREDO, 2013)

Quanto a definição de conservação preventiva temos: é definida como "a ramificação da conservação que tenta evitar o dano antes que ele aconteça." (VINÁS, 2005, p. 21, tradução nossa), e ainda "diz respeito a todos os itens do patrimônio cultural, estejam em perfeito estado ou em

deterioração ativa. É voltada para a proteção deles contra todos os tipos de agressão natural e humana.” (GUINCHEN, 1999, p.4. tradução nossa).

Em relação aos conceitos sobre coleções, a ideia trabalhada é: “[...] uma biblioteca não é simplesmente o somatório de livros”, a presença de alguns títulos “demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor aos livros, não apenas por suas qualidades implícitas”. A seleção pode ser “por escolha profissional, afetiva, ou mesmo por status”. (BESSONE, 1999, p.22)

METODOLOGIA

Primeiramente serão analisadas as obras dentro da coleção que tratam sobre temas afins à área de preservação e que estejam na coleção, a fim de encontrar as origens de tratamentos específicos dados às suas obras. A partir da leitura de Alguns desses volumes possuem anotações e dedicatórias, que podem apontar para outras obras pertinentes dentro e fora da coleção. O objetivo é encontrar obras que cite ações e tratamentos químicos utilizados com frequência em coleções bibliográficas contemporâneas ao proprietário, que de alguma forma deem pistas para as motivações das escolhas de suas ações e rotinas.

Outras fontes de pesquisa serão as correspondências de Rui Barbosa em que ele tenha citado ou passe orientações sobre os cuidados com a coleção em seu período de exílio, e os áudios e transcrições do projeto “Memória de Rui”, que trata de memória oral, onde alguns dos entrevistados contam alguns hábitos relacionados a ele e sua família. Há ainda, no âmbito de seu arquivo pessoal, a coleção de cadernetas de Rui Barbosa, onde anotava todas as despesas e outras informações que podem se mostrar úteis.

Quanto às intervenções executadas na coleção após a criação do Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos (LACRE), haverá a análise das fichas de tratamento e os relatórios de trabalho, a fim de precisar os métodos de escolha utilizados desde a criação da FCRB até agora. A bibliografia da época pode auxiliar no que diz respeito ao conhecimento das ações executadas, e se continuam sendo usadas até hoje para os mesmos fins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho será relevante para que, futuramente, tenhamos o conhecimento necessário para desenvolver uma metodologia de tratamento adequada, pensando não só nos materiais constituintes do livro, mas em sua história como integrante do conjunto, evitando ações que possam acelerar a degradação ou ter resultados inesperados. O acervo é muito rico em diversos aspectos, e este trabalho suscitará um novo olhar sobre ele, uma vez que nenhum estudo que analise especificamente os aspectos da conservação neste acervo foi feito anteriormente.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Obras Raras. Planor. *Crítérios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI*. Rio de Janeiro: FBN, [2000]. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos/criterioraridadedioraplanor.doc>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

CÂNDIDO, Antônio. A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Puccamp, v. 22, n. 138, p. 82-86, abr./jun. 1990.

FERREIRA, T. M. T. B. C. A biblioteca de Rui Barbosa: uma concepção de cidadania. In: *Encontro de História ANPUH-RIO*, 13, 2008. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212979382_ARQUIVO_Abiblioteca_deRui.cidadania.pdf>. Acesso em 8 de julho de 2017.

FIGUEIREDO, L. C. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 1, p. 55–70, 2013.

GONÇALVES, E. M. *Estudo das estruturas das encadernações de livros do século XIX na coleção Rui Barbosa: uma contribuição para a conservação-restauração de livros raros no Brasil*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PIRES, Homero. A biblioteca de Rui Barbosa. In: *Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/Ministério da Educação e Saúde, 1952, 3 vols.

_____. *Rui Barbosa e os livros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier, 2005.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60069-81-1



9 788560 069811

**I Jornada Fluminense
de Pós-Graduandos em**

**Acervos,
Preservação e
Memória**



PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO:



PPGMA - FCRB

